

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS (PROFLETRAS)

MONIZE FIORIN GOLDNER

**LITERATURA DE TESTEMUNHO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
DITADURA E MEMÓRIA EM CONTOS DE BERNARDO KUCINSKI**

Vitória

2024

MONIZE FIORIN GOLDNER

**LITERATURA DE TESTEMUNHO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
DITADURA E MEMÓRIA EM CONTOS DE BERNARDO KUCINSKI**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras do Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vitória, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Martinelli Filho

Vitória

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

G619L Goldner, Monize Fiorin.

Literatura de testemunho nos anos finais do ensino fundamental:
ditadura e memória em contos de Bernardo Kucinski / Monize Fiorin
Goldner – 2024.

139 f.: il. ; 30 cm.

Orientador: Nelson Martinelli Filho.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo,
Programa de Mestrado Profissional em Letras - Profletras, Vitória, 2024.

1. Kucinski, Bernardo, 1937- – Crítica e interpretação. 2. Leitura –
Estudo e ensino. 3. Textos – Literatura – Memórias. 4. Leitura (Ensino
fundamental). 5. Ditadura – Literaturas -- Estudo e ensino. 6. Literatura
– História e crítica – Teoria, etc.. I. Martinelli Filho, Nelson. II. Instituto
Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 21: 372.4

Elaborada por Marcileia Seibert de Barcellos – CRB-6/ES - 656

MONIZE FIORIN GOLDNER

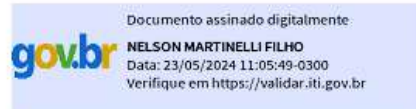
**LITERATURA DE TESTEMUNHO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:
DITADURA E MEMÓRIA EM CONTOS DE BERNARDO KUCINSKI**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional, vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

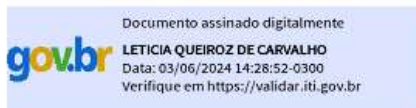
Aprovada em 21 de maio de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

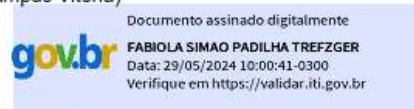
Doutor Nelson Martinelli Filho
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Orientador
(Telepresença: Portaria Nº 783 de 19/11/2021 - Campus Vitória)



Doutora Letícia Queiroz de Carvalho
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Interno
(Telepresença: Portaria Nº 783 de 19/11/2021 - Campus Vitória)



Doutora Fabíola Simão Padilha Trefzger
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Membro Externo
(Telepresença: Portaria Nº 783 de 19/11/2021 - Campus Vitória)



Doutor Weverson Dadalto
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Externo
(Telepresença: Portaria Nº 783 de 19/11/2021 - Campus Vitória)



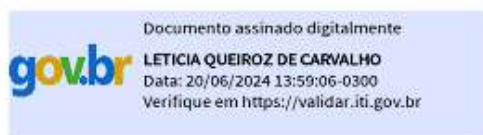
MONIZE FIORIN GOLDNER

GOLDNER, Monize Fiorin; MARTINELLI FILHO, Nelson. **A literatura de testemunho na educação básica**: práticas de leitura com contos de Bernardo Kucinski. Vitória: Ifes, 2024. (E-book).

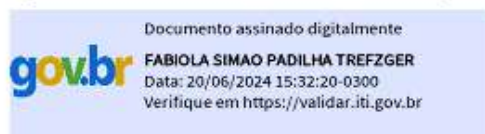
Produto Educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional, vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em 21 de maio de 2024

COMISSÃO EXAMINADORA



Doutora Letícia Queiroz de Carvalho
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Interno
(Telepresença: Portaria Nº 783 de 19/11/2021 - Campus Vitória)



Doutora Fabíola Simão Padilha Trefzger
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes
Membro Externo
(Telepresença: Portaria Nº 783 de 19/11/2021 - Campus Vitória)



Doutor Weverson Dadalto
Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes
Membro Externo
(Telepresença: Portaria Nº 783 de 19/11/2021 - Campus Vitória)

Dedico este trabalho a todos aqueles que foram silenciados por forças opressoras, impedidos de narrarem suas próprias histórias;

a todos que tiveram o direito à lápide negado, o direito à existência, que foram lançados ao mar, em fornos crematórios ou em valas comuns;

às pessoas que lutaram e lutam contra todas as tentativas de apagamento de uma história perversa da nossa nação.

AGRADECIMENTOS

Ao supremo mestre, Jesus, agradeço pelas palavras que me guiam nesta jornada.

Expresso minha gratidão à memória de minha mãe e a todas as mulheres de minha família ao longo das gerações. Suas demonstrações de força e determinação me inspiram a perseverar em busca dos meus objetivos, mesmo diante dos obstáculos enfrentados.

Aos meus colegas de mestrado, meu coração se enche de gratidão por vocês terem trilhado esse percurso comigo, a companhia foi agradável e enriquecedora. Crescemos juntos enquanto construíamos o nosso caminho. Em especial, agradeço a Amarilis, Andreia, Cláudia, Isla, Marcella e Vanderciléia, por serem aconchego e felicidade, tornando essa caminhada mais leve.

Aos meus familiares e amigos. Especialmente a Cesar, Caio, Davi, Monara, Henri, Stela, Luanda, Bárbara, Vitório e Kauã, por serem a tradução da palavra amor em minha vida.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha história de vida e, com seus ensinamentos, contribuíram para minha formação profissional e humana. Sobretudo, aos meus amigos de profissão que me incentivaram e ajudaram neste percurso: Taís, Iana, Maria, Diego, Daniel, Janderson, João, Aline e Fabíola. Dividam comigo os méritos desta conquista, porque ela também pertence a vocês.

A todos os meus professores e professoras do Profletras pela excelência ao ensinar. De forma especial, ao meu orientador, Nelson Martinelli Filho, pela parceria de trabalho, pelo conhecimento partilhado e por me conduzir com tanta serenidade nesta pesquisa.

À banca avaliadora, Dra. Letícia Queiroz de Carvalho, Dra. Fabíola Simão Padilha Trefzger e Dr. Weverson Dadalto, pelas valiosas contribuições na construção deste trabalho.

Por fim, agradeço aos estudantes que frequentaram e frequentam as diversas salas de aula ao longo desses anos de profissão, especialmente àqueles que se prontificaram a envolver-se neste projeto, pelo esforço e dedicação demonstrados. Vocês reforçam o meu amor pelo ensino e são fundamentais para o constante aprimoramento da minha prática docente.

Os desaparecidos

*De repente, naqueles dias, começaram
a desaparecer pessoas, estranhamente.
Desaparecia-se. Desaparecia-se muito
naqueles dias.*

[...]

*O desaparecido é como um rio:
- se tem nascente, tem foz.
Se teve corpo, tem ou terá voz.*

[...]

*A natureza, como a história,
segrega memória e vida
e cedo ou tarde desova
a verdade sobre a aurora.*

*Não há cova funda
que sepulte
- a rasa covardia.
Não há túmulo que oculte
os frutos da rebeldia.*

*Cai um dia em desgraça
a mais torpe ditadura
quando os vivos saem à praça
e os mortos da sepultura.*

Affonso Romano de Sant'Ana

RESUMO

Esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Letras – Profletras, do Ifes – campus Vitória, inserida na linha de pesquisa “Estudos Literários”, propõe um trabalho de leitura e análise de contos de Bernardo Kucinski nos anos finais do ensino fundamental. Objetiva-se mobilizar reflexões sobre violência e autoritarismo em ações do Estado a partir de experiências da ditadura militar brasileira (1964-1985) e, assim, contribuir no processo de formação do sujeito crítico diante de conflitos históricos e sociais. A metodologia utilizada apoia-se na pesquisa de abordagem qualitativa, com algumas particularidades da pesquisa-ação. Como aporte teórico, a pesquisa está fundamentada em Seligmann-Silva (2009, 2010, 2013), Marco (2004), Gagnebin (2006), Ginzburg (2011, 2013), Salgueiro (2012), Ferraz (2015), Adorno (2012), Ourique; Pedroso (2016) sobre os conceitos de testemunho na literatura e sobre a importância da literatura de testemunho na Educação Básica; nos estudos de Seligmann-Silva (2022), Ricoeur (2007) e Gagnebin (2006) quanto à memória e ao esquecimento; nas pesquisas de Gaspari (2002, 2003, 2004) e Napolitano (2014) em relação ao golpe de 1964 e os desdobramentos da ditadura militar brasileira. A pesquisa resultou em um caderno com propostas de atividades, em formato de *e-book*, envolvendo a literatura de testemunho, para ser disponibilizado aos professores da Educação Básica. Esperamos que este trabalho possibilite aos nossos estudantes novas formas de compreender e interpretar a sociedade por meio de experiências significativas na leitura de textos de testemunho.

Palavras-chave: Literatura de testemunho; ditadura militar; Bernardo Kucinski; literatura e ensino

ABSTRACT

This research, developed within the scope of the Professional Master's Degree in Letters – Profletras, at IFES – Vitória campus, inserted in the research line "Literary Studies", proposes a work of reading and analysis of short stories by Bernardo Kucinski in the final years of elementary school. The objective is to mobilize reflections on violence and authoritarianism in State actions based on the experiences of the Brazilian military dictatorship and, thus, contribute to the process of formation of the critical subject in the face of historical and social conflicts. The methodology used is based on qualitative research, with some particularities of action research. As a theoretical contribution, the research is based on Seligmann-Silva (2009/2010/2013), Marco (2004), Gagnebin (2006), Ginzburg (2011/2013), Salgueiro (2012), Ferraz (2015), Adorno (2012), Ourique; Pedroso (2016) on the concepts of testimony in literature and on the importance of testimony literature in Basic Education; in the studies of Seligmann-Silva (2022), Ricoeur (2007) and Gagnebin (2006) regarding memory and forgetting; in the research of Gaspari (2002/2003/2004) and Napolitano (2014) in relation to the 1964 coup and the consequences of the Brazilian military dictatorship. The research resulted in a notebook with proposals for activities, in e-book format, involving the literature of testimony, to be made available to Basic Education teachers. We hope that this work will enable our students to understand and interpret society through meaningful experiences in reading testimony texts.

Keywords: Testimony literature; military dictatorship; Bernardo Kucinski; Literature and teaching

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fachada da escola.....	75
Figura 2 – Área interna da escola.....	76
Figura 3 – Sala de aula da escola.....	76
Figura 4 – Biblioteca da escola.....	77
Figura 5 – Auditório da escola.....	77
Figura 6 – Quadra poliesportiva próxima à instituição.....	78
Figura 7 - Relato de participante I.....	83
Figura 8 - Relato de participante II.....	84
Figura 9 - Relato de participante III.....	86
Figura 10 - Relato de participante IV.....	87
Figura 11 - Relato de participante V.....	91
Figura 12 – Roda de leitura e discussão do conto “Joana”.....	93
Figura 13 - Relato de participante VI.....	95
Figura 14 - Relato de participante VII.....	99
Figura 15 – Roda de leitura e discussão do conto “Tio André”.....	101
Figura 16 - Relato de participante VIII.....	103
Figura 17 - Relato de participante IX.....	106
Figura 18 - Relato de participante X.....	109
Figura 19 - Relato de participante XI.....	110
Figura 20 – Carta ao autor.....	112
Figura 21 – Memória de leitura 1.....	116
Figura 22 – Memória de leitura 2.....	117
Figura 23 – Produção dos cartazes.....	119

Figura 24 – Visita à exposição dos cartazes.....	120
Figura 25 – Espaço preparado para a culminância das oficinas literárias.....	120
Figura 26 - Capa do produto educacional.....	124
Figura 27 - Encontro para validação do produto educacional.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Validação do produto educacional - Pergunta 1.....	127
Gráfico 2 - Validação do produto educacional - Pergunta 2.....	127
Gráfico 3 - Validação do produto educacional - Pergunta 3.....	128
Gráfico 4 - Validação do produto educacional - Pergunta 4.....	128
Gráfico 5 - Validação do produto educacional - Pergunta 5.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 REVISÃO DE LITERATURA: DIÁLOGOS COM OUTRAS PESQUISAS DA	
ÁREA.....	19
1.1 LITERATURA DE TESTEMUNHO E DITADURA MILITAR	20
1.2 BERNARDO KUCINSKI.....	22
1.3 LITERATURA E ENSINO	24
2 LITERATURA E DITADURA: A IMPORTÂNCIA DO TESTEMUNHO.....	28
2.1 O <i>MODUS OPERANDI</i> DA DITADURA MILITAR E A MEMÓRIA SOCIAL	
BRASILEIRA.....	28
2.2 O TESTEMUNHO NA LITERATURA E NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	40
2.3 A QUESTÃO DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO.....	48
3 A ESCRITA TESTEMUNHAL DE KUCINSKI	54
3.1 O AUTOR BERNARDO KUCINSKI.....	54
3.2 A OBRA <i>VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM E OUTROS CONTOS</i>	56
3.2.1 “Joana”.....	59
3.2.2 “Tio André”	62
3.2.3 “O velório”	64
3.2.4 “A instalação”	69
3.2.5 “A lista”	70
4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	73
4.1 O AMBIENTE DA PESQUISA.....	75
4.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	78
4.3 AS OFICINAS LITERÁRIAS	79
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	81
5.1 OFICINA 1 - O PROJETO DE PESQUISA E A LITERATURA DE	
TESTEMUNHO.....	81
5.2 OFICINA 2 - O CONTEXTO HISTÓRICO, O AUTOR E A OBRA.....	85
5.3 OFICINA 3 – CONTO “JOANA”	89
5.4 OFICINA 4 – CONTO “O VELÓRIO”	93
5.5 OFICINA 5 – CONTO “TIO ANDRÉ”	97
5.6 OFICINA 6 – CONTO “A LISTA”	101

5.7 OFICINA 7 – CONTO “A INSTALAÇÃO”	104
5.8 OFICINA 8 – HOMENAGENS A TORTURADORES E ASSASSINOS? NÃO!.....	108
5.9 OFICINA 9 – DITADURA NUNCA MAIS!.....	109
5.10 OFICINA 10 – QUERIDO AUTOR... ..	110
5.11 OFICINA 11 – MEMÓRIAS DE LEITURA.....	115
5.12 OFICINA 12 – PRODUÇÃO E EXPOSIÇÃO DE UM MURAL NA ESCOLA.....	118
5.13 OFICINA 13 – CAFÉ E MEMÓRIAS DE LEITURA.....	120
6 PRODUTO EDUCACIONAL	123
6.1 VALIDAÇÃO DO CADERNO PEDAGÓGICO.....	125
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS.....	134
ANEXOS.....	138
ANEXO A - Termo de Consentimento.....	138
ANEXO B - Termo de Assentimento.....	139

INTRODUÇÃO

*Pois é preciso saber que a palavra é sagrada
Que de longe muito longe um povo a trouxe
E nela pôs sua alma confiada*

*De longe muito longe desde o início
O homem soube de si pela palavra*

(Sophia de Mello Breyner Andresen)

As palavras sempre me fascinaram e elas possuem uma grande importância em minha trajetória acadêmica e de vida. Quando criança, encantava-me com as histórias que surgiam delas ao serem contadas por familiares e amigos. Ainda menina, era conduzida pelas lendas, “causos”, contos e outras narrativas à percepção da complexidade humana... coragem, medos, lealdade, traições, ambições, arrependimentos e outras questões que sempre dialogaram com a existência humana se faziam presentes nessas histórias da tradição oral, passadas através de gerações, narrativas que rompiam as barreiras do espaço geográfico, atravessavam o tempo e entrelaçavam os séculos pelas palavras.

O percurso escolar me proporcionou o contato com a palavra escrita e a consequente felicidade de conhecer outras histórias, primeiro, lidas por meus professores e, posteriormente, por mim. A leitura preenchia os meus dias de criança com grandes aventuras e descobertas. Os livros tornaram-se meus companheiros constantes e a biblioteca escolar, meu lugar favorito. No decorrer da minha infância e adolescência, eu lia tudo que fosse acessível, jornais, revistas, enciclopédias, mas a leitura literária era o que realmente me envolvia.

Cursei a educação básica em escolas públicas, contexto que me orgulha e que hoje defendo. No decorrer desse período, minhas leituras literárias cresceram e foram me (trans)formando. Hoje, posso afirmar que o grande divisor de águas na escolha da minha profissão foram as experiências e o encantamento que vivi através das palavras. Ao concluir o ensino médio, conquistei algumas bolsas integrais de estudo. As dúvidas da juventude levaram-me a escolher uma bolsa na área da saúde. Entretanto, a certeza da docência veio depois de alguns meses. Optei por essa travessia. Para mim, a

educação foi transformadora e o meu desejo era possibilitar que também fosse para outras pessoas.

Em 2015, graduei-me no curso de Letras Português, Inglês e respectivas Literaturas. Em 2016, efetivei-me no cargo de professora de Língua Portuguesa da Rede Pública Estadual do Espírito Santo. Para além do encantamento vivenciado na infância e adolescência, no decorrer da minha trajetória acadêmica e profissional, compreendi o acesso aos textos literários como direito essencial para a formação escolar e humana dos estudantes. Contudo, deparava-me, em sala de aula, com diversas dificuldades enfrentadas pelos professores de Língua Portuguesa, entre elas, o desinteresse dos discentes em relação à leitura literária.

Para mim, a literatura reveste as palavras de significados e pode desenvolver autonomia e liberdade a quem dela se apropria. Portanto, passei a refletir sobre como fazer meus alunos experienciarem a leitura literária de forma significativa e quais práticas poderiam ser mobilizadas para a formação de leitores críticos, capacitados para atuarem e transformarem a sociedade. Dessa forma, o Mestrado Profissional em Letras – Profletras despontou para mim como uma possibilidade na busca de novos conhecimentos e métodos pedagógicos adequados e inovadores, proporcionando uma forma de trabalhar a teoria e relacioná-la à prática.

Ao pensar no desenvolvimento deste estudo e em conversa com o meu orientador, o professor dr. Nelson Martinelli Filho, tive clareza quanto à delimitação do foco investigativo desta pesquisa. A literatura de testemunho era uma das minhas preferências literárias e já perpassava minha prática de ensino, contudo, carecia de investigação. Tocada pela literatura testemunhal de Bernardo Kucinski, em especial, pela obra *Você vai voltar para mim e outros contos*, percebi a literatura como arma de denúncia e resistência, como uma forma de contar a história das minorias, daqueles cuja voz foi negada por uma ideologia dominante, que os algozes tentaram silenciar, histórias desprezadas e apagadas da memória coletiva.

A literatura, muitas vezes tratada como objetivo secundário nas aulas de Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental, proporciona aos nossos alunos e alunas da educação básica uma reflexão profunda sobre questões humanas. Antonio Candido defende que, por meio da força da palavra organizada e elaborada, a linguagem literária possui um grande poder humanizador. Segundo o autor, “A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo.” (2004, p. 177). Dessa forma, entende-se que a capacidade

humanizadora da literatura passa por uma relação profunda com o sujeito inserido e em interação com o mundo, contribuindo para formas de perceber, organizar e interpretar a sociedade.

Assim, a literatura é um meio que se contrapõe à alienação provocada por fatores sociais, conectando as pessoas com suas próprias emoções e com as experiências alheias. Ela possibilita que os leitores se identifiquem com uma variedade de personagens, experimentem diferentes perspectivas e, conseqüentemente, ampliem a compreensão do mundo que os cerca.

Nesse contexto, a literatura de testemunho, pela possibilidade de mediação da linguagem a partir de experiências de grande impacto na organização social, torna-se de extrema importância na formação de nossos alunos e alunas, pois contribui para a sensibilização e identificação com o outro em situações de violação dos direitos humanos ao evidenciar, por meio de textos literários, crimes contra a humanidade que não devem se repetir. Os contos de Bernardo Kucinski, autor cuja história é marcada pela violência da ditadura militar, permitirão que nossos estudantes percebam a linguagem literária como uma forma de ressignificar eventos desse período por meio de vários recursos simbólicos que dão aos fatos históricos diversos níveis de leitura, capazes de sensibilizar o leitor não apenas no que se conta, mas na forma com que se conta.

Nossos alunos leitores também poderão, no decorrer desse processo, identificar a própria relação com a linguagem e a maneira como eles elaboram/ constroem suas questões mais profundas e que a eles cabe a reação quando algum tipo de silenciamento for imposto por forças opressoras, uma vez que a voz deles pode e deve ser ouvida. Dessa forma, por meio da reorganização da experiência no campo da linguagem, que vai além dos gêneros mais tradicionais na documentação de regimes autoritários, a literatura permite aos nossos estudantes reconhecer a importância do testemunho, da denúncia, da resistência, a fim de que a violência de Estado seja exposta, evidenciando a necessidade de um compromisso ético de conservar e transmitir essa memória, que é constantemente esquecida ou manipulada pelos órgãos oficiais¹, para que eventos como esse não se repitam.

¹ É importante fazer uma ressalva e evidenciar alguns “órgãos oficiais” que buscam fazer justiça às vítimas da ditadura militar brasileira. Assim, destaca-se o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei 12.528/2011, que investigou e produziu extensos relatórios sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas na ditadura. Pode-se citar também, dentre outros, os documentos produzidos por universidades públicas, secretarias de educação, museus, comissões governamentais e comissões da verdade instaladas em câmaras de vereadores e assembleias legislativas estaduais.

O trabalho, em sala de aula, com textos de testemunho se faz ainda mais urgente neste momento em que a sociedade brasileira vivencia o absurdo dos comentários em redes sociais e das manifestações públicas homenageando torturadores, pedindo intervenção militar no governo, a volta da ditadura e, conseqüentemente, apoiando a tortura e outras graves violações aos direitos humanos². Ironicamente, esses discursos autoritários chegam ao poder por vias democráticas, e posteriormente tentam corromper a própria democracia, passando, nos últimos anos, a ocupar variadas áreas da vida pública e política, da presidência à municipalidade. Assim, frente aos discursos autoritários e contrários à democracia, acreditamos que a literatura de testemunho pode ser um caminho que leva à memória e à reflexão. Como pontua a professora e pesquisadora Fabíola Padilha, no prefácio de *A cicatriz e outras histórias*:

A não superação das barbáries históricas, como frequentemente tem sido frisado, nestes tempos obscuros de avanço irrefreável da extrema direita no Brasil e em diversas partes do mundo, impõe a urgente tarefa de escavar o passado traumático, a fim de impedir que a verdade do que aconteceu se converta em mentira por artimanhas retóricas negacionistas, capazes de fomentar a repetição do “inimaginável” no presente (2021, p. 21).

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa é proporcionar, nas aulas de Língua Portuguesa dos anos finais do ensino fundamental, experiências significativas na leitura de textos com forte teor testemunhal, a fim de mobilizar reflexões sobre violência e autoritarismo em ações do Estado, a partir de experiências da ditadura militar brasileira, de modo a consolidar uma cultura da memória no contexto escolar. Os objetivos específicos são: compreender a linguagem literária como fundamental no processo de formação do sujeito crítico diante de conflitos históricos e sociais; entender a literatura de testemunho como documento histórico que conserva e transmite experiências em contextos de violência; propor leituras e análises de contos de Bernardo Kucinski, de modo a contribuir com as reflexões em torno do autoritarismo da ditadura militar brasileira; e produzir um caderno pedagógico em forma de *e-book* com atividades envolvendo a literatura de testemunho, a fim de contribuir com as práticas de leitura literária de outros professores de Língua Portuguesa.

² Nos referimos a grupos de extrema direita e setores mais conservadores da sociedade que defendem uma visão autoritária do governo, desejando um retorno a um período em que a ordem era imposta pela força e a dissidência era silenciada. Essa mentalidade pode ser encontrada em uma variedade de setores da sociedade brasileira, principalmente entre empresários, ruralistas, evangélicos e militares. No entanto, é importante ressaltar que nem todos os membros desses grupos compartilham essas visões extremistas, e muitos são defensores da democracia e dos direitos humanos.

Após mostrarmos os objetivos desta pesquisa, na próxima seção, apresentaremos os diálogos realizados com dissertações e teses que contribuíram para a construção deste trabalho.

1 REVISÃO DE LITERATURA: DIÁLOGOS COM OUTRAS PESQUISAS DA ÁREA

“O diálogo cria base para colaboração.”

(Paulo Freire)

O diálogo com outras produções acadêmicas possibilita importantes reflexões aos pesquisadores que se debruçam sobre a necessária tarefa investigativa. Portanto, este capítulo tem por objetivo analisar teses e dissertações a fim de ampliar a visão acerca da temática que norteia nossa pesquisa, permitindo-nos perceber diferentes pontos de vista e lacunas que podem se tornar potenciais para o nosso estudo.

Para tanto, fizemos pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Banco de Dissertações do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, em busca de trabalhos que dialogassem com a nossa pesquisa.

A partir dos descritores “literatura de testemunho”, “ditadura militar”, “Bernardo Kucinski” e “literatura e ensino” aplicamos os filtros *Linguística, Letras e Artes*, no campo *Grande Área do Conhecimento*, e, em relação ao ano de publicação, optamos por trabalhos realizados a partir de 2016, ano de significativas mudanças no cenário político e social brasileiro³. Como critérios de seleção, utilizamos a aproximação temática e a leitura de resumos.

A seguir, apresentaremos, em três subcapítulos, as pesquisas escolhidas que dialogam com nossos descritores e contribuem de forma significativa para o nosso trabalho. No primeiro, dialogaremos com pesquisas que versam sobre a literatura de testemunho e a ditadura militar; no segundo, com dissertações sobre Bernardo Kucinski; e, no terceiro, com trabalhos que discorrem sobre literatura e ensino.

³ Nos referimos ao golpe de Estado de 2016, o qual destituiu a presidenta Dilma Rousseff; ao fato de a extrema direita ter alcançado o poder acarretando homenagens a torturadores, aumento dos discursos de ódio e sucessivos ataques ao ensino e à educação; vale destacar também as manifestações públicas em apoio à intervenção militar no governo.

1.1 LITERATURA DE TESTEMUNHO E DITADURA MILITAR

Com o propósito de refinar o diálogo com os pares e encontrar pesquisas que trouxessem uma abordagem mais próxima referente ao objeto de estudo deste trabalho, juntamos os descritores “literatura de testemunho” e “ditadura militar”. Dessa forma, selecionamos três estudos que se aproximam da nossa pesquisa por também abordarem a literatura de testemunho no contexto da ditadura militar, um período recente na história do Brasil de repressão e abuso de poder.

A primeira dissertação analisada é da pesquisadora Iris Friedman (2016) e intitula-se *Literatura de Testemunho e a denúncia de uma voz ausente em Primo Levi e Bernardo Kucinski*. A autora propõe um estudo, a partir da perspectiva da literatura de testemunho, das obras *É isto um homem?* (1988), de Primo Levi, e *K. – Relato de uma busca* (2014), de Bernardo Kucinski.

A autora considera, assim como nós, a importância da literatura de testemunho na compreensão de eventos-limite como a ditadura militar brasileira e que essa modalidade literária possibilita novas interpretações sobre esse momento histórico ao romper com o discurso do regime militar e recuperar relatos que a ditadura tentou silenciar.

A pesquisa também dialoga com a nossa ao defender a importância da linguagem no processo de reelaboração das experiências traumáticas. A importância da literatura de testemunho para reconstruir uma história que se pretendeu e, ainda hoje, se pretende apagar. Como aporte teórico, a autora contempla dois pesquisadores que também fazem parte do embasamento teórico desta pesquisa: Márcio Selligmann-Silva e Jeanne Marie Gagnebin.

A segunda dissertação, intitulada *Literatura em tempos sombrios: os porões da ditadura civil-militar no romance K. – Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, do pesquisador Rafael Nunes Ferreira (2018), objetiva analisar as estratégias e os recursos estético-literários empregados por Kucinski na construção de sua obra testemunhal, bem como discutir a sua relevância no conjunto de textos produzidos sobre o período ditatorial.

Com seu trabalho, Ferreira (2018) contribui com a nossa pesquisa quanto às discussões acerca da literatura de testemunho, destacando suas especificidades no contexto brasileiro. Em um cenário de manifestações públicas de uma parcela significativa da sociedade favoráveis ao regime militar, apoio à tortura e diversas outras

violações aos direitos humanos praticadas na ditadura, o pesquisador defende a imperativa necessidade atual de entender o passado para impedir a reprodução da barbárie.

Para tanto, o autor argumenta sobre a importância da literatura de testemunho para a compreensão crítica do período ditatorial, que, além de preservar e transmitir a memória daqueles que “sucumbiram em tempos mais sombrios” (Ferreira, 2018, p. 107), pode também refletir, de forma mais ampla, sobre “o caráter contínuo da violência existente na cultura brasileira, tornando possível, assim, compreendê-la sob o viés de um problema histórico e social ininterrupto (Ferreira, 2018, p. 107). Ademais, a pesquisa pontua a importância da elaboração da experiência da ditadura militar de forma pública e coletiva.

O terceiro trabalho analisado é a tese *As memórias do trauma na reconfiguração da história em K. Relato de uma busca e Os visitantes*, de Bernardo Kucinski, da pesquisadora Sandra de Fátima Kalinoski (2020). O estudo busca analisar e discutir produções literárias que representam, no campo estético, estrutural e reflexivo, os elementos e impactos acarretados em decorrência da ditadura implantada no Brasil após o golpe de 1964. Organizada em três segmentos básicos, o primeiro capítulo da pesquisa aborda a literatura de testemunho, o segundo capítulo trata de questões relacionadas ao contexto histórico, social e político em torno da ditadura militar brasileira e o terceiro capítulo é dedicado à análise do *corpus* da tese.

Em diálogo com a nossa pesquisa, a autora considera a literatura como espaço de resistência frente às estratégias de silenciamento e apagamento do período ditatorial no Brasil: “Resistência essa que reascende a chama contra o esquecimento ao dar espaço para as vozes que tentam recuperar o passado e lutam incansavelmente contra o apagamento da memória coletiva” (Kalinoski, 2020, p. 17). Segundo a pesquisadora, a literatura de testemunho, além de confrontar o discurso dos militares sobre os eventos ocorridos, possibilita diferentes perspectivas de compreensão.

As dissertações e tese analisadas neste capítulo apresentam traços de aproximação com o nosso trabalho, possibilitando significativas reflexões. Contudo, percebemos dois pontos importantes que se distanciam da nossa pesquisa. O primeiro refere-se à perspectiva do ensino, pouco abordada nas pesquisas analisadas e bastante presente neste trabalho. O segundo ponto se relaciona ao direcionamento etário do público, pois o *corpus* adotado em nosso estudo privilegia jovens leitores, diferente das produções acadêmicas com que dialogamos.

Dessa forma, acreditamos que a nossa proposta de trabalhar a literatura de testemunho no ensino fundamental possa potencializar a promoção do acesso à história do passado ditatorial brasileiro, aquela que reiteradamente tenta-se negar e encobrir, proporcionando aos estudantes da Educação Básica reflexões críticas diante de contextos violentos e repressivos.

1.2 BERNARDO KUCINSKI

Em relação ao descritor “Bernardo Kucinski” selecionamos três pesquisas para dialogar com este estudo. A primeira é a dissertação *O Livro-Lápide de Ana Rosa: Testemunho e luto na literatura de Bernardo Kucinski*, da autora Izabel Maria Fonseca Vieira Sá (2020). O objetivo do trabalho é analisar dois livros do autor Bernardo Kucinski: *K: relato de uma busca* e *Os visitantes*, a fim de estabelecer relações entre a vida do autor e suas obras. A pesquisa discute a importância da literatura na elaboração do trauma e trabalha com teorias da memória e do testemunho.

Embora os dois livros de Bernardo Kucinski adotados como corpus da pesquisa supracitada não sejam obras analisadas neste estudo, a autora tece importantes considerações sobre o conto “O velório”, do mesmo autor, presente na coletânea *Você vai voltar para mim* (2014), que será um dos cinco contos utilizados na nossa proposta de intervenção na leitura dos alunos. A dissertação também estabelece diálogo com a nossa pesquisa por trabalhar com a temática da memória da ditadura militar brasileira na literatura.

Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas, a segunda dissertação analisada é do autor Leandro Harisson da Silva Vasconcelos (2018), intitulada *Memória, testemunho, trauma e luto em Você vai voltar pra mim e outros contos, de Bernardo Kucinski*. A pesquisa, de natureza bibliográfica, busca discutir a questão da memória, do testemunho, do trauma e do luto na obra *Você vai voltar pra mim e outros contos*, de Bernardo Kucinski.

Vasconcelos (2018) disserta, na parte inicial de seu trabalho, sobre o contexto histórico em que se instaurou a ditadura militar brasileira, abordando também o papel da Comissão Nacional da Verdade e como os relatos nas sessões da CNV proporcionaram a escrita dos contos presentes no livro *Você vai voltar pra mim*. Posteriormente,

apresenta a biografia de Bernardo Kucinski e tece um pequeno resumo sobre as obras literárias publicadas pelo autor.

Para embasar teoricamente a pesquisa, Vasconcelos (2018) discute os conceitos de memória, trauma, luto, testemunho e o uso da literatura para testemunhar, dialogando com autores representativos desses campos de estudo. Dos nove contos de Bernardo Kucinski analisados no decorrer da dissertação de Vasconcelos (2018), três pertencem ao corpus adotado em nossa pesquisa e trouxeram pertinentes reflexões para o nosso estudo: “Joana”, “O velório” e “Tio André”.

A dissertação de Suzeli Santos Santana (2019), cujo título é *Testemunho, ditadura e trauma em contos de Bernardo Kucinski*, objetiva analisar o teor testemunhal da obra *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), de Bernardo Kucinski, a fim de discutir questões relacionadas à tortura, ao trauma e à memória. A pesquisa discorre sobre a possibilidade da elaboração do trauma na linguagem literária.

O *corpus* de análise do trabalho supracitado são quatro contos de Kucinski: “Recordações do casarão”, “Sobre a natureza do homem”, “Dodora” e “Tio André”, sendo este último um dos contos selecionados para a nossa pesquisa. Santana (2019) justifica que a escolha ocorreu, inicialmente, por fatores subjetivos, sendo que as narrativas foram as que mais a impactaram como leitora. Em seguida, a autora afirma que esse recorte também aconteceu porque os enredos se aproximavam tematicamente em torno de questões da elaboração de memórias traumáticas pela linguagem.

A dissertação de Santana (2019) destaca-se como uma investigação bibliográfica, embasando-se em estudiosos de diversas áreas do conhecimento, como Adorno, Agamben, Gagnebin, Ginzburg, Moraña, Penna, Sarlo, Seligmann-Silva e Viñar. Com o objetivo de discutir as relações entre arte e sociedade e em harmonia ao pensamento de Adorno (1970), a autora diz que

intenta-se mostrar como os modos de narrar de Kucinski estão intimamente ligados às configurações políticas sociais, isto é, compreender as relações entre as configurações da narrativa (os aspectos formais discursivos), seu contexto sociopolítico representado (o regime civil-militar brasileiro) e seu contexto de produção (momento em que a democracia do Brasil se encontra ameaçada) (2019, p. 9).

Dessa forma, a leitura dos contos de Kucinski proposta pela pesquisadora visa compreender de que forma “a literatura produzida no contexto pós ditadura civil-militar problematiza os aspectos de autoritarismo, violência, trauma e memória” (Santana, 2019,

p. 9). Nesse sentido, em diálogo com o nosso estudo, a pesquisadora destaca a necessidade de recriar o momento histórico da ditadura brasileira por meio, principalmente, da literatura, a fim de proporcionar debates sobre os direitos humanos e garantir o direito à memória, tão necessários em uma sociedade marcada pelo legado autoritário.

As três pesquisas analisadas contribuíram com reflexões acerca da nossa proposta de trabalhar os contos de Bernardo Kucinski, confirmando a importância do referido autor no campo literário e, conseqüentemente, para essenciais discussões na esfera social.

1.3 LITERATURA E ENSINO

Dentre os trabalhos encontrados com enfoque no descritor “literatura e ensino”, selecionamos três que se aproximam da nossa pesquisa por investigarem práticas significativas de leitura literária nos anos finais do ensino fundamental.

A dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande, na linha de pesquisa em Literatura e Ensino, intitulada *Memórias de família: uma experiência de leitura literária no ensino fundamental com a obra Por parte de pai, de Bartolomeu Campos Queirós*, da pesquisadora Ana Carla Souza (2016), destaca a importância de incentivar a leitura literária na escola e também fora desse espaço.

Dividida em dois momentos, um teórico e outro de ordem prática, sendo o último a fase da intervenção em sala de aula, a pesquisa teve como objetivo geral verificar a recepção da narrativa *Por parte de pai* (1995), de Bartolomeu Campos Queirós, por alunos do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública no município de Fagundes – PB.

Souza (2016) acredita na possibilidade de ampliação dos horizontes de leitura dos alunos por meio da abordagem do texto literário em sala de aula e pontua que as aulas elaboradas a partir da obra *Por parte de pai* (1995) podem ser adaptadas a fim de promover outras práticas de leitura do texto literário, de forma especial, com narrativas memorialistas. Sobre o trabalho desenvolvido, a autora afirma que

Com este trabalho promovemos discussões acerca dos temas memória e família, assim elaboramos um percurso para que os alunos pudessem entender o aspecto memorialista do livro. As construções de sentidos apreendidas por

eles partiram primeiramente do próprio contexto dos alunos, da relação família e das memórias que eles guardam da convivência com seus avós, para, assim, chegarmos à compreensão dos personagens e do enredo do livro. É possível afirmar que as estratégias que partem do contexto dos alunos ao estudo da obra contribuem para aproximar os discentes do texto literário com mais facilidade, pois eles naturalmente buscam relacionar a história às suas experiências (2016, p. 120-121).

Dessa forma, a pesquisadora defende que os discentes não sejam passivos perante a obra trabalhada, pelo contrário, participem nas construções de sentidos, sejam sujeitos ativos nas práticas literárias. Ademais, a dissertação analisada também reconhece as dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino da literatura e advoga um projeto educacional que desperte nos alunos o encanto pelas palavras.

Outra dissertação que dialoga com este estudo é da pesquisadora Juliana Souza Barbosa (2018), cujo título é *Conto fantástico: uma abordagem do letramento literário em turmas de 9º ano do ensino fundamental*. Apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade Estadual de Mato Grosso, a pesquisa propõe promover, por meio de abordagens significativas, práticas de leitura de textos literários.

Estruturado em quatro capítulos, o trabalho enfatiza a urgência de reflexões no que tange a práticas de leitura literária no ambiente escolar em que “os espaços destinados à literatura ficaram em segundo plano, afastando os estudantes de uma formação mais humana” (Barbosa, 2018, p. 10). Dessa forma, a pesquisa destaca a relevância da literatura para a sociedade, seu poder humanizador e “a capacidade que o texto literário possui de nos organizar e de organizar o nosso universo” (Barbosa, 2018, p. 13). A autora afirma que,

Por meio da literatura nos tornamos mais atentos à vida, modificamos nossa maneira de ver o mundo, nos tornamos indivíduos menos manipuláveis, mais críticos. Como uma das esferas sociais responsáveis pela formação humana e cidadã, a escola tem o dever de oferecer abordagens do texto literário que contemplem essas possibilidades. É necessário que o trabalho com a literatura no ambiente escolar ultrapasse a leitura para fins relacionados ao ensino de boas maneiras, ou o que é mais comum, para fins de ensino de tópicos gramaticais (2018, p. 10).

Assim, a pesquisadora orienta o abandono do viés utilitarista da literatura que perpassa a prática escolar e, com o objetivo de contribuir para a compreensão crítica do texto literário pelos discentes, apresenta, ao longo do estudo, possibilidades metodológicas para trabalhar o texto literário nos anos finais do ensino fundamental.

Além disso, discorre sobre quais textos seriam mais adequados para a faixa etária dos estudantes.

A dissertação de Barbosa (2018) também se alinha a nossa proposta de trabalhar com contos. A autora afirma que a aceitação pelos alunos foi maior do que textos literários mais longos e que a brevidade da narrativa possibilitou a leitura integral na sala de aula, facilitando a mediação do professor, pois para auxiliar na compreensão “em vários momentos das atividades foi necessária uma pausa nas leituras para explicar termos, expressões ou retomar trechos anteriores” (2018, p. 86). Ademais, a pesquisadora destaca a necessidade de o estudante envolver-se com os textos, discutindo suas leituras, trocando interpretações e as registrando.

Realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Letras – Profletras, do Ifes campus Vitória, a terceira dissertação que colabora com este estudo é da pesquisadora Lohaynne Gomes Mello (2021), intitulada *A experiência de leitura a partir da literatura de testemunho no ensino fundamental II*. O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a experiência de leitura de alunos do Ensino Fundamental II, a partir das experiências juvenis advindas do contato com a literatura de testemunho na sala de aula.

Mello (2021) defende que o ensino da literatura de testemunho pode contribuir para a formação de leitores críticos, que reflitam sobre situações históricas a fim de compreenderem questões vividas no presente. A autora afirma que, em sala de aula, a literatura de testemunho pode “permitir que o aluno se veja como sujeito agente na sociedade e na sua própria formação, e que tem poder para gerar mudanças sociais e políticas” (2021, p. 39). Corroborando essa ideia, um dos objetivos da pesquisa consistiu na elaboração de um produto educacional em forma de *e-book* para auxiliar os professores no trabalho com a literatura de testemunho:

Com o caderno pedagógico foi possível construir um projeto com rodas de leitura que traz aos professores possibilidades de ampliação de estratégias de incentivo à leitura a partir da literatura de testemunho. Os textos utilizados são de gêneros diversos e falam das experiências traumáticas vividas por diversas pessoas, mostrando que precisamos olhar para a história e não permitir que ela se repita. Foi possível deixar clara a importância de narrar, para que as memórias não se apaguem e que nós, sociedade, não esqueçamos o que vivemos e como chegamos até aqui. Através dessas leituras, oportunizamos a reflexão partindo das experiências e traumas de outras pessoas. E terminamos com mais uma certeza: a de termos produzido um material que pode auxiliar diversos professores nessa tarefa (Mello, 2021, p. 65).

Mello (2021) explica que, devido à crise sanitária da COVID-19, o planejamento inicial que seria a aplicação prática das propostas do Caderno Pedagógico foi alterado, assim, o Produto Educacional foi validado, de forma remota, por professores de Língua Portuguesa. A produção de um material didático em forma de *ebook* alinha-se a um dos objetivos da nossa pesquisa e, como foi salientado pela autora, é um importante material de apoio aos professores que, por diversos fatores, são sobrecarregados e impedidos de produzirem esse tipo de conteúdo, o qual possibilita leituras críticas e reflexivas pelos discentes.

As pesquisas com as quais dialogamos investigaram, assim como este estudo se propõe, práticas significativas de leitura de textos literários nos anos finais do ensino fundamental. Todas concordam conosco sobre a importância do ensino de literatura e sobre a necessidade dessas investigações em um cenário educacional que, por diversas razões, inviabiliza a prática investigativa dos professores.

Após o diálogo com outras produções acadêmicas que trouxeram importantes contribuições para este estudo, apresentaremos, no próximo capítulo, o referencial teórico que embasa esta pesquisa.

2 LITERATURA E DITADURA: A IMPORTÂNCIA DO TESTEMUNHO

*Sou o poeta
dos torturados,
dos “desaparecidos”,
dos atirados ao mar,
sou os olhos atentos
sobre o crime. [...]*

*Venho falar
pela boca de meus mortos.
Sou poeta-testemunha,
poeta da geração de sonho
e sangue
sobre as ruas de meu país.*

(Pedro Tierra)

2.1 O MODUS OPERANDI DA DITADURA MILITAR E A MEMÓRIA SOCIAL BRASILEIRA

*Não era mole aqueles dias
de percorrer de capuz
a distância da cela
à câmara de tortura*

(Alex Polari)

No dia 1 de abril do ano de 1964, a ditadura militar foi instaurada no Brasil, atendendo a um clamor conservador dos militares e também de algumas parcelas da população. A princípio, as lideranças do regime sinalizaram que seria um governo militar provisório.

Ao que parece, todos, conspiradores e governistas, acreditaram que se tratava de mais uma intervenção militar à brasileira: cirúrgica, de curta duração, que logo devolveria o poder aos civis, em um ambiente político “saneado”, como as direitas gostavam de dizer (Napolitano, 2014, p. 77).

Contudo, a conservação do regime ditatorial acabou durando 21 anos. Além de autoritarismo, truculência e desorganização, uma de suas marcas indelévels na história nacional foi o rastro deixado pelo uso da violência em ações do Estado. Iniciada após a deposição do então presidente democraticamente eleito, João Goulart, a ditadura se intensificou através dos Atos Institucionais — decretos com poder de constituição objetivando a manutenção da ordem instaurada pelos militares.

Os atos seguiram crescendo e atingiram seu ponto mais inflexível no Ato Institucional Número Cinco (AI-5) de 1968, vigente por dez anos a partir de seu decreto. No período ditatorial, a Constituição de 1946 deu lugar à Constituição de 1967, enquanto o Congresso Nacional sofria uma dissolução. As liberdades civis foram suprimidas e um código de processo penal militar foi criado para possibilitar ao Exército e à Polícia Militar prender e encarcerar quem quer que considerassem suspeitos. A manobra também impossibilitava revisões judiciais. Esses horrores foram denunciados, a princípio, pela imprensa e outros setores da sociedade (intelectuais, artistas, grupos opositores em geral), mas também passaram por processos de encobrimento e controle de narrativa por parte dos militares, culminando na insensibilidade aos relatos por parte de uma população ora vítima da desinformação causada pelo próprio regime, ora conivente com ele (especialmente os setores mais conservadores da sociedade civil):

Por dois meses publicaram-se denúncias esparsas na imprensa, até que no dia 1º de setembro, o Correio da Manhã abriu em suas páginas uma das memoráveis campanhas da história da imprensa brasileira. Num editorial intitulado “Tortura e insensibilidade” denunciava: Todos os dias, desde 1º de abril, o público e as autoridades tomam conhecimento com detalhes cada vez mais precisos e em volume cada vez maior de atentados contra o corpo e a mente de prisioneiros culpados e inocentes. No entanto, desde o dia 1º de abril, o silêncio pesa por sobre esses crimes. Não há uma explicação, uma nota, um protesto oficial sobre as denúncias. Esse silêncio, e a própria frequência com que se toma conhecimento das torturas, provocam uma reação ainda mais sinistra: verifica-se a tendência para cair numa gradual insensibilidade (Gaspari, 2002, p. 146).

Uma nova ordem político-social foi instaurada no país — o que viria a influenciar a vida das pessoas de inúmeras formas. A seguir, há uma pequena exposição e análise de um vislumbre das ações da ditadura militar que tiveram impacto direto na construção da memória social brasileira desse período. Essa análise baseia-se na série de livros de Elio Gaspari, que abordam os anos da ditadura militar no Brasil (*A Ditadura Envergonhada*; *A Ditadura Escancarada*; *A Ditadura Derrotada*; *A Ditadura Encurralada*; e *A Ditadura Acabada*); e a obra *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, de Marcos

Napolitano. Nos relatos e interpretações fornecidos pelos escritores, encontram-se não apenas acontecimentos e personagens relevantes desse período histórico, mas também alguns pormenores que tendem a desaparecer da vista de quem observa os grandes murais da história pelo retrovisor.

Há uma ligação direta entre os estudos sobre a ditadura militar e o componente curricular de História na Educação Básica. Entretanto, é importante também ampliar os conhecimentos acerca desse período sob a perspectiva das aulas de Língua Portuguesa e Literatura, haja vista que as manifestações culturais de um povo se dão através da sua língua e das suas diversas formas de articulação e, no período ditatorial, surgiram manifestações nas esferas cultural, artística, social e política, com artistas e militantes da resistência bravamente promovendo expressões contrárias ao regime como uma forma de manifestar insatisfação e resistência ao governo. “A vida cultural [no Brasil] passou por um processo de mercantilização, o que não impediu o florescimento de uma rica cultura de esquerda, crítica ao regime” (Napolitano, 2014, p. 7).

Concomitantemente ao desenvolvimento dessa cena cultural, os controladores e agentes da ditadura empreenderam numerosos esforços para silenciar e ostracizar essas manifestações, bem como a políticos, militantes, jornalistas, escritores, músicos e quaisquer outros participantes da cultura que tivessem condições de conduzir ideais que viessem a desafiar aqueles que se alçaram ao poder. Mas toda essa repressão por parte da ditadura não foi suficiente para calar os opositores:

Os movimentos sociais, vigiados e reprimidos conforme a lógica da “segurança nacional”, não desapareceram. Muito pelo contrário, tornaram-se mais diversos e complexos, expressão de uma sociedade que não ficou completamente passiva diante do autoritarismo (Napolitano, 2014, p. 7).

Contudo, mesmo que os movimentos não tenham desaparecido, percebe-se ainda a necessidade de um grande esforço para preservar a memória dessa luta e de suas vozes contestatórias. Aqueles que se opuseram à ditadura militar brasileira estiveram em uma posição de resistência na qual a produção de memórias resultou do embate contra um governo opressivo cujo objetivo, em relação à sua própria imagem, era ter o domínio da narrativa. Para tanto, a ditadura se valia da desinformação e de diversas formas de violência que resultavam, muitas vezes, no silenciamento de suas vítimas e opositores.

O século XX foi marcado por regimes ditatoriais na Europa e ditaduras vinham surgindo na América Latina — Argentina, Paraguai e Chile, por exemplo. A própria Era Vargas no Brasil foi um exemplo da conservação do poder através do autoritarismo. Houve então, durante esse período, o uso recorrente de práticas violentas visando a manutenção dos regimes como, por exemplo, a forte repressão dos opositores envolvendo torturas e assassinatos, além da censura objetivando o silenciamento das vozes que discordavam do governo.

Apesar disso, introjetou-se no imaginário popular brasileiro a ideia de que a ditadura não estaria totalmente engajada em práticas violentas. Ao menos, não em seus primeiros momentos. O termo “ditabranda” surgiu na *Folha de S.Paulo* em 2009 para se referir aos quatro primeiros anos do regime militar. O termo remonta à ideia de que, até então, estava em curso “uma ditadura não muito convicta da sua dureza” (Napolitano, 2014, p. 79), o que não se sustenta, visto que, para dar conta de atravancar as reformas sociais que ganharam força durante o governo Jango e de aniquilar as ligações entre as organizações políticas reformistas e os movimentos sociais de base, a ditadura usou, desde o início, a força para impor sua vontade, como assevera Napolitano:

O autoritarismo implantado em 1964, apoiado pela coalização civil militar que reunia liberais e autoritários, tinha dois objetivos políticos básicos. O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista. Entre os intelectuais, os ideólogos e quadros técnicos do regime deposto foram cassados, [...] O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. [...] Para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais (2014, p. 80-81).

Portanto, desde o seu princípio, a ditadura militar buscou, através da repressão, eliminar aqueles que a contestassem. Na ditadura brasileira, houve uma tentativa, fadada ao fracasso, de manter uma imagem pública sempre coesa, na qual existisse uma comunicação harmoniosa primando o suposto bem-estar social promovido pelo regime que se autoproclamara “Revolução”, contra os ideais “nefastos” que se projetavam sobre a nação.

[o golpe de 1964] Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores (Napolitano, 2014, p. 49).

Nesse cenário, fica perceptível que “Os militares procuram preservar a própria mística segundo a qual, em quase todos os idiomas, as Forças Armadas, por suas virtudes, colocam-se acima dos partidos e da política dos civis” (Gaspari, 2002, p. 40). E assim, o processo ditatorial passou a se sustentar através da apropriação “maciça de conceitos teóricos” distorcidos com cinismo, misturando “idéias brilhantes e preconceitos, dando-se força de dogma a algumas racionalizações que, no máximo, seriam bons instrumentos de especulação” (Gaspari, 2002, p. 40).

O resultado desse agir institucional militar na política foi a criação de um discurso em que, ao menos às claras, os atores da vida política estavam em total alinhamento, ou, para dizer o mínimo, em um nível de oposição aceitável, concedida — o que, na visão daqueles que defendiam o regime ditatorial era extremamente benéfico. Via-se, então, nas mãos dos militares, que compareceram para assumir o poder, sob um discurso alinhado entre si e ao conservadorismo, a figura justificada de quem iria preparar as veredas do Brasil para um projeto de nação ideal — longe das agendas trabalhistas e reformistas que vinham ganhando força anteriormente.

A quem estivesse em dissonância com o regime, restava o infortúnio de ser censurado, perseguido, detido de forma ilegal, torturado e assassinado (muitos tiveram o corpo ocultado após a morte). Enfim, o terrorismo de Estado conduzido principalmente pelo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e pelo DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações/Centro de Operações de Defesa Interna), que tinham como principais funções a produção de informações, vigilância e repressão policial e formavam, junto com a Divisão e Serviços de Censura às Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal (DPF/DCDP) e o Gabinete do Ministério da Justiça (trabalhando especificamente no controle à imprensa), o que Napolitano chamou de “tripé repressivo” do regime militar.

A influência das Forças Armadas na política não era inovadora ou surpreendente.

Desde 1945, sempre que o presidente e o ministro do Exército tomaram caminhos separados, o presidente viu seu cargo ameaçado ou até mesmo perdido. Além disso, pela tradição do regime militar iniciado em 1964, sempre que as tentativas de democratização se chocaram publicamente com a ditadura, prevaleceu a ditadura (Gaspari, 2002, p. 22).

Em termos de uma vida discursiva pública, e isso fica perceptível no estabelecimento das memórias do período, os comportamentos institucionais dos militares contribuíram para criar uma narrativa popular que ainda parece pouco precisa sobre o que de fato a ditadura militar fez para e com o Brasil. Quem se arrisca a lançar um olhar para a ditadura nem sempre consegue ver claramente o rastro de sangue e a violência institucional usada regularmente pelo governo militar. Especialmente quando se avalia apenas certos aspectos da vida cultural de então. Napolitano inicia seu capítulo sobre o assunto caracterizando a segunda metade dos anos 60 como a “estranha situação da cultura e das artes no Brasil entre 1964 e 1968”. Esse momento ímpar fica exemplificado em uma frase de Millôr Fernandes:

Se continuarem permitindo peças como Liberdade, Liberdade, vamos acabar caindo em uma democracia”. O artista se referia à peça teatral de sua autoria, junto com Flávio Rangel, grande sucesso de 1965, que era uma grande colagem de falas sobre a democracia e a liberdade, dos gregos antigos aos contemporâneos (Napolitano, 2014, p. 111).

A frase de Millôr evoca um período paradoxal para a situação da cultura de oposição no Brasil.

Afinal, vivia-se uma ditadura suficientemente forte para reprimir os movimentos sociais e políticos, mas taticamente moderada para permitir que a esquerda derrotada na política parecesse triunfar na cultura. Esse triunfo alimentou o mito da “ditabranda”, criando um jogo de sombras do passado que até hoje nos ilude (Napolitano, 2014, p. 111).

Tal ilusão, criada nos primeiros anos de ditadura, tinha por motivação o fato de que “a ditadura não podia se afastar das classes médias, sua principal base social” (Napolitano, 2014, p. 99). Para os integrantes dessa classe, cultura e liberdade de expressão eram questões sensíveis. Além disso, era dali que provinham artistas e quadros intelectuais da época, sendo que “o Ato Institucional e a perseguição a intelectuais foi prontamente criticada, mesmo por vozes liberais que não tinham simpatia pelo governo deposto em 1964” (Napolitano, 2014, p. 112).

Ademais, a indústria cultural, estimulada pelos próprios militares através de uma modernização capitalista, era paradoxalmente aquecida por artistas de oposição e de esquerda que tinha suas obras avidamente consumidas pela classe média escolarizada

que, “mesmo sendo uma parcela minoritária da população, [...] movimentava o mercado de cultura na segunda metade dos anos 1960” (Napolitano, 2014, p. 112-113).

Com todo esse contexto, não é de se surpreender que Napolitano trate a questão cultural na ditadura como o “calcanhar de Aquiles” do regime militar, visto que esse relacionamento “paradoxal”, essa “estranha situação”, acabaria sendo, para a ditadura, “expressão das suas grandes contradições e impasses” (Napolitano, 2014, p. 112).

Ainda assim, na tentativa de manter a aparência de coerência e seguir as próprias rotinas burocráticas, os militares estavam sempre escondendo vítimas, usando de discursos dúbios e consequentemente contribuindo para a criação de uma memória que eles desejavam que fosse opaca, a fim de não ser resgatada. Para isso, foi necessário afastar o grande público dos veículos de informação e estes da possibilidade de comunicar ideias contestatórias ao governo. Assim, os mecanismos de censura avaliavam os produtos culturais que circulavam pelo país, ou tantos quanto fossem possíveis ou, ainda, aqueles que estivessem mais predispostos a chegar em uma parcela relevante que pudesse promover algum tipo de ebulição popular.

Visto todo o imbróglio da questão cultural nos seus primeiros anos, além do controle sobre que tipo de contestação que chegaria ao povo, a ditadura militar seguiu carregando complexidades e contradições que não costumam ser facilmente absorvidas pela memória popular. Essa é uma questão em que, para Napolitano, o governo Geisel merece um olhar especial.

Os anos de governo do presidente Ernesto Geisel constituem um particular exercício de compreensão dialética da história, ou seja, aquela que leva em conta as contradições intrínsecas ao período. Tese e antítese convivem neles de maneira tão adensada, cuja melhor expressão encontra-se na fórmula de Elio Gaspari, ao dizer que quando Geisel assumiu “havia uma ditadura sem ditador. No fim do seu governo, havia um ditador sem ditadura”. Talvez a bela formulação, em seu jogo instigante de palavras, seja um tanto questionável como explicação histórica, mas tem seu momento de verdade. O fato é que Geisel passou para a história como o presidente autocrático que iniciou o processo de abertura e, consequentemente, de transição política (2014, p. 265).

Geisel comandou o Brasil sob inúmeras crises (crise do petróleo, crise econômica e a morte de Vladimir Herzog⁴, por exemplo), o que criou pressão popular contra o governo por causa da inflação e em questões trabalhistas envolvendo os metalúrgicos,

⁴ Vladimir Herzog foi um jornalista preso, torturado e assassinado pelas forças militares, em 1975, nas dependências do DOI-Codi. A narrativa oficial do Estado, no entanto, afirmava que ele havia cometido suicídio por enforcamento.

além também da realização de um ato ecumênico em protesto contra a morte de Herzog. Mesmo assim, “O governo Geisel não se deu por vencido, apesar das pressões. No máximo, controlou seu porão” (Napolitano, 2014, p. 295). Todas essas questões servem para exemplificar que a criação de uma narrativa que seja de fácil compreensão, contemplando ao mesmo tempo tantas complexidades e contradições é algo difícil de acontecer. Por isso, a compreensão acerca de tudo aquilo que constituiu o Brasil durante a ditadura militar pode gerar uma maneira turva de perceber a realidade dos fatos históricos. No longo prazo, pode-se pensar que esse seja o embrião de ideias do senso comum de que “o brasileiro é despolitizado” ou de que “não acompanha política”. A dificuldade de encontrar formas didáticas de contar as intrincadas tramas que fizeram a ditadura militar possibilita a criação de um espaço vago na memória dos acontecimentos históricos, fazendo com que ideias descoladas da realidade, ou que ofereçam versões enviesadas dos acontecimentos, persistam. Por exemplo:

Até o início dos anos 90, quando os pesquisadores do CPDOC começaram a publicar os depoimentos da memória militar do período, a bibliografia da ditadura esteve espremida entre dois absolutos. Num estivera a retórica militar de um regime que caducara. No outro, um revisionismo que, por falta de fontes ou vontade de buscá-las, menosprezou a voz calada (Gaspari, 2002, p. 38).

Assim, tomando para si a figura de bastiões da manutenção da ordem na sociedade, visando ao desenvolvimento da nação brasileira e ao afastamento dos iminentes perigos que haveriam de se apoderar do Brasil caso não estivessem no comando, os militares pautaram não apenas o ritmo de uma cena política, mas pavimentaram o caminho para a construção de uma memória que a curto (e por vezes até longo) prazo estaria sempre justificando os seus métodos e a sua necessidade na vida política do Brasil.

Nos seus 21 anos de vida, o regime militar operou nas questões de segurança do Estado por meio de elementares práticas policiais. Quando essas práticas foram colocadas em português mais complicado, isso foi feito para construir racionalizações justificativas (Gaspari, 2002, p. 40 e 41).

Tudo isso culminou em uma cultura da impunidade da qual a ditadura militar se beneficia até hoje.

O isolamento da cultura de direitos nos setores de elite e da classe média de formação superior, ao lado de outros arranjos político-institucionais que

marcaram a transição negociada com os militares, como a Lei de Anistia de 1979, ajudou a construir uma cultura de impunidade. O resultado é que os torturadores e seus superiores escaparam da justiça de transição, processo fundamental para estabelecer bases vigorosas às novas democracias políticas que se seguem ao fim dos regimes autoritários. O trauma e a herança da repressão, portanto, ainda que restrito quantitativamente, foi mais amplo e determinante do que se pensa para a história recente do Brasil (Napolitano, 2014, p. 168).

Dessa forma, a ditadura interpretava os fatos de maneira que um problema passasse a existir para que ela imediatamente se colocasse na história como a solução. Para manter esse discurso, como fica claro, muita violência foi usada e as inevitáveis respostas eram em tom de contestação e revolta. Entretanto, o controle dessa memória não poderia ser feito apenas através das documentações e do que era produzido na imprensa e nas artes. A ditadura militar também atentou contra as garantias constitucionais. Isso ocorreu desde sua gênese: “Segundo a embaixada americana, nas semanas seguintes à deposição de João Goulart prenderam-se pouco mais de 5 mil pessoas. Pela primeira vez desde a ditadura de Getúlio Vargas, levadas de brasileiros deixaram o país como exilados” (Gaspari, 2002b, p. 134).

Essas ações, além é claro de terem a intenção de afetar quem as estivesse sofrendo, também tinham um valor simbólico para quem as observava: era a mensagem para aqueles que permaneciam no país — o governo não toleraria dissidências e usaria os métodos que fossem necessários para aplacá-las, valendo-se

da prerrogativa de cassar mandatos eletivos, suspender os direitos políticos de cidadãos e anular o direito à estabilidade dos funcionários públicos civis e militares. Criou-se a figura do “cassado”, termo depreciativo pelo qual se designaram, por mais de uma década, as vítimas do regime. Entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos (Gaspari, 2002b, p. 134).

Nem as Forças Armadas escaparam desse processo, apesar de se valerem de uma artimanha pouco ética para resguardar talvez algum respeito, talvez o silêncio do próprio pessoal, já que “421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, transformando-se em mortos vivos, com pagamento de pensões aos familiares” (Gaspari, 2002b, p. 134 -135). Todavia, a manobra da cassação e criação de “mortos vivos” que “beneficiava”, de alguma forma, seus alvos (já que eram afastados de suas funções, sem sofrer com a violência física no caso das cassações e, no caso das

aposentadorias compulsórias, além do afastamento, havia ainda a garantia das aposentadorias e pensões), não foi um suposto benefício legado a todos os que foram perseguidos pela ditadura militar e esse é um fato incontestável. A estratégia desses afastamentos tinha um tom apaziguador que vinha acompanhado de uma confissão de culpa — o que não deixa de sugerir o cinismo típico do discurso dos militares em relação a esses conflitos, como fica evidente no relato do ex-ministro da Casa Civil Golbery do Couto e Silva:

Vinte anos depois, rememorando esses dias, Golbery observava: Nos meses seguintes à Revolução houve excessos. Eu achava que tudo não passava de acontecimentos produzidos pelo calor da hora [...]. Você não faz uma omelete sem quebrar ovos. Casos como esse, as levas de exilados e os problemas individuais provocados pela reação emocional, me pareciam toleráveis porque haveriam de ser controlados no futuro. Além disso, eu achava que muitas das denúncias eram fruto do exagero. Outras, por certo, eram produto de condutas ignorantes (Gaspari, 2002b, p. 137).

O mesmo cinismo para lidar com seus dissidentes internos burocráticos é usado para falar sobre as vítimas de tortura, chamadas de “ovos quebrados” atribuídos aos excessos em relação ao fragor da “revolução” iniciada em 1964 (que haveriam de se acabar quando as situações mais conflituosas estivessem contornadas), ou ainda, os “ovos quebrados” eram o inevitável fruto da “reação emocional” ou do descontrole dos aparelhos de repressão do estado que agiam autonomamente em relação ao que o Governo sugeria. Tudo, nas palavras do próprio Golbery, com uma banalidade tal, sugerindo a indiferença dos militares sobre a seriedade das denúncias. Visto que a violência não era circunstancial ou justificável como pode ficar subentendido na fala do ex-ministro.

A repressão política, porém, emanava do coração do regime [...]. Não se tratava mais de espancar o notório dirigente comunista capturado no fragor do golpe. A tortura passara a ser praticada como forma de interrogatório em diversas guarnições militares. Instalado como meio eficaz para combater a “corrupção e a subversão”. [...] Apuravam desde a subversão nas universidades até a corrupção no governo federal. Cada inquérito era presidido por um oficial, a quem se dava a autonomia de autoridade policial (Gaspari, 2002b, p. 137).

Com isso, a maneira de produzir memórias desse período ficou comprometida, uma vez que “A violência política [...] Introduziu palavras no léxico cotidiano, tais como cassar, eufemismos no vocabulário político, como a expressão ‘maus-tratos’, para designar pura e simplesmente a tortura”. Por fim,

Coroando essa confusão semântica, o próprio regime, autoproclamado “Revolução” ao nascer [...] foi ao jazigo aceitando a classificação de “autoritário”, quando, para conhecê-lo, não se dispõe, há mais de dois mil anos, de palavra melhor que ditadura (Gaspari, 2002b, p. 144).

Tanta repressão, que influenciou até o léxico do momento histórico no qual acontecia, acabaria por gerar insatisfações capazes de produzir uma luta e uma organização em prol da sua queda. Além disso, existia uma classe média escolarizada que consumia a cultura opositora que efervescia na época.

Assim, havendo solidariedade entre aqueles que se encontravam debaixo do governo autoritário dos militares, e a complexa possibilidade da existência de vozes opositoras (mesmo que da classe média, um lugar de considerável privilégio social à época) propunha-se uma mesma discursividade quando setores diferentes da sociedade se relacionavam — nesse caso, os movimentos estudantis e a imprensa. As denúncias à ditadura eram cifradas e aconteceram não apenas nas manifestações artísticas, como nas canções de Geraldo Vandré, Chico Buarque, e etc., mas também nas ruas, através da mobilização de estudantes universitários e suas ações para alcançar mais popularidade para o protesto.

[...] o ronco dos estudantes fez-se ouvir novamente. Pediam a libertação dos presos políticos, o restabelecimento das liberdades democráticas, e distribuíam uma carta aberta à população: “Hoje, consente quem cala”. Na primeira semana de maio a Universidade de São Paulo iniciou uma greve que tirou 60 mil jovens das salas de aula, levando 10 mil às ruas, onde se viram aplaudidos pela população. Quando começou a chuva de papel picado, os jovens se abraçavam. Alguns choravam (Gaspari, 2004, p. 403).

Essa foi a culminância das forças sociais que ebuliam debaixo do autoritarismo militar. “O pior dos cenários para o governo parecia estar armado: a radicalização estudantil e operária, alimentada pelo oposicionismo crescente da classe média e pela pregação esquerdista de artistas e intelectuais” (Napolitano, 2014, p. 107).

Mas, apesar da euforia que a junção de fatores era capaz de produzir, não havia espaço para celebrar apoios e avanços no campo de batalha. Para preservar o movimento até colher algum fruto era necessário manter, paradoxalmente à sua crescente popularidade, o sigilo das reais intenções das manifestações populares. Mesmo que as massas estivessem ocupando volumosa e barulhentemente as ruas,

Um silêncio mostrava que aquela garotada era mais esperta do que se pensava e estava mais organizada do que se supunha, ninguém gritava “Abaixo a ditadura”. De maneira geral, a imprensa respeitava um código de cumplicidade:

não se fotografavam rostos e não se identificavam líderes (Gaspari, 2004, p. 403).

Assim, entre as instabilidades que os movimentos de insatisfação criaram e a má gerência dos próprios militares no governo, a ditadura foi empurrada para o seu término no ano de 1985, não sem deixar para trás um rastro sanguinolento com no mínimo (acredita-se que o número tenha sido consideravelmente maior) 434 vidas exterminadas entre pessoas que foram mortas ou “desaparecidas” durante o regime, além do número de presos, torturados e exilados. Outro grande crime foi cometido junto à população indígena: um genocídio com mais de 8,3 mil vítimas afetadas pela negligência e ações diretas contra elas. A recessão econômica em que os militares submergiram o país por mais de uma década é outra marca de seu nefasto legado.

Por fim, a constante tentativa dos militares de silenciar e apagar as histórias de suas vítimas através da violência estatal, censura e desinformação, que tendem a, ainda hoje, tornar opaca a memória desse momento recente da história do Brasil, encontra-se tragicamente laureada pela Lei de Anistia de 28 de agosto de 1979. A legislação impossibilitou que os envolvidos nos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura fossem julgados e, assim, somando-se ao sofrimento dos sobreviventes da ditadura militar e dos familiares que tiveram seus entes queridos vitimados por ela, vê-se também a impossibilidade de reaver a dignidade humana através da justiça.

Por isso, todo e qualquer esforço para reacender essas memórias e responsabilizar de maneira exemplar o regime por seus crimes é uma tentativa ainda necessária de combate ao terror produzido naquele período, visando à construção de uma sociedade que entenda a tenebrosidade das ações tomadas pelo Estado e repudie qualquer prática que minimamente se assemelhe à experiência pela qual o país já passou.

2.2 O TESTEMUNHO NA LITERATURA E NA EDUCAÇÃO BÁSICA

*Não quero palavras débeis
para falar do combate.
Só peço palavras duras,
uma linguagem que queime.*

(Lara de Lemos)

O propósito deste subcapítulo é tecer reflexões acerca dos conceitos de testemunho na literatura e sobre a importância da literatura de testemunho na Educação Básica. Como suporte para as discussões aqui realizadas, dialogaremos com Seligmann-Silva (2009, 2010, 2013), Marco (2004), Gagnebin (2006), Ginzburg (2011, 2013), Salgueiro (2012), Ferraz (2015), Adorno (2012), e Ourique; Pedroso (2016).

O conceito de testemunho na literatura surgiu como modalidade essencial para compreender os acontecimentos de violências extremas ocorridos no século XX, dentre os quais, pode-se citar as duas grandes guerras mundiais, a Shoah⁵, massacres, genocídios e ditaduras em diversas partes do mundo. As obras literárias passaram a narrar essas traumáticas e terríveis experiências vivenciadas pela humanidade. O professor Márcio Seligmann-Silva destaca-se por seus estudos relativos ao testemunho, possuindo uma vasta produção bibliográfica sobre o tema. O pesquisador afirma que

a noção de “literatura de testemunho” é mais empregada no âmbito anglo-saxão. Aqui poderíamos pensar na importância dos grandes tribunais do pós-guerra (enquanto origem das ondas de testemunho), assim como em um diálogo com os estudos literários latino-americanos (onde o conceito de “testimonio” teve um importante papel desde os anos 1970). No contexto de língua germânica, até os anos 1990 costuma-se falar mais de “Holocaust-Literatur”, antes da introdução do conceito de *Zeugnisliteratur* pela via tanto dos estudos da Shoah como da América-Latina. Não procura-se normalmente nessa bibliografia definir de modo estrito qual seria a literatura de testemunho: de um modo geral, trata-se do *conceito de testemunho* e da forte presença desse elemento nas obras de

⁵ Em hebraico, Shoah é um termo que significa *destruição, catástrofe*. Agamben condena o uso do termo “holocausto”: “no caso do termo ‘holocausto’, estabelecer uma vinculação, mesmo distante, entre Auschwitz e o olah bíblico, e entre a morte nas câmaras de gás e a ‘entrega total a causas sagradas e superiores’ não pode deixar de soar como uma zombaria. O termo não só supõe uma inaceitável equiparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso deste termo” (Agamben, 2008, p. 40).

sobreviventes ou de autores que enfocam as catástrofes (guerras, campos de concentração etc., predominantemente do século XX) (Seligmann-Silva, 2009, p. 3-4).

As narrativas advindas do contexto da Segunda Guerra Mundial e da Shoah configuram-se como as fundadoras das reflexões referentes à literatura de testemunho. Nos últimos anos, como afirma Wilberth Salgueiro, essa noção foi ampliada e

inclui também sua utilização em direção ao passado, como, por exemplo, em relação aos genocídios e massacres contra índios e negros; ou em relação a misérias e opressões, desigualdades econômicas, preconceitos étnicos e sexuais do cotidiano em todo o mundo (2012, p. 291).

Portanto, cada vez mais discutido no campo dos estudos literários nas últimas décadas, o termo “literatura de testemunho” é empregado para se referir às narrativas associadas a grandes eventos de crueldade e de barbárie da história humana. Como afirma a pesquisadora Valéria de Marco: “a expressão remete sempre a uma relação entre literatura e violência” (2004, p. 45).

Para a compreensão do testemunho, Seligmann-Silva debate sobre a posição ocupada pela testemunha que narra a experiência da violência. Com base em uma noção jurídica, o autor utiliza dois termos latinos, *testis* e *superstes*. O *superstes* “indica a pessoa que atravessou uma provação” (Seligmann-Silva, 2013, p. 374), ou seja, o sobrevivente, aquele que experienciou de forma profunda a violência. O *testis* emprega-se em referência àquele que viu, presenciou, é o “depoimento de um terceiro em um processo” (Seligmann-Silva, 2013, p. 373).

A ampliação desse conceito é defendida por Jeanne Marie Gagnebin. Segundo a autora, testemunha também é “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (Gagnebin, 2006, p. 57). Nesse sentido, a testemunha se solidariza com a dor do outro e por isso não permite que essa experiência de violência seja esquecida, porque compreendeu que “somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente” (Gagnebin, 2006, p. 57).

Pode ser difícil simbolizar, expressar eventos extremos, que atingem brutalmente as pessoas, como pontua Salgueiro: “nenhuma língua ou linguagem poderia expressar *aquilo*, poderia expressar *a morte*” (2012, p. 288). Contudo, o autor também questiona: “Mas o silêncio, por vias transversas, cruel e ironicamente, não acabaria se

transformando num indesejado cúmplice do torturador, do assassino, do genocida?” (2012, p. 288).

O paradoxo destacado por Salgueiro (2012) evidencia a dificuldade intrínseca entre a necessidade de testemunhar eventos de violência, expressando a verdade das experiências vividas, e a limitação da linguagem em transmitir a complexidade dessas vivências extremas. Nesse contexto, as palavras não conseguem expressar completamente a profundidade do sofrimento. Por outro lado, testemunhar é um compromisso ético e coletivo, é não se submeter ao autoritarismo, não aceitar as atrocidades cometidas, não permitir que as vítimas sejam esquecidas e que histórias de violência sejam perpetuadas.

No Brasil, a fala testemunhal ocorre, principalmente, nas narrativas carcerárias e da ditadura militar. Essas obras trazem experiências dos diversos modos de violência vivenciados dentro do sistema prisional e no decorrer dos anos repressivos em que o regime militar esteve no poder; e também as sequelas das inúmeras vidas marcadas pelo terrorismo de Estado. Seligmann-Silva defende o testemunho como um caminho necessário para todos aqueles que experienciaram a barbárie histórica e para as sociedades após as violências sofridas construir uma nova identidade:

Aqueles que foram perseguidos no período de exceção são antes de mais nada vítimas. Mas existe a possibilidade desta comunidade sair desta posição de vítima. Justamente o testemunho pode servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catástrofe. A uma era de violência e de acúmulo de crimes contra a humanidade corresponde também uma nova cultura do testemunho. O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade como para construir novos laços políticos. Esta *passagem pelo testemunho*, é, portanto, fundamental tanto para indivíduos que vivenciaram experiências-limite como para sociedades pós-ditadura (2010, p. 185).

As obras testemunhais trazem experiências individuais para falar de um evento coletivo: “A memória antes de ser individual é coletiva. No caso específico dos que sofreram sob o terrorismo de Estado, esta coletividade é a daqueles que se opuseram ao Estado de exceção” (Seligmann-Silva, 2010, p.185). Assim, a literatura de testemunho sempre narra uma história coletiva, mesmo sendo de expressão particular.

Como exemplos de textos de testemunho publicados no Brasil, pode-se citar: *Em câmara lenta* (1977), de Renato Tapajós; *Mulheres que mordem* (2015), de Beatriz Leal; *O que é isso companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira; *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles; *A noite da espera* (2017) e *Pontos de Fuga* (2019), de Milton Hatoum;

Depois de tudo tem uma vírgula (2021), de Elizabeth Cardoso; *K.: relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski; *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), de Bernardo Kucinski, *O congresso dos desaparecidos* (2023), de Bernardo Kucinski, entre diversos outros.

O testemunho nas obras literárias possibilita compreender o passado a partir dos excluídos: “Estudar o testemunho significa assumir que aos excluídos cabe falar, e, além disso, definir seus próprios modos de fazê-lo” (Ginzburg, 2011, p. 28). Trazer à memória as narrativas de minorias, dos que tiveram seus direitos humanos violados, dos que sofreram repressão, foram torturados, desaparecidos e mortos por forças opressoras:

O conceito de testemunho tornou-se uma peça central na teoria literária nas últimas décadas devido à sua capacidade de responder às novas questões (postas também pelos estudos Pós-coloniais) de se pensar um espaço para a escuta (e leitura) da voz (e escritura) daqueles que antes não tinham direito a ela. Daí também este conceito ter um papel central nos estudos de literaturas de minorias (Seligmann-Silva, 2009, p. 1).

Nesse sentido, ao “conhecer o excluído e reconhecer sua fala” (Salgueiro, 2012, p. 292), a literatura de testemunho permite que os fatos sejam narrados por um outro ponto de vista, no caso específico do Brasil, confronta o discurso dos militares. Portanto, a narrativa testemunhal registra fatos que, incessantemente, tenta-se apagar, conserva as vozes que os opressores tentam silenciar, preservando uma memória coletiva:

Na “era das catástrofes” a identidade coletiva (e mesmo nacional) tende a se articular cada vez menos com base na “grande narrativa” dos fatos e personagens heróicos e a enfatizar as rupturas e derrotas. Daí também a atualidade do conceito de testemunho para articular a história e a memória do ponto de vista dos “vencidos”. O testemunho funciona como o guardião da memória (Seligmann-Silva, 2009, p. 3).

Assim, a literatura que testemunha eventos bárbaros e traumáticos se caracteriza como lugar de memória e resistência às diversas estratégias de silenciamento das forças opressoras. Seligmann-Silva defende que um dos caminhos para termos uma cultura da memória, no Brasil, é “Quando os testemunhos dos sobreviventes se tornarem parte dos currículos escolares” (2010, p. 187). Dessa forma, o ensino da literatura de testemunho, na Educação Básica, possibilita essa cultura da memória, extremamente necessária, principalmente em nossos dias, nos quais, conforme mencionado anteriormente, uma parcela da sociedade clama pela volta do regime militar ao poder, realiza homenagens

a torturadores, enaltece discursos que ferem a dignidade humana e que atentam contra a democracia.

Isso reflete um passado que não foi corretamente elaborado e se manifesta hoje em discursos favoráveis ao autoritarismo e às ações da ditadura instaurada no Brasil. A literatura de testemunho, por meio da elaboração da experiência no campo da linguagem, é uma via para nossos discentes do ensino fundamental refletirem sobre o passado no nosso presente. Discursos e ações ditatoriais que persistem na sociedade brasileira poderão ser compreendidos, de forma crítica, por nossos estudantes, na leitura de textos de testemunho. Endossando essa ideia, o professor e pesquisador Marcelo Ferraz de Paula aponta que refletindo

a educação como uma ponte entre gerações, na qual apresentamos o mundo aos mais novos, destaca-se a força do testemunho como fonte de articulação entre a persistência dos horrores do passado e as ações de ativação da memória, que se acendem como inquietudes do presente. Ao resgatar experiências ligadas às grandes catástrofes históricas – guerras, ditaduras, genocídios – o testemunho assume a responsabilidade ética de manter o passado vivo, não apenas para ser lembrado e homenageado enquanto processo encerrado, mas para permanecer pulsando nos dilemas do presente (2015, p. 130).

Alinhadas a essa perspectiva, as pesquisadoras Maiane Liana Hatschbach Ourique e Liana Regina Fritzen Pedroso, no artigo “A docência e seus saberes: o valor do testemunho para o ensino”, afirmam que “Os relatos de cunho testemunhal, por exemplo, são elementos importantes para a compreensão das opressões de nosso tempo” (2016, p. 208). Elas também sublinham a importância da “memória como um necessário movimento de alteridade entre os homens para que se tornem mais humanos” (2016, p. 208). Assim, a formação de uma sociedade mais humanizada depende significativamente da capacidade dos estudantes de compreenderem questões sensíveis como violência, opressão e injustiça, sendo o contato com as vivências alheias um caminho para isso.

Em suas reflexões, as autoras consideram que a educação não se limita apenas à transmissão de informações, ou conhecimentos acumulados, mas vai além, adentrando o domínio da formação humana. Nesse contexto, “seu compromisso em tratar as barbáries vividas pelo homem é imanente” (Ourique; Pedroso, 2016, p. 206). Portanto, ao incorporar a literatura de testemunho no ensino, os docentes têm a

oportunidade de ir além da simples transmissão de fatos históricos e promover uma compreensão mais profunda das experiências humanas.

Jaime Ginzburg argumenta que “O estudo do testemunho exige uma concepção da linguagem como campo associado ao trauma” (2011, p. 23). Muito além de um espaço vinculado ao deleite e à ludicidade, a literatura de testemunho proporciona o “contato com o sofrimento e seus fundamentos, por mais que sejam, muitas vezes obscuros e repugnantes” (Ginzburg, 2011, p. 23). A experiência literária, nesse sentido, vincula-se às misérias humanas e, assim, assume desafios mais complexos, busca contribuir com a formação de leitores reflexivos e envolvidos, criticamente, nas práticas sociais.

Ao resgatar “acontecimentos desagradáveis, às vezes indigestos, como a dor, o luto, a violência” (Ferraz, 2015, p. 128), a literatura testemunhal é capaz de causar um importante incômodo em nossos jovens leitores da Educação Básica, proporcionando necessários debates em torno de temas importantes, como o autoritarismo e a violência, os quais precisam ganhar cada vez mais espaço nas escolas.

Ginzburg também pontua que “O acesso a questionamentos sobre a violência por meio da literatura permite romper com a apatia, o torpor, de um modo importante” (2013, p. 178). Sendo assim, com uma enorme capacidade de sensibilização com a dor humana, os “Textos literários podem motivar empatia por parte do leitor para situações importantes em termos éticos” (Ginzburg, 2013, p. 178). Nesse sentido, a literatura de testemunho, que utiliza a força da linguagem para elaborar as experiências de violência da ditadura militar brasileira, permite aos nossos alunos e alunas profundas e sensíveis reflexões humanas, importantes debates sobre questões sociais que devem fazer parte do cotidiano escolar. Para que isso ocorra de forma efetiva, o professor assume um papel fundamental como mediador desse processo que busca abrir caminhos para nossos estudantes questionarem, debaterem e compreenderem os textos lidos - as experiências tecidas pela linguagem.

É importante destacar que trabalhar com a literatura de testemunho é uma tarefa desafiadora para os professores. Contudo, silenciar-se e ignorar essas discussões por tratarem de temas impactantes, dolorosos e que podem suscitar, em sala de aula, tensões e desgastes, pode significar uma cumplicidade com aqueles que promoveram as barbáries, pode significar uma educação acrítica e passiva perante as violências cotidianas. A Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2018) orienta uma abordagem do ensino da literatura que destaque sua dimensão humanizadora, transformadora e mobilizadora. As aulas de Língua Portuguesa que mobilizam práticas

com a literatura de testemunho, na Educação Básica, potencializam reflexões sobre o que é vital nas relações humanas, fortalecem os vínculos dos nossos estudantes com o mundo para que se percebam como agentes que atuam em nossa sociedade e que podem transformá-la.

Optar pelo silenciamento também “seria o meio mais rápido e menos pedagógico de se livrar de atos cometidos contra a humanidade” (Ourique; Pedroso, 2016, p. 204). Em vez de ignorar, ou evitar esses temas difíceis, os professores devem enfrentá-los, abordar e discutir tais eventos, reconhecendo sua importância e impacto, a fim de promover uma compreensão mais ampla e crítica entre os discentes. Os educadores precisam criar um ambiente de sala de aula seguro para discussões abertas e respeitadas, garantindo que todos os envolvidos possam expressar suas emoções e pensamentos de maneira construtiva.

Contribuindo com esse entendimento, em seu texto “Educação após Auschwitz”, Adorno destaca a importância de enfrentar e discutir abertamente questões difíceis e potencialmente desconfortáveis, pois a recusa em lidar com o passado, especialmente quando se trata de eventos extremos de violência, pode criar as condições para sua repetição: “O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona” (2012, p. 124). Ao longo do artigo, o autor argumenta que o propósito da educação é impedir o retorno da barbárie, indo além da simples transmissão de conhecimento técnico. Adorno enfatiza a importância de desenvolver a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos, buscando uma educação que promova consciência social e ética para a emancipação em relação às estruturas opressivas.

O autor também critica aqueles que minimizam, ou ignoram a gravidade de eventos históricos violentos: “Quem ainda insiste em afirmar que o acontecido nem foi tão grave assim já está defendendo o que ocorreu, e sem dúvida seria capaz de assistir ou colaborar se tudo acontecesse de novo” (Adorno, 2012, p. 135). Embora inicialmente referindo-se a Auschwitz, esse argumento pode ser estendido a outras formas de violência, como a ditadura brasileira. Nesse contexto, a educação e o esclarecimento surgem como antídotos fundamentais para prevenir a repetição de erros do passado.

Apesar da mencionada importância, em suas pesquisas, Ferraz (2015) constatou que o notável aumento das investigações sobre o testemunho no Brasil, especialmente nas últimas três décadas, pouco explorou sua relação

com a educação, menos ainda as suas contribuições para o ensino de literatura em particular. Há, portanto, uma lacuna a ser preenchida, tanto na reflexão teórica sobre o uso do testemunho no ensino, como na avaliação da abordagem desses textos (2015, p. 124-125).

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a realização de estudos que avaliem o uso de textos testemunhais no âmbito educacional, analisando sua interação com as aulas de literatura e o processo de ensino. É importante salientar que não há uma abordagem única e ideal para esse propósito.

Assim, este estudo se compromete com a tarefa investigativa, reconhecendo que, ao adotar práticas com textos de testemunho na Educação Básica, os educadores não apenas preenchem uma lacuna importante nas investigações acadêmicas, mas também cultivam uma abordagem humanizadora e transformadora do ensino da literatura. Diante dos desafios, a literatura de testemunho se revela como um meio eficaz para envolver os alunos em debates essenciais sobre justiça, ética e respeito aos direitos humanos. O comprometimento com essa abordagem representa um passo significativo na construção de uma sociedade mais crítica, consciente e comprometida com a construção de um futuro baseado no entendimento, respeito e solidariedade.

Portanto, a literatura de testemunho, em sala de aula, é um caminho para se criar uma cultura da memória, para que nossos discentes se formem criticamente perante conflitos históricos e sociais, identifiquem a própria relação com a linguagem e, por meio dela, sejam capazes de se sensibilizarem com o sofrimento do outro e “não se conformar com as múltiplas faces do autoritarismo” (Salgueiro, 2012, p. 292), rejeitando e denunciando qualquer tipo de repressão e transgressão aos direitos humanos.

2.3 A QUESTÃO DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

“A memória da ditadura é fundamental se quisermos construir um país mais igualitário e democrático.”

(Márcio Seligmann-Silva)

Este subcapítulo versa sobre a questão da memória e do esquecimento na luta contra o “Mal de *Alzheimer* nacional”, expressão que Bernardo Kucinski utilizou para aludir ao esquecimento da sociedade brasileira perante as atrocidades praticadas no decorrer da ditadura militar. As discussões são pautadas em Márcio Seligmann-Silva (2022), Paul Ricoeur (2007) e Jeanne Marie Gagnebin (2006), que alertam sobre o compromisso em “preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (Gagnebin, 2006, p. 97).

Assim, faz-se necessária uma compreensão mais assertiva das questões que envolvem a memória e o esquecimento. Gagnebin propõe que “Na história, na educação, na filosofia, na psicologia o cuidado com a memória fez dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética” (2006, p. 97). O dever ético, no caso da ditadura militar brasileira, pode, então, ser compreendido como a necessidade de tornar a história do período ditatorial parte da consciência individual e social do país, visando ao repúdio do autoritarismo e a crimes semelhantes aos praticados nesse período; a compreensão empática do sofrimento das vítimas e populações prejudicadas pelo regime, além, também, da aceitação de que a ditadura militar deixou no Brasil uma marca indelével, e a negação das suas consequências é, sobretudo, uma forma de esquecimento que não deve prevalecer. Como assevera Seligman-Silva, “para reforçar a democracia e para construir um verdadeiro estado de direito, cabem, antes de mais nada, um dever de memória e um dever de justiça” (2022, p. 210).

O esquecimento é um movimento que não se dissocia da memória e é, constantemente, tomado como um inimigo da memória e da história. “De fato, o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no plano de fundo da fenomenologia da memória e na epistemologia da história” (Ricoeur, 2007, p. 423). Assim, ao se falar de memória, é preciso também abordar o esquecimento, uma vez que

“a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento” (Ricoeur, 2007, p. 424).

A problemática do esquecimento está imbricada nas questões da memória, a qual possui implicações que precisam ser analisadas teoricamente para ampliar as possibilidades de criar uma forma de esclarecimento racional mais eficiente acerca da ditadura militar no Brasil, dirimindo ou, ainda, evitando as estratégias de esquecimento relacionadas a esse período da história brasileira.

Para tanto, faz-se necessário depreender da memória aspectos específicos para a sua análise. Ricoeur aponta para a existência de três tipos de “rastros” existentes na memória, são eles:

o rastro escrito, que se tornou, no plano da operação historiográfica, rastro documental; o rastro psíquico, que é preferível chamar de impressão, no sentido de afecção, deixada em nós por um acontecimento marcante ou, como se diz, chocante; enfim, o rastro cerebral, cortical, tratado pelas neurociências (2007, p. 425).

Para as discussões aqui presentes, entram em evidência os rastros escritos (documentais) e psíquicos (impressões), uma vez que os rastros corticais pertencem aos debates das neurociências. Além disso, as impressões podem ser notadas documentalmente e serem intensificadas através de formas artísticas, que abordam, revivem e remontam sentimentos, sensações, projeções e experiências que podem ser transmitidas através da literatura, por exemplo, como é o caso da obra de Bernardo Kucinski, de cunho testemunhal e, por que não, documental, de experiências do período ditatorial no Brasil. Assim, a literatura praticada por Kucinski está alinhada com a tarefa ética proposta por Gagnebin de evitar o esquecimento sobre os terrores desse período.

Mas, em contrapartida à defesa da memória, os militares brasileiros se valeram de inúmeros recursos em prol da manipulação da memória do período ditatorial, com suas próprias narrativas e apelando sistematicamente para a produção de esquecimento — o que ainda hoje prejudica a memória que se tem do período ditatorial, visto que “é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido” (Ricoeur, 2007, p. 424). Assim, a propaganda política enviesada, censura e obstrução de inúmeras provas contundentes contra si aconteceram; e continuam acontecendo, como afirma a

Comissão Nacional da Verdade⁶ - trabalho coletivo de pesquisa sobre a ditadura militar, cujo relatório de 2014 “deixou de contemplar muitos temas” e “um dos fatores para essa limitação consiste em as Forças Armadas não terem apresentado documentos que seriam necessários para o trabalho da comissão” (Ginzburg, 2020, p. 116). Essa é uma manobra evidente em nome da produção de esquecimento, encobrindo, ou ainda, apagando, rastros documentais. O rastro documental recebe esse tipo de investida porque “como todo rastro material [...] ele pode ser alterado fisicamente, apagado, destruído” (Ricoeur, 2007, p. 425). Fica perceptível, através das análises dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, que ainda faltam registros documentais que possam desvelar com mais detalhes a memória da ditadura.

Dessa forma, diante de tal situação na luta pela memória, a arte, nesse caso, a literatura, pode se tornar uma tentativa de extrapolar os limites documentais que a historiografia propõe, para, através da ficção baseada nos relatos e vivências da época, oferecer mais um recurso que auxilia na construção e manutenção da memória do período. Assim, na literatura de cunho testemunhal, Kucinski (2014) propõe o resgate de memórias coletivas da ditadura militar a partir das histórias presentes em sua narrativa literária, tornando a memória social do regime militar acessível ao seu leitor.

É evidente que tal construção não pode ser feita tão somente através da transmissão massiva e mecânica de informações. Embora esse pareça um movimento tentador para disseminar ainda mais o acesso à memória social, é importante lembrar que, ao se trazer as memórias do período à tona, também se torna necessário lidar com os seus horrores e o sofrimento que os militares impuseram às vítimas - o que sugere especial atenção a alguns pontos.

Mesmo com todas as manobras dos militares para instaurar uma narrativa própria dos acontecimentos da ditadura, a existência de vítimas impede a prevalência do esquecimento, visto que é “próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento, essa insistência na repetição” (Gagnebin, 2006, p. 99). Cria-se, então, uma memória social “traumatizada”, que carrega a dor das vítimas e também a culpa dos algozes.

⁶ Instaurada pela Lei 12.528/2011, a comissão foi um marco importante na luta para apurar e esclarecer os crimes ocorridos entre 1946 e 1988. Os relatórios concluíram diversas violações aos direitos humanos e práticas abusivas por parte dos agentes de Estado.

Essa forma de lembrar, por motivos diferentes, pode gerar dois tipos de “fuga” que produzem esquivas distintas; as vítimas podem procurar uma esquiva da dor vivida no período ditatorial, enquanto, seus algozes buscam escapar da culpa de seus crimes. Assim, para livrar-se do peso da culpa, os algozes estimulam “outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar” (Gagnebin, 2006, p. 101), todas elas, perniciosas ao processo de manutenção da memória social. Práticas que Ricoeur chama de “uma forma ardilosa de esquecimento”: “Está em ação aqui uma forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos” (2007, p. 455).

O funcionamento da produção de esquecimento, que “desapossa” as vítimas “do poder de narrarem a si mesmos”, conduzida pelos militares, fica evidente através da fala do ex-ministro Jarbas Passarinho sobre a questão da anistia. Segundo ele, ““É preciso reconciliação. Para reconciliar é preciso esquecer”” (Seligmann-Silva, 2022, p. 209). Um excelente argumento para os algozes militares, mas que pesa sobremaneira sobre todas as vítimas do regime ditatorial, visto que:

para as vítimas da violência (e essas vítimas não apenas os torturados, os assassinados e os desaparecidos, mas seus familiares e também toda a sociedade que é vítima da violência ao excluí-la da esfera jurídica), ele [o argumento em prol do esquecimento] é cínico (Seligmann-Silva, 2022, p. 209-210).

A proposta, então, que se pode fazer para o combate desse modo de operar cínico e de todo o esquecimento que ele provoca é o exercício de uma compreensão racional sobre o passado. Tal proposta ressoa em Gagnebin, apoiada em Adorno (1959), que pontua, no pós-nazismo da Alemanha, haver uma força de destruição da lembrança, mas, em oposição a essa força, o necessário não seria a “memória” ou a “lembrança”, mas um “Aufklärung”, que quer dizer “esclarecimento”. Gagnebin faz a seguinte ressalva sobre o “Aufklärung”: “essa palavra também é usada no sentido cotidiano, comum, de explicação, explicitação, clarificação ou atividade pedagógica racional de colocar claramente um problema [...]” (2006, p. 101).

Ou seja, mais do que apenas recontar os fatos ocorridos, é preciso construir o que Ricoeur chama de “história da memória” para evitar alguns problemas que a sua falta causa na memória coletiva. São eles: “esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos” que “assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que

apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz” (Ricoeur, 2007, p. 455).

Há, ainda, na história da ditadura militar brasileira, uma última problemática que precisa ser superada através do esclarecimento. A questão da anistia é uma manobra que “elimina” os problemas causados pela ditadura através da cessão de perdão validado juridicamente pelo Estado para os militares e demais envolvidos com o regime.

É evidente que a anistia de 1979, tal como foi e é instrumentalizada pelas elites civis e militares, foi uma peça fundamental nesta desmontagem do testemunho, nesse cerceamento da comprovação e da publicização daqueles crimes cometidos dos anos 1960 em diante. O crime perfeito da nossa ditadura civil-militar consistiu em conseguir, de fato, silenciar as testemunhas – por mais que elas fossem a público (Seligmann-Silva, 2022, p.199-200).

O perdão, culturalmente compreendido como virtude, no caso da produção de memórias, associa-se ao esquecimento, tornando-se um empecilho para o esclarecimento.

A fronteira entre esquecimento e perdão é insidiosamente ultrapassada na medida em que essas duas disposições lidam com processos judiciais e com a imposição da pena; ora, a questão do perdão se coloca onde há acusação, condenação e castigo (Ricoeur, 2007, p. 459).

Dessa forma, existem duas maneiras de interpretar a ideia de anistia no Brasil. Em primeiro lugar, no final dos anos 1960, proposta pela oposição aos militares, visava à volta dos que estavam em exílio e a libertação dos prisioneiros políticos. “A anistia, nesse contexto, significava, antes de mais nada, restauração da justiça” (Seligmann-Silva, 2022, p. 205). Contudo, e mais uma vez com a mão pesada dos militares sobre a narrativa, a chegada da anistia se deu apenas em 1979, “organizada pelos responsáveis pela ditadura civil-militar. Sua intenção naquele momento, no entanto, não era a de realizar a justiça” (Seligmann-Silva, 2022, p. 205). Percebendo a inevitável derrocada do regime militar, “os donos do poder pretenderam, então, [...] decretar, de antemão, a sua própria impunidade.” Por fim, os militares “apropriaram-se da anistia para convertê-la em mecanismo de impunidade” (Seligmann-Silva, 2022, p. 206).

A respeito da anistia na França, Ricoeur ainda faz afirmações válidas também para o Brasil, pontuando que a anistia se trata “de um esquecimento jurídico limitado, embora de vasto alcance” porque “a cessação dos processos equivale a apagar a memória em sua expressão de atestação e a dizer que nada ocorreu” (2007, p. 462). Ao

atestar que “nada ocorreu”, obtém-se o sucesso do esquecimento, que faz com que Seligmann-Silva dê para os feitos da ditadura no Brasil a alcunha de “crime perfeito”.

Por fim, vê-se que, ao se partir da literatura testemunhal de Kucinski, os rastros da memória produzidos durante a ditadura militar se reacendem, apesar de todas as estratégias de esquecimento interpostas pelos militares, ainda durante a vigência do regime militar e com consequências até os dias de hoje. A partir da retomada das evidências desses rastros da memória, pode-se pensar na construção de uma memória social a respeito da ditadura militar no Brasil. Contudo, a mera rememoração para inserção do máximo de informação para o tema não deve ser vista, teoricamente, como o caminho ideal para a construção dessa memória social, pois apenas a narração repetida dos ocorridos não confronta de maneira eficaz as muitas estratégias de esquecimento utilizadas pelos militares.

Portanto, a construção de uma memória social se pauta no dever ético de memória em combater o esquecimento, ao se produzir o *Aufklärung* — esclarecimento, que para além de uma memória superior ao esquecimento, oferece também uma abordagem racional para o problema do esquecer em um contexto histórico como esse, visando trazer um pouco de justiça para as vítimas, familiares e sociedade.

3 A ESCRITA TESTEMUNHAL DE KUCINSKI

Liberdade, por sinal, é a palavra que define não apenas a escrita de Kucinski, mas sua atitude diante da vida política. Liberdade crítica, que o leva a rejeitar orientações dogmáticas e tentativas de limitar a expressão do pensamento, tão próprias de nossa cultura autoritária.[...]

Liberdade que se torna mais ousada nessa coletânea, a começar pelo manejo da ironia ao abordar alguns aspectos da experiência das vítimas do terror militar brasileiro.

(Maria Rita Kehl)

Para o *corpus* da nossa pesquisa, escolhemos cinco contos que integram a coletânea *Você vai voltar pra mim*, do autor Bernardo Kucinski (2014). Apesar de seus textos serem pouco trabalhados na Educação Básica, acreditamos na potencialidade da escrita testemunhal de Kucinski para mobilizar reflexões, em nossos alunos e alunas do ensino fundamental, sobre violência e autoritarismo em ações do Estado a partir de experiências da ditadura militar brasileira, de modo a consolidar uma cultura da memória no contexto escolar, como proposto pelo objetivo geral de nossa pesquisa. A seguir, na seção 3.1, apresentaremos um pouco da vida do escritor Bernardo Kucinski; na seção 3.2, dissertaremos sobre a obra *Você vai voltar pra mim e outros contos* para, em seguida, analisarmos os contos que contribuirão com o nosso trabalho: “Joana” (seção 3.2.1); “Tio André” (seção 3.2.2); “O velório” (seção 3.2.3); “A instalação” (seção 3.2.4); e “A lista” (seção 3.2.5).

3.1 O AUTOR BERNARDO KUCINSKI

Nascido em São Paulo no ano de 1937, Bernardo Kucinski graduou-se em Física em 1968 e se aposentou como professor na Universidade de São Paulo, junto à Escola de Comunicação e Artes — Departamento de Jornalismo e Editoração. Trabalhou como jornalista em vários veículos da imprensa brasileira e também foi correspondente na Inglaterra pela *BBC* e *The Guardian* durante seu período de exílio. Ainda em relação ao

jornalismo, defendeu tese de doutorado sobre a cobertura de jornais alternativos durante a ditadura militar, foi vencedor do Prêmio Jabuti em 1997 com a obra *Jornalismo Econômico* e teve uma passagem pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), durante o governo Lula. Kucinski adentrou na carreira literária tardiamente, aos 74 anos.

De origem polonesa e judia, Kucinski teve diversos membros de sua família assassinados nos campos de extermínio nazistas. O passado recente de perseguição da família de Kucinski continuou no Brasil, dessa vez por motivações políticas. Durante os ditos “anos de chumbo” da ditadura militar, sob comando do general Médici, a irmã de Bernardo, Ana Rosa Kucinski, foi torturada e assassinada junto do marido, Wilson Silva, pelo Departamento de Ordem Política Social (DOPS). Ambos faziam parte da Aliança Libertadora Nacional (ALN) — grupo de esquerda que se opunha ao regime militar.

Os relatos contam que, em 1974, ambos teriam sido levados para a Casa da Morte em Petrópolis, torturados e tido seus corpos incinerados. Credita-se o relato a Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS, que acrescenta ainda que ele e um outro sargento foram levar os corpos das vítimas:

A mulher apresentava muitas marcas de mordidas pelo corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo leva a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles (Guerra et al., 2012, p. 55).

O impacto de tais acontecimentos para Kucinski acabou por pautar boa parte de sua carreira como jornalista e escritor. Como jornalista, chegou a denunciar a venda de urânio enriquecido do Brasil para o Iraque nos anos finais do regime militar. Como escritor de literatura, publicou *K. Relato de uma Busca*, em 2011, revelando as profundas marcas dos crimes contra a humanidade sofridos através da violência estatal durante o regime militar no Brasil.

Na obra, o autor retrata a incansável e dolorosa busca do pai por Ana Rosa, resgata a memória silenciada da morte da irmã, intercalando pensamentos e vozes de diversos personagens (inclusive de um torturador). Kucinski reconta a história do próprio sofrimento familiar. Essa dor é retomada novamente em seu livro *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), recontando outras histórias de familiares que também sofreram com os crimes que a ditadura militar cometeu.

Para além do reacender de uma memória pessoal, Bernardo Kucinski levanta o fato de que a Lei da Anistia fez com que os militares criminosos não sofressem punição exemplar, bem como quem financiava o regime e os seus torturadores. Assim, cria-se uma cultura de impunidade que conta com um esquecimento coletivo, coroado com as diversas homenagens as quais ainda recebem os homens direta e indiretamente ligados à tortura.

Por fim, ao desenvolver sua obra literária, além de agregar valor à cultura de língua portuguesa produzida no Brasil, Bernardo Kucinski ainda oportuniza ao brasileiro ser exposto, através das lentes amplificadoras da literatura, às verdades tenebrosas dos crimes contra a humanidade praticados durante a ditadura, acendendo também debates que continuam pungentes sobre liberdades democráticas, de expressão e associação política e direitos humanos. Como observa Padilha:

Desde sua obra literária inaugural, Kucinski vem privilegiando temáticas de forte acento político. As atrocidades cometidas pela ditadura dão a tônica de romances e contos do autor, exibindo as veias abertas da violência física e simbólica exercida por agentes no comando e a serviço do aparelho estatal militar (2021, p. 13).

O trabalho literário criterioso de Kucinski contribui com a criação de um panorama memorial mais completo e acessível ao imaginário popular do brasileiro, vencendo, mesmo que tardiamente, as estratégias de silenciamento da ditadura militar que, sem um estudo mais atencioso, tende a ser lembrada como um período desprovido da truculência que sempre lhe fora a característica mais saliente, ou esta ainda lhe é demasiadamente abrandada pelo enfraquecimento de suas memórias mais dolorosas, sistematicamente esmaecidas, da vida sociocultural e política do país.

3.2 A OBRA *VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM E OUTROS CONTOS*

Constituído por 28 breves narrativas e publicado pela Cosac Naify em 2014, cinquenta anos após o golpe militar que instituiu um regime ditatorial no Brasil, *Você vai voltar pra mim* é o primeiro livro de contos do escritor Bernardo Kucinski. Em nota introdutória, o autor afirma que as histórias que compõem a coletânea “se inspiram no clima de opressão reinante no nosso país nas décadas de 1960 e 1970 e suas sequelas”

(2014, p. 7). A obra ganhou, no mesmo ano em que foi lançada, o Prêmio Clarice Lispector da Fundação Biblioteca Nacional⁷.

Os contos de Kucinski possuem um forte teor testemunhal, evidenciando, a partir das experiências da ditadura militar brasileira, diversos crimes que violam os direitos humanos, como censura, perseguições, detenções ilegais e arbitrárias, torturas, desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres. Por meio de um trabalho elaborado com as palavras, em que o estético dialoga com a realidade, a linguagem literária reconstrói a dor e o horror dos anos ditatoriais e também as consequências desse contexto repressivo e autoritário que prevalecem após décadas.

O autor afirma: “Aos leitores familiarizados com aqueles tempos, os contos podem lembrar episódios e pessoas conhecidas” (2014, p. 7). E aos nossos jovens leitores que ainda não conhecem esse terrível período da história brasileira: “acredito que essas narrativas de cunho literário permitirão sentir um pouco a atmosfera de então, com nuances e complexidades que a simples história factual não conseguiria captar” (Kucinski, 2014, p. 7). Kucinski também adverte, a fim de asseverar o caráter de criação estética da obra, que seus contos “não passam de invenções, criações literárias sem nenhuma obrigação de fidelidade a pessoas ou fatos que eventualmente os possam ter inspirado” (2014, p. 7).

A qualidade da escrita de Kucinski, somada à profundidade das narrativas, produz uma obra comovente e reflexiva. Sobre a coletânea, o professor e pesquisador Weverson Dadalto observa:

Embora autônomos e distintos entre si, os contos estão interligados pelo tema da ditadura (sobretudo seus efeitos sobre as vítimas). A aproximação temática dos textos justapostos, a apresentação de uma comunidade de personagens vinculados por problemas e interesses compartilhados, a recorrência de aspectos formais em várias histórias e a manutenção de um estilo coerente ao longo do volume criam uma impressão de conjunto, como se os relatos se relacionassem entre si e seus sentidos se complementassem mutuamente (2023, p. 54-55).

Os contos retratam diversas histórias de personagens que vivenciaram os anos de repressão, abordando as violências sofridas pelos opositores ao regime militar, por seus familiares, amigos e pela sociedade, de forma geral. As narrativas também incluem os bastidores do regime, os torturadores, aqueles que participaram e apoiaram esses

⁷ Informação obtida por meio do site <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2014/12/cerimonia-entrega-premio-literario-biblioteca-nacional>.

anos sombrios da nossa história. De forma sensível, o autor capta o cotidiano, a religiosidade, os gritos, os silêncios, as dores, as pequenas emoções e detalhes das vidas profundamente afetadas pela ditadura. No que diz respeito à maneira como a história é narrada, o uso da terceira pessoa é predominante.

Essa preferência pela terceira pessoa é coerente com a imensa dificuldade, sentida pelas vítimas, de elaborar verbalmente o trauma decorrente da violência. Além disso, aponta para a necessidade do testemunho daqueles que, mesmo sem terem sido atingidos diretamente pela repressão, são solidários com as vítimas, estão dispostos a ouvi-las e a dar-lhes voz, e compreendem que a violência da época diz respeito a toda a coletividade, não apenas aos alvos diretos da repressão (Dadalto, 2023, p. 56).

As sessões da Comissão Nacional da Verdade serviram de inspiração para Kucinski escrever os contos de *Você vai voltar pra mim e outros contos*. O autor acompanhou as reuniões e os depoimentos de vítimas, agentes da repressão e testemunhas. Assim como a Comissão Nacional da Verdade, a obra *Você vai voltar pra mim e outros contos* luta contra o esquecimento, o apagamento do passado e as constantes manipulações das informações a fim de construir uma memória coletiva e assegurar a prevalência da verdade histórica. A literatura testemunhal de Kucinski nos leva à memória e à reflexão de um período marcado pela violência e pelo autoritarismo, recuperando os relatos daqueles que sofreram sob o terrorismo de Estado. Como a anistia engendrou amnésia, um “mal de Alzheimer nacional”, os contos de Kucinski

agem como um instrumento de memória tanto para quem conheceu algo desse passado quanto para quem sequer teve acesso a ele, uma vez que boa parte dos rastros permanecem sob as condições de impedimento /esquecimento (Martinelli Filho, 2022, p. 57).

Sobre a obra de Kucinski, o crítico literário e escritor Julián Fuks afirma que “Há muito precisava calar o silêncio, romper falsos consensos, derrubar, em palavras, ao menos, a absurda anistia irrestrita com que se quis impor o esquecimento” (2014, segunda orelha do livro). O autor também destaca a ironia e sutileza na linguagem de Kucinski, e a importância da obra em nosso presente:

A escrita de Kucinski é, enfim, tão ressonante quanto imprescindível. Através dela ganham existência tantas figuras desaparecidas que nossa recusa à memória revitimiza; através dela o passado recupera a transparência turvada pelos muitos esforços obscurantistas. Mas com ela também nosso tempo ganha traços mais precisos, também o presente se deixa examinar com clareza, pois,

em essência, são os mesmos dramas humanos os que teimam em substituir (2014, segunda orelha do livro).

Nossos discentes, muitas vezes, por estarem envolvidos em discursos conservadores, os quais, geralmente, possuem forte apelo religioso e estão mascarados pela defesa da família e da pátria, posicionam-se a favor de políticas autoritárias que perpetuam o legado da violência e ameaçam a nossa democracia. Os contos de Kucinski possibilitam “o debate sobre a extrema violência da ditadura, o testemunho, a memória e o esquecimento desse período, os traumas dele decorrentes e a impossibilidade do luto para os familiares de muitas vítimas [...]” (Dadalto, 2023, p. 60), permitindo aos nossos estudantes da Educação Básica importantes reflexões sobre um passado de violência e repressão que não deve ser perpetuado. Dessa forma, nas seções subsequentes, serão analisados cinco contos presentes na obra *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), de Bernardo Kucinski, os quais contribuirão com esta pesquisa.

3.2.1 “Joana”

O conto “Joana” aborda a questão dos desaparecidos no decorrer dos anos ditatoriais e as sequelas enfrentadas pelas famílias das vítimas. A narrativa suscita profundas reflexões sobre os efeitos duradouros das violências praticadas pelo Estado brasileiro no período de 1964 a 1985.

A incessante busca de Joana, personagem que dá título ao conto, para encontrar seu marido, Raimundo, que foi levado por agentes da ditadura “Sem mandado de prisão, sem nada” (Kucinski, 2014, p. 59), é narrada pela perspectiva de um dos advogados que a ajudou a receber “uma pensão do Estado por tudo o que aconteceu” (Kucinski, 2014, p. 58). Descobre-se, posteriormente, que Raimundo foi brutalmente espancado e morto no mesmo dia, mas seu corpo não foi entregue aos familiares:

Para ocultar o homicídio, no caso doloso e qualificado, pois acompanhado do crime acessório de abuso de autoridade, a polícia cometeu outro crime, o de ocultamento de cadáver. Sumiram com o corpo de Raimundo. [...] nunca se soube, para onde levaram o corpo e como se desfizeram dele. Se foi enterrado como indigente ou incinerado, ou disposto de outra forma. Isso nenhuma das diligências conseguiu elucidar (Kucinski, 2014, p. 58).

No período ditatorial, sumir com os corpos daqueles que foram barbaramente assassinados após prisão e tortura era uma ação comum dos agentes de Estado para encobrir os crimes cometidos. É possível relacionar o sumiço do corpo de Raimundo, no conto, à vida do autor, Bernardo Kucinski, que vivenciou essa experiência com o desaparecimento forçado de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, e seu cunhado, Wilson Silva, cujos corpos até hoje não foram encontrados.

Joana representa inúmeras vítimas da ditadura militar: “Aconteceu a ela o mesmo que a outras famílias naquele tempo” (Kucinski, 2014, p. 58). A peculiaridade de sua história consiste no fato de a protagonista procurar Raimundo há mais de duas décadas: “se o marido foi preso em 1969 e estamos em 1995, ela faz isso há vinte e seis anos” (Kucinski, 2014, p. 58). Por meio de uma linguagem acessível, reflexiva e poética, o conto evidencia como a vida de Joana foi tragicamente marcada pela ditadura, a tortura psicológica que a personagem enfrenta, ela sofre a angústia de viver o presente sem ter um passado esclarecido.

O fato de os militares terem “desaparecido” com o corpo de Raimundo impede Joana de vivenciar o luto, impactando seu cotidiano que se transforma em uma eterna busca pelo marido. Apesar de a morte do marido ter sido comprovada “por documentos e depoimentos em várias comissões” (Kucinski, 2014, p. 59), Joana diariamente sai às ruas a procura dele: “Ela acredita que os espancamentos deixaram Raimundo desmemoriado, talvez até cego ou aleijado, e que desde então ele perambula pelas ruas, perdido, sem saber como voltar para casa” (Kucinski, 2014, p. 59-60).

As complexas emoções e experiências de Joana são transmitidas aos leitores por uma linguagem que possibilita uma conexão profunda com as lutas internas da personagem. A narrativa retrata a importância do corpo do morto, do rito social do sepultamento para Joana realizar o trabalho do luto. Ela não consegue acreditar na morte do companheiro já que “desapareceram” com o corpo, ocultaram o cadáver.

Embora o próprio cardeal tenha assegurado a Joana que o marido foi espancado até não restar nele sopro de vida, ela não aceitou que ele tivesse morrido. Cadê o corpo?, ela perguntou. E sempre pergunta. Diz que só vai se considerar viúva no dia em que trouxerem o atestado de óbito de Raimundo e mostrarem sua sepultura (Kucinski, 2014, p. 59).

A impossibilidade da constatação material da morte do marido por meio do corpo que não foi entregue mantém Joana aprisionada, após décadas, entre a dor e a

esperança de um possível reencontro. A história da protagonista pode ser comparada a inúmeras histórias reais impactadas pela violência do regime ditatorial:

[...] os agentes do estado de exceção privaram pais, mães, irmãos, esposas e filhos dos “desaparecidos”, tombados pela violência de Estado, do direito de prestar as últimas homenagens aos seus mortos – “rito de passagem” fundamental em toda comunidade humana, [...]. Ao impedi-los de oferecer as devidas honras fúnebres aos seus mortos, o Estado brasileiro furtou-lhes o direito de viver plenamente a experiência do luto, indispensável para a elaboração da perda, porém, substituída nesse caso por um perene estado de angústia, inquietação e sofrimento, indefinidamente prolongado em face de uma história jamais encerrada à qual somente a presença de um corpo poderia dar resposta conclusiva. O corpo insepulto é uma história para sempre inconclusa, sem um fim definitivo. Corresponde a uma espera interminável. Sem corpo, não há desfecho possível para a história do “desaparecido”; e, se essa jamais se fecha, a ferida psíquica de quem fica também não (Vogas; Padilha, 2023, p. 181).

A vida de Joana é repleta de dúvidas, o corpo sonegado não permite que ela encontre, pelo menos, um pouco de paz ao ter certeza do que aconteceu, sem a crença de que Raimundo esteja vivo, vagando sozinho e sem memória. Até o direito dessa certeza foi tirado de Joana pelo Estado terrorista. Como legado da barbárie, a protagonista continua suas buscas, da mesma forma que continua a angústia daqueles que esperam por alguém que nunca mais retornará. O fim do regime não trouxe respostas significativas para os que buscavam encontrar seus entes queridos desaparecidos, histórias ficaram sem desfechos, e os crimes, impunes. Como reflexo desse passado, ainda hoje, casos de desaparecimento de pessoas às mãos das autoridades estatais continuam acontecendo.

O anonimato das vítimas da ditadura militar brasileira é outro ponto que chama atenção na narrativa. No início do conto, o narrador convida os leitores a observarem Joana, depois afirma que se ele não contar, nunca conheceremos a história dessa mulher. Fica claro que muitas pessoas desconhecem histórias como a da personagem, continuam alheias ao sofrimento dos familiares que tiveram seus entes queridos vitimados pelas terríveis ações adotadas pelos militares nos anos em que estiveram no poder. Falta uma memória coletiva para a sociedade brasileira. Falta conhecer as diversas narrativas que a ditadura tentou silenciar.

Ao longo da história, o narrador expressa empatia pela protagonista. No final, quando Joana recebe um atestado de óbito do Governo que não menciona o dia, onde e como Raimundo morreu, essa conexão emocional torna-se ainda mais evidente, pois o narrador concorda que “De fato é um pseudoatestado, só serve para a família cuidar

do inventário e seguir a vida. E Joana segue a vida, mas a seu modo” (Kucinski, 2014, p. 60). Um simples papel não traz paz ao coração da esposa que perdeu o marido, não é suficiente para ela aceitar que Raimundo morreu.

A insistente procura de Joana pelo marido “desaparecido” pode simbolizar a busca por verdades que foram encobertas em um período marcado pela violação aos direitos humanos. Pode simbolizar a luta por justiça de tantos familiares, através do tempo e da anistia. Ao não aceitar o pseudoatestado oferecido pelo Estado, Joana não aceita que a memória daquele período seja esquecida, não aceita que os crimes permaneçam sem solução e que as vítimas sejam silenciadas.

“Joana” é uma história que traduz as indeléveis marcas nos familiares e amigos que tiveram pessoas queridas vitimadas por um regime cruel. Um regime que impossibilitou uma despedida, um último abraço, um último beijo, um último olhar, uma última palavra. No decorrer do conto, o autor contrasta a desumanidade da ditadura com a humanidade de Joana. O viés sentimental permeia a narrativa, mostrando um amor “que nem o tempo, nem a ditadura conseguiram extinguir” (Kucinski, 2014, p. 60).

3.2.2 “Tio André”

No conto “Tio André”, a narrativa está centrada na caminhada de José Moura e seu filho de oito anos, Ricardinho, até à casa do irmão mais novo de José, André. Por meio da voz do irmão mais velho em diálogo com o filho, o leitor entende que André é um homem recluso e, à medida que a narração avança, é possível entender os motivos de sua reclusão – a violência policial sofrida durante o período da ditadura militar o traumatizara para o resto da vida. Quando pai e filho chegam ao fim de sua caminhada, já na casa do tio André, este é encontrado morto em sua cama, o corpo estava lá há alguns dias, como a narrativa dá a entender. O motivo de sua morte: um suicídio.

Chama atenção, no conto, o fato de ser Ricardinho, por meio de sua curiosidade infantil, quem conduz as descobertas do leitor sobre André. “- Pai, por que o Tio André foi morar tão longe?” (Kucinski, 2014, p. 169); “O tio André matou alguém?” (Kucinski, 2014, p. 170); “por que ele tem medo da polícia?”; “Então a polícia é do mal?” (Kucinski, 2014, p. 171).

Assim, José Moura revela, aos poucos, todas as informações sobre André. A princípio, de maneira vaga; “- É o jeito dele, filho, ele gosta de ficar longe das pessoas” (Kucinski, 2014, p. 169), e, em certo momento, ganhando até contornos lúdicos, como é

de se esperar que seja a conversa com uma criança: “– O tio André era um sonhador, Ricardinho. / – Ele não acordava pra ir pra escola?” (Kucinski, 2014, p. 173). Entretanto, à medida que a narrativa avança para o seu clímax e desfecho, é notável a dificuldade do pai em encontrar eufemismos e outros subterfúgios para contar a história do irmão.

A interpretação desse conto pode ocorrer por meio de algumas camadas. A princípio, é possível extrair das informações oferecidas por José Moura e da narração uma ideia do período que viria a transtornar a vida de André. O conto menciona que José costumava deixar 500 reais em notas de 10 para o irmão. Se o Plano Real for tomado como base para um indício da marcação do tempo na narrativa, pode-se entender que os personagens vivem em algum momento em meados da década de 1990.

Ao regressar dessa década os 21 anos que separam o momento da prisão de André, então um universitário de 19 anos, e o seu aniversário de 40 anos, chega-se à década de 1970 no Brasil – os anos de chumbo da ditadura militar, período em que ocorreram diversas apreensões para interrogação e tortura a fim de conseguir informações sobre grupos opositores ao governo, bem como o “desaparecimento” e “suicídio” de grande número de pessoas.

Compreende-se da narrativa que André foi torturado, sofrendo um trauma que resultou, primeiramente, em uma vida nômade: “Depois ele morou em muitos lugares, vivia mudando, não parava nem três meses num lugar”, José “Lembra que André não dava seu endereço a ninguém, nem a ele, único irmão” (Kucinski, 2014, p. 172); e por fim, em seu isolamento quase que completo da sociedade: “Depois da segunda prisão, enfurnou-se em casa e não voltou mais para a faculdade. Quase não falava. Passava horas trancado no quarto de cima, vigiando a rua” (Kucinski, 2014, p. 173). Nesse momento, fica claro que o rapaz adquiriu uma fobia de pessoas que pudessem estar relacionadas à polícia.

Como reflexo da tortura, André escondia-se no quarto ao ver alguém trajando uniforme de trabalho, como o cobrador da empresa de luz ou o carteiro, o que se assemelha a uma manifestação que expõe a repetição à cena do trauma, pois o uniforme dos trabalhadores pode ser associado ao dos militares como num deslizamento metonímico que remete ao personagem à tortura sofrida (Martinelli Filho, 2022, p. 71).

A narrativa leva o leitor a conhecer André antes da violência policial - um jovem que estudava literatura brasileira, gostava de música, de poesia, de contar histórias. O personagem foi preso sem sequer saber a motivação. Seu irmão mais velho era quem

estava envolvido com uma organização de opositores e André estava sendo usado para chegar a José Moura. O personagem que dá nome ao conto, porém, “nem sabia que ele [José Moura] era da organização; ele fazia questão de não envolver o André, sempre protegeu o irmão menor” (Kucinski, 2014, p. 172). Contudo, pouca proteção José Moura podia oferecer ao irmão perante um governo abusivo e opressor. André não conseguiu reconstruir a vida depois das violências sofridas, e após a visita do fiscal das águas – que o personagem deve ter relacionado a presença de um policial, André comete suicídio.

Nesse momento da história, existe uma mudança de postura de José Moura em relação a como transmitir ao filho Ricardinho o que acontecera com o tio André. Quando o menino entra na casa do tio e o vê morto, questiona se havia sido a polícia que o matara, ao que o pai responde: “Foi, filho, foi a polícia que matou o tio André” (Kucinski, 2014, p. 176). Algo diferente do que ocorre no início da história, quando o pai titubeia se diria, ou não, ao filho que a polícia era “do mal”; “José Moura não sabe o que responder. Não quer dizer que a polícia é do mal, mas também não quer mentir” (Kucinski, 2014, p. 171).

Na resolução de José Moura, no final do conto, ao dizer que foi a polícia sim que matou seu irmão, a narrativa reforça a ideia de que a violência estatal exercida pela ditadura militar deixou uma marca indelével em quem a sofreu e também na vida de seus familiares e pessoas mais próximas; além de responsabilizar a polícia da época como os agentes perpetradores de diversos crimes e suas consequências, mesmo décadas após terem sido praticados.

3.2.3 “O velório”

“O velório” é um conto no qual Kucinski narra os ritos fúnebres de Roberto, filho de Antunes. Contudo, a primeira frase da narrativa anuncia ao leitor que não se trata de um velório comum: “Um enterro especial requer um caixão especial” (Kucinski, 2014, p. 49). Outro exemplo dessa singularidade é a abordagem da motivação para o velório: “Foi quando ele decidiu fazer o enterro do filho. Pensou: nosso limite é entre noventa e noventa e três. Meu irmão, Deus já levou. Logo será minha vez. Não quero morrer sem enterrar o meu Roberto” (Kucinski, 2014, p. 50). O protagonista, então com noventa anos,

afirma ser de uma família longeva, e a morte de seu irmão, aos noventa e três, soa no conto como um alerta.

A idade avançada de Antunes parece ter encetado a razão necessária para o movimento de efetuar o enterro simbólico [...] estendendo o impacto da decisão ao restante de seus familiares, que ainda conservavam o sofrimento decorrente de um luto não realizado (Martinelli Filho, 2022, p. 82).

Assim, Antunes decide velar o filho, porque percebe que, talvez, seu tempo esteja acabando. O leitor é envolvido nos preparativos para o velório, como a compra do caixão e a escolha de uma fotografia; contudo, quando Rita, esposa de Antunes, vai conversar com o padre, percebe-se algo ímpar. O religioso afirma que terá que checar com o bispo a possibilidade de realizar o velório, já que a igreja não poderia considerar o momento como uma missa de corpo presente nem de sétimo dia. Paralelo a isso, outras pistas são oferecidas pelo texto, como a percepção das irmãs sobre o caso, e os efeitos do ocorrido nos pais.

Às dez horas chegaram de Campinas as filhas, Célia e Celina, com os genros e os netos pequenos. [...] Elas eram adolescentes quando o irmão desapareceu; tiveram muita dificuldade em entender o que se passava, principalmente Célia, a menor. Os pais não explicavam. Criou-se um segredo de família. No telefone, só falavam aos cochichos (Kucinski, 2014, p. 51).

Só muito tempo depois é que os pais contaram o pouco que sabiam. Os velhos nunca voltaram a ser como antes, viraram outras pessoas, distantes, tristes. Nos últimos anos, com a vinda dos netos, voltaram a sorrir (Kucinski, 2014, p. 51).

Fica-se entendido, pelo contexto da coletânea *Você vai voltar pra mim e outros contos*, que Roberto é um dos desaparecidos do regime militar no Brasil, um crime da ditadura que continua a repercutir nas famílias de suas vítimas, mesmo após anos do fim do período ditatorial, como aponta o relatório da Comissão Nacional da Verdade.

O relatório, mesmo tendo trazido uma contribuição, deixou de contemplar muitos temas; um dos fatores para essa limitação consiste em as Forças Armadas não terem apresentado documentos que seriam necessários para o trabalho da comissão. Entre as consequências dessa limitação, está o fato de que o conhecimento, por parte das famílias de desaparecidos políticos, a respeito da situação de seus entes queridos, continua restrito (Ginzburg, 2020, p. 119).

Ao contrário do conto "Joana", em que a protagonista continua suas buscas por Raimundo de forma persistente, o evento descrito em "O velório" representa a tentativa de terminar um ciclo de angústia do pai em relação ao sumiço do filho.

Portanto, o que busca Antunes, ao promover o ritual, é o fechamento, embora simbólico, do ciclo de vida do seu filho, para com isso conseguir, ao mesmo tempo, pôr um ponto final a outro ciclo: o do seu sofrimento pessoal; um ritual que o ajude a enfim processar aquela dor que se prolonga ad infinitum; saná-la em vida, antes que chegue o momento de ele mesmo partir (Vogas; Padilha, 2023, p. 187).

O enredo sugere que o velório garante para Antunes o encerramento de um período de sua própria vida, conferindo ao filho o ritual de passagem digno que a ditadura militar lhe negou.

O evento parece cumprir a importante função diante da relação afetiva entre Antunes e seu filho, empreendendo o desenlace de um trabalho de luto que possivelmente se iniciara, para ele, antes mesmo da cerimônia, quando decidiu que era necessário assumir a perda e realizar o funeral (Martinelli Filho, 2022, p. 84).

Assim, percebe-se que a força principal do conto é a busca das personagens, a começar por Antunes, por uma articulação simbólica da perda, uma vez que o desaparecimento de Roberto “legou aos seus familiares o impedimento do trabalho de luto” (Martinelli Filho, 2022, p. 82).

A morte, como o irrepresentável por excelência, só pode ser margeada por meio de significantes, que colaboram para o início do trabalho de luto, uma vez que compõem o cenário necessário para que o exame da realidade indique a continuidade da ausência (Martinelli Filho, 2022, p. 83).

Assim, foi necessário que a família encontrasse a própria maneira de articular o acontecimento da morte de Roberto, tomando-a como um fato, e usando o velório para tal, apesar da falta de provas materiais impingida pela ditadura militar. No decorrer do enredo, porém, é perceptível que existem forças antagônicas concorrendo para a construção dessa articulação simbólica na narrativa de Kucinski.

“O velório” narra uma ausência dupla: primeiramente porque a família foi privada da convivência de Roberto, não o tendo mais consigo; em segundo lugar, em detrimento do desaparecimento, a família se vê às voltas com um velório de corpo ausente. Existe, no conto, uma metonímia constante, em que se usam símbolos presentes na narrativa para evocar ainda outras presenças. Dessa forma, no ataúde de Roberto, foram enterrados um paletó e um par de sapatos, fazendo as vezes do próprio rapaz.

Em seguida, há a contraposição da visão da família de fazer o velório à revelia da relutância do padre. “Na semana seguinte, o padre explicou que, nas circunstâncias, não

oficiaria missa de corpo presente nem de sétimo dia, mas levaria conforto à família no velório e no sepultamento” (Kucinski, 2014, p. 50). Ou seja, apesar de “levar conforto”, o que o padre estava fazendo não era o papel de uma liderança religiosa institucionalizada; dessa forma, o velório também não estaria debaixo da cobertura da igreja.

Percebe-se que existe uma tomada de responsabilidade do grupo social familiar por um rito que, geralmente, tende a pertencer à instituição religiosa — esta, por sua vez, numa espécie de *mea culpa*, não desaconselha o rito, mas não se compromete. A igreja, neste ponto, pode ser percebida, metonimicamente, na figura do padre Gonçalves. Outro embate é relatado quando surge a figura de Teixeira, um tio com uma relação próxima a Roberto.

Teixeira é abonado, dono de fazenda. Uma ocasião recusou um pedido de empréstimo do Antunes para cobrir um ano de safra ruim. Era ninharia. Ficaram dez anos sem se falar. Mas quando o Beto desapareceu o Teixeira se mexeu mais que ninguém. Era gamado no Roberto, seu primeiro sobrinho. Chegou a ir para Brasília falar com uns homens que ele conhecia. Não adiantou (Kucinski, 2014, p. 52).

Novamente, existe a figura da família agindo em prol de Roberto, porém sendo impedida pelo Estado. Esse trecho da narrativa é importante também para conectar diretamente o desaparecimento de Roberto à política, visto que “Brasília” é usada como articulação metonímica para o “Estado”.

O conto se desenvolve, e o velório de Roberto toma outras proporções, quando cada vez mais pessoas comparecem para prestar seus pêsames. Dessa forma, percebe-se a transição de uma vivência mais íntima para uma experiência mais coletiva, à medida que o velório alcança a família de Roberto e, em seguida, os amigos — momento que traz a música para o rito, primeiramente, com tristeza, nos versos de Tonico e Tinoco, mas, em seguida, a pedido de Antunes, com alegria, nos versos de Fita Amarela, de Noel Rosa, um samba.

Em dado momento, como gesto de solidariedade e empatia pela família, a cidade inteira aparece para o evento: “Comentam que nunca houve um velório tão concorrido. Não se vê ninguém nas outras ruas, na praça da matriz, na rodoviária. Virou cidade fantasma” (Kucinski, 2014, p. 54). Enquanto o velório está cheio, a cidade fica vazia.

A imagem sugere que a cidade está impregnada pela morte e pelo vazio, como se, em um enunciado lírico, o espaço narrativo expressasse um sentimento de Antunes, isto é, o efeito doloroso da percepção de uma ausência. Ao mesmo tempo, no enunciado do narrador, a expressão se move na direção avessa, para

acentuar a força da presença dos moradores: a cidade fantasma é complementar, aqui, à casa cheia (Ginzburg, 2020, p. 123-124).

As pessoas da cidade se ausentam de outros espaços para comparecer em um evento significativo que está ocorrendo na sociedade. Assim, “é possível afirmar que a presença coletiva no velório caracteriza uma situação de integração social”. Dessa forma, “a marca de exclusão, resultante da violência de Estado, entra em contraste com o efeito inclusivo da vinda da população” (Ginzburg, 2020, p. 124). E é quando o velório atinge o auge de sua coletividade que chegam três figuras importantes.

É quando surge lá longe, no topo da ladeira, meio esfumado como se fosse assombração, o Chevrolet preto da Prefeitura. O carro se aproxima lentamente e para um pouco antes do terraço dos Antunes. Descem o prefeito Belisário, o delegado de polícia, dr. Costa, e o padre Gonçalves (Kucinski, 2014, p. 54).

Prefeito, delegado e padre são metonímias, respectivamente, para o poder político, militar e religioso, que obviamente não poderiam deixar de participar de um evento cuja popularidade tenha alcançado níveis tão extraordinários. A narrativa mostra que, quando a experiência da morte de Roberto deixa de ser privada e passa a ser coletiva, a política, a polícia e a religião se juntam para se apresentar às pessoas.

O fato de que eles aparecem depois que o evento tem repercussão pública, e em especial pelo fato de surgirem juntos, como se tivessem planejado uma entrada performática, sugere que as autoridades podem estar sendo oportunistas, ao se inserirem dentro de um espaço de solidariedade na vida pública, ganhando visibilidade (Ginzburg, 2020, p. 126).

O discurso das irmãs de Roberto e uma oração do padre ocorrem, encaminhando o velório para um fim aparentemente resignado. A última frase do conto é “Seu corpo nunca foi encontrado” (Kucinski, 2014, p. 56). No entanto, as palavras que finalizam a narrativa sinalizam uma denúncia: o desrespeito aos familiares das vítimas da ditadura, os quais não receberam respostas claras sobre o destino de seus entes queridos, nem viram os responsáveis pelos crimes praticados contra eles serem punidos. Nesse sentido, assevera-se que “o conto consiste em literatura de resistência, confrontando políticas de esquecimento e realizando uma intervenção na memória coletiva” (Ginzburg, 2020, p. 121).

3.2.4 “A instalação”

No conto “A instalação”, Kucinski narra o encontro de duas primas que, apesar de terem quase a mesma idade, não se conheciam. Fica claro, na introdução do enredo, que o relacionamento das duas mulheres não havia se dado até então porque o pai da protagonista pouco falava do irmão, de quem a prima era filha. Logo no primeiro parágrafo, pelo contexto da obra, o leitor consegue concluir que Nair, protagonista do conto, é uma sobrevivente da tortura praticada pela ditadura militar no Brasil, ainda trazendo, em seu corpo e mente, sequelas do período de terror.

Subiu os degraus devagar, um a um, já preocupada com a volta, quando teria que descer e sentiria as agulhadas no joelho direito. Dez anos haviam passado. O tique nervoso na sobrancelha esquerda, reflexo condicionado das cacetadas, sumira com dois anos de divã, mas a lesão no tendão, de quando a penduraram no pau de arara ficou para sempre. Se soubesse da escadaria, não teria vindo (Kucinski, 2014, p. 135).

A brevidade é uma das características desse conto. Kucinski opta por não explicar as ações das personagens, permitindo que o leitor faça suas próprias inferências e conexões na trama. Além de ser revelado o fato de Nair ter sido vítima da tortura, fica claro o envolvimento que ela tem com a arte: “Dirigiu direto da Pinacoteca, assim que terminou de montar a exposição da qual era curadora” (Kucinski, 2014, p. 136).

Ao chegar na casa da prima desconhecida, existe uma surpresa por parte da protagonista ao ver que a residência se tratava de uma espécie de palacete. Enquanto conversam, o leitor descobre que a prima encontrou Nair pela *Internet* e que ambas eram viúvas. Paralelo a isso, o narrador empresta sua voz para o juízo de valor de Nair, quando avalia que “Nossa personagem nunca tinha visto tanto kitsch. Nouveaux riches, pensou” (Kucinski, 2014, p. 136).

Apesar de a prima ter certo orgulho em exhibir sua casa, a protagonista avalia a decoração como de mau gosto, usando os termos *kitsch*, palavra alemã para um estilo de decoração exagerado e com excesso de informações visuais que se justapõem, em vez de se combinarem; e *nouveaux riches*, termo francês usado pejorativamente, quando se ascende a uma determinada elite econômica de maneira emergente, sem atender, porém, às expectativas estéticas que tal elite sugere.

Finalmente, a única parte de decoração na casa que atrai a atenção de Nair de forma positiva é uma instalação feita com um pau de arara que Oswaldo, o falecido

marido da prima, havia recebido como presente quando se aposentou da polícia. Nesse momento, o leitor é surpreendido ao fazer uma conexão entre a força policial e as práticas de tortura, a família da prima e o sofrimento por tortura vivenciado por Nair, compreendendo, assim, o motivo de o pai da protagonista nunca ter mencionado o irmão ou a sobrinha.

No cenário do conto, a manutenção de um pau de arara como parte da mobília doméstica pode levar o leitor a duas interpretações: a primeira é que a prima tem conhecimento e considera a ditadura e suas práticas de tortura como algo benéfico, uma visão que, lamentavelmente, ainda é compartilhada por muitos. Por essa razão, ela opta por expor o objeto que causou sofrimento a inúmeras pessoas, demonstrando orgulho desse período.

A segunda é que a prima de Nair é alheia ao contexto ditatorial, visto que o modo com que o instrumento de tortura é abordado pode indicar que seja um objeto corriqueiro da casa, usado apenas para apoiar cachos de banana — quem lhe confere valor de “instalação”, tirando-o do *status* de ordinário, na verdade, é Nair. Nesse sentido, pode-se pensar, então, que o conto sugere que a memória da tortura na ditadura militar ficou opaca, tornando-se parte de uma paisagem da história brasileira com a qual uma parcela da população (uma elite, como é a prima de Nair) está tão confortável, a ponto de transformar com naturalidade um instrumento de tortura em um utensílio doméstico banal.

Contudo, independente da interpretação do leitor, a narrativa deixa claro, através de Nair — que inferimos ser membra de uma classe artística perseguida pelos militares, sentindo “um frio subindo pela barriga e logo o beliscar pesado dos tiques na sobrancelha” (Kucinski, 2014, p. 82), que tal paisagem jamais será confortável, ou motivo de orgulho a quem tenha sofrido a tortura.

3.2.5 “A lista”

Em “A lista”, a narrativa acompanha a trajetória de Jacó, um ferramenteiro que vem sofrendo com uma série de contratações para novos empregos seguidas de demissões ainda no período de experiência. No decorrer do conto, entende-se que isso acontece devido a uma lista com o nome de trabalhadores envolvidos em causas sindicais e greves. No caso específico de Jacó, houve apenas uma fala em uma reunião

do sindicato durante a discussão de uma greve para protestar salários atrasados. Um agente do governo militar estava presente na assembleia e acompanhava de perto as ações do sindicato para averiguar se suas atividades estavam dentro do que a ditadura militar considerava aceitável.

A exposição de Jacó, naquele momento, acaba sendo a razão pela qual seu nome foi inserido em uma lista analisada regularmente pela diretoria das fábricas da região com o objetivo de impedir a manutenção do emprego de trabalhadores envolvidos com a oposição ao regime militar.

Fica evidente, no conto, o fato de a ditadura militar prejudicar o cotidiano de pessoas que, por vezes, não estavam diretamente ligadas à luta ideológica e política contra o governo autoritário. A narração do texto assevera que Jacó não acompanhava a vida política do país profundamente, o personagem aderiu à greve por fidelidade aos amigos e também por não considerar justo o atraso dos salários: “Não é ligado em política, mas preza a lealdade, o companheirismo” (Kucinski, 2014, p. 149).

Além disso, fica claro que os assuntos políticos dos quais o trabalhador sabia eram aqueles que esbarravam mais imediatamente em sua vida pessoal, como era o caso do “tal milagre econômico” (Kucinski, 2014, p. 148), período em que o país registrou índices altos de crescimento econômico, e que, apesar do protagonista perceber que sobrava trabalho para os profissionais da sua área, ele não conseguia emprego; e da inflação, em que o personagem constata a perda “de quase dez por cento ao mês” (Kucinski, 2014, p. 149).

Mas, apesar de pouco envolvido com a política, quando o interventor “Tomou o microfone e disse que a fábrica atrasava os pagamentos porque o dono era judeu, [e] os judeus são gananciosos, estão sempre em busca do lucro fácil” (Kucinski, 2014, p. 150), o protagonista não se conteve e expôs a estratégia do interventor do sindicato, dizendo que este “estava querendo desviar a discussão e que os patrões eram todos iguais” (Kucinski, 2014, p. 150). A seguir, a narração ainda evidencia na resposta de Jacó uma espécie de defesa do orgulho e honra pessoais, “pensando bem, ele não ia deixar um filho da puta daqueles sem resposta. Nem a mulher dele, que era judia, ia gostar (Kucinski, 2014, p. 150).

E para reforçar ainda mais a ideia de um governo autoritário que prejudicava diretamente a vida de pessoas que não estavam agindo organizadamente em oposição à ditadura, ao fim do conto, o narrador mostra Jacó iniciando, a contragosto, um replanejamento de sua vida.

Vai ter que mudar de cidade; mas se a lista negra for da Federação das Indústrias, alcança o estado todo. Se for dos militares, nem de estado adianta mudar, porque aí a lista deve ser nacional. Talvez tenha que mudar é de profissão, virar mascate, como o pai. Jacó pondera as alternativas. Melhor abrir uma pequena oficina de ferramentaria e se tornar seu próprio patrão (Kucinski, 2014, p. 151-152).

Percebe-se um tom de resignação em Jacó, já que ele era um ferramenteiro talentoso que trabalhava “o aço como um escultor. Com prazer”. Ainda em outra descrição, o narrador atesta que Jacó “Ama o ofício” (Kucinski, 2014, p. 148). Fica, pois, evidente um outro nível de violência praticada pelo estado brasileiro durante a ditadura militar: a destruição do projeto de vida das pessoas. Jacó não havia, e nunca houvera, no período narrado no conto, tomado qualquer ação contra o governo militar instaurado no Brasil.

O personagem Jacó representa muitas pessoas na ditadura que sofreram apenas por defenderem seus direitos. A conclusão do protagonista não abre espaço para questionamentos sobre suas sensações e percepções do regime militar: “Merda de ditadura” (Kucinski, 2014, p. 152).

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

“É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.”

(Maria Cecília de Souza Minayo)

Para o percurso metodológico deste projeto, escolhemos a abordagem qualitativa da pesquisa, com algumas nuances da pesquisa-ação. Esses modelos se justificam pelas possibilidades interacionais entre os participantes, sendo, portanto, mais adequados para o desenvolvimento deste estudo.

A construção da pesquisa por meio da abordagem qualitativa ocorre perante as experiências reais dos sujeitos que dela participam. Para compreender o fenômeno estudado, o pesquisador se insere no ambiente da pesquisa, envolvendo-se ativamente com os indivíduos pesquisados. Como afirma Minayo, estabelecida nas Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa

trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (2009, p. 21).

Dessa forma, as relações humanas nos mais diversos ambientes, seus significados, suas intenções, atitudes e representações norteiam a investigação qualitativa. A apresentação dos resultados ocorre por meio de descrições. Em nossa pesquisa no campo educacional, a abordagem qualitativa permite a participação, a cooperação e a reflexão entre todos os sujeitos envolvidos.

A pesquisa-ação, conforme Thiollent, é um “tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo” (1988, p. 15). Escolhemos algumas particularidades da pesquisa-ação para embasar metodologicamente este estudo, principalmente porque “os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1988, p. 15). Sobre os principais aspectos desse tipo de pesquisa, o autor afirma que

a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e grupos considerados (1988, p. 16).

Muito utilizada em pesquisas educacionais e de mestrado profissional, a pesquisa-ação contribui na busca de soluções para problemas verificados por docentes em sala de aula. Assim, unindo teoria e prática, configura-se como uma “estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos” (Tripp, 2005, p. 445). Dessa forma, a pesquisa-ação potencializa a produção de conhecimentos no ambiente escolar, levando a constantes questionamentos e reflexões dos docentes sobre possíveis ações para enfrentar os problemas vivenciados na prática cotidiana.

Assim, identificamos a pouca leitura de textos literários sendo realizada pelos estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Nossos discentes estão inseridos em um contexto sociopolítico em que discursos e ações autoritárias, abusivas e violentas estão ganhando cada vez mais espaço. Como dissemos anteriormente, acreditamos que a literatura é um caminho que pode levar à memória e à reflexão. Assim sendo, de forma participativa e cooperativa entre professores/estudantes, a nossa prática interventiva visa alcançar os já citados objetivos deste trabalho: proporcionar experiências significativas na leitura de textos com forte teor testemunhal, a fim de mobilizar reflexões sobre violência e autoritarismo em ações do Estado a partir de experiências da ditadura militar brasileira e, assim, contribuir para a formação do sujeito crítico diante de conflitos históricos e sociais.

4.1 O AMBIENTE DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Santos Pinto, ambiente em que cursei o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, também é a instituição em que leciono desde 2016. Localizada no município de Governador Lindenberg, estado do Espírito Santo, a escola possui uma importância muito grande para a comunidade em que está inserida e para as comunidades vizinhas por ser a única escola da sede da cidade que oferta anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, atendendo à clientela do centro e da zona rural.

O espaço escolar possui uma área total de 662,86 m², sendo 532,40 m² de área construída e 130,46 m² de área livre. Há ambientes para funcionamento da diretoria, secretaria, laboratório de Ciências, biblioteca, pátio coberto e descoberto, sala de recursos, auditório e refeitório. A escola tem um laboratório móvel de informática, nove salas de aula, quatro banheiros e uma pequena sala dividida pela coordenação pedagógica e pelos pedagogos. O espaço destinado para a sala dos professores funciona para planejamento e, ao mesmo tempo, local para fazer os lanches e almoçar. A quadra poliesportiva próxima à instituição foi cedida pela prefeitura para a realização, principalmente, das atividades de educação física. Seguem abaixo algumas imagens dos espaços que constituem a escola:

Figura 1 – Fachada da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Santos Pinto



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)

Figura 2 – Área interna da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Santos Pinto



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)

Figura 3 – Sala de aula da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Santos Pinto



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)

Figura 4 – Biblioteca da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Santos Pinto



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)

Figura 5 – Auditório da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Santos Pinto



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)

Figura 6 – Quadra poliesportiva próxima a instituição cedida pela prefeitura



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)

Neste ano, a escola atende duzentos e doze estudantes dos anos finais do ensino fundamental, no turno matutino, e cento e noventa e sete alunos do ensino médio, no turno integral intermediário-tarde. A escola conta com 23 professores, todos com curso superior. Possui também dois coordenadores de turno, e quatro agentes de suporte educacional. Também conta com o apoio de três merendeiras, três auxiliares de serviços gerais e um guarda patrimonial de firmas terceirizadas prestando serviços à SEDU. Em sua maioria, os funcionários da escola são moradores do município, fato que permite uma proximidade maior com as tradições, cultura, famílias e realidades de vida dos estudantes.

4.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa foram 23 estudantes de uma turma do 8º ano do ensino fundamental, com idade entre 13 e 14 anos, em condições econômicas e sociais diversas. A maior parte das famílias desses alunos reside na zona rural e tem como principal fonte de renda o cultivo e a produção do café, sendo também consideráveis as famílias que se mantêm por meio do comércio local e de atividades no setor público. A turma é bastante participativa e, apesar de a maioria dos alunos afirmar não possuir

o hábito da leitura literária, demonstra bastante interesse quando os textos são lidos em sala de aula.

Por meio de um diálogo realizado com os discentes da turma, no início do ano letivo, constatamos que o principal contato deles com a leitura literária ocorre no ambiente escolar, principalmente nas aulas de Língua Portuguesa. Apesar de possuir um acervo literário relativamente bom, a escola não conta com o profissional bibliotecário(a), realidade que, infelizmente, sempre fez parte das escolas da rede estadual. Assim, sempre que possível, as professoras de Língua Portuguesa levam os alunos para escolherem obras literárias na biblioteca, anotam e ficam responsáveis pelo recebimento dos livros.

4.3 AS OFICINAS LITERÁRIAS

O planejamento das oficinas literárias parte de uma experiência anterior bem-sucedida, obtida com a aplicação de uma proposta interventiva de leitura literária realizada com os estudantes do oitavo ano do ensino fundamental. Resultado de um debate acadêmico, de uma disciplina de mestrado, a aplicação dessa proposta teve como base a literatura de testemunho e mostrou-se bastante proveitosa. As práticas de leitura com três contos do autor Bernardo Kucinski proporcionaram importantes reflexões para nossos discentes da Educação Básica. Dessa forma, este trabalho se propôs a uma segunda realização, ampliada e com outras ferramentas, a fim de desenvolver os pontos de pesquisa junto à dissertação.

No mês de julho de 2023, os estudantes do oitavo ano foram informados pela professora/pesquisadora que participariam das oficinas literárias de uma pesquisa de mestrado. Em seguida, receberam um Termo de Assentimento para que levassem para casa e entregassem aos seus responsáveis, a fim de obter a autorização para a participação na pesquisa. Após duas semanas, todas as permissões foram entregues à professora e estavam devidamente assinadas.

Iniciamos a aplicação das oficinas literárias no mês de setembro de 2023 e finalizamos no mês de dezembro de 2023. Foram necessárias 35 aulas de 50 minutos, divididas em treze oficinas, para a efetivação do nosso projeto. Ao longo do desenvolvimento, utilizamos diversos espaços do prédio escolar, como a biblioteca, a sala de aula, o refeitório e o auditório. As atividades realizadas precisaram de recursos

como: textos xerocopiados, equipamento de projeção de telas e áudio para a exibição de imagens e vídeos, *chromebooks*, cartazes, pincéis e cadernos (para registros das experiências de leitura dos alunos).

Como exposto anteriormente, o *corpus* adotado na nossa proposta de intervenção de leitura com os estudantes foram cinco contos da obra *Você vai voltar pra mim*, de Bernardo Kucinski (2014): “Joana”, “Tio André”, “O velório”, “A instalação” e “A lista”. Durante as aulas de Língua Portuguesa, por meio de rodas de leitura mediadas pela professora, dialogamos com os discentes sobre algumas reflexões que a leitura literária nos possibilita, como o trauma carregado pelos familiares das vítimas da ditadura, a violação aos direitos humanos e outras questões históricas e sociais abordadas pelos contos. A literatura de testemunho, portanto, foi a via para reflexões em torno do autoritarismo da ditadura militar brasileira, materializado em diversas formas de violência, como perda de direitos, censura, prisões ilegais, torturas, mortes e outras ações abusivas de agentes do Estado.

Com o objetivo de contribuir com as discussões, utilizamos notícias, vídeos, música, filme e outros textos literários que dialogam com o contexto histórico da ditadura militar brasileira e a literatura de testemunho. Cabe salientar que a mediação docente foi fundamental para o desenvolvimento das oficinas. Os estudantes registravam as experiências e as reflexões realizadas durante as rodas de leitura em um caderno intitulado “Literatura de Testemunho e Ditadura: minhas experiências de leitura”. Cada participante da pesquisa recebeu um caderno, que ficava na escola, sendo entregue e recolhido pela pesquisadora em todos os encontros realizados. Após relatarem o que sentiram, perceberam e refletiram, os discentes compartilhavam com o grupo, em uma roda de conversa. Esclarecemos que, a cada encontro, diferentes estudantes eram incentivados a ler suas produções, visando à inclusão de todos nesses momentos e à exposição de diversas perspectivas. Para favorecer a interação, o diálogo e o envolvimento de todos os participantes, ressaltando a relação igualitária entre os envolvidos, a sala foi organizada em círculo em todas as oficinas realizadas. No próximo capítulo, faremos a exposição e a análise de cada momento.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, iremos relatar, analisar e discutir cada etapa de desenvolvimento das oficinas literárias. Para isso, tomaremos como base as observações realizadas nas aulas em relação à participação, à cooperação e às reflexões orais e escritas realizadas por todos os sujeitos envolvidos neste trabalho. No decorrer da aplicação do projeto, gravamos as aulas, o que nos permitiu transcrever algumas manifestações orais dos estudantes. Além disso, lemos todos os relatos nos cadernos dos participantes e selecionamos alguns para servir como base em nossas análises; esses textos foram transcritos, em notas de rodapé, a fim de facilitar a leitura. É relevante destacar que os comentários e os relatos dos estudantes foram mantidos sem alterações ou correções. Também anexamos fotografias para ilustrar alguns momentos.

5.1 OFICINA 1 - O PROJETO DE PESQUISA E A LITERATURA DE TESTEMUNHO

Na primeira oficina, os estudantes foram conduzidos para a biblioteca escolar, onde as mesas e as cadeiras estavam dispostas em formato de círculo; em cima das mesas, havia um caderno para cada participante registrar as suas experiências de leitura no decorrer dos encontros. Apresentamos para a turma o projeto, os objetivos e a metodologia. Em seguida, explicamos um pouco sobre o Mestrado Profissional em Letras – Profletras, momento em que muitos estudantes se interessaram e fizeram perguntas, que foram prontamente respondidas pela professora. Também ressaltamos a necessidade da participação nas oficinas literárias e a importância de cada estudante para o desenvolvimento da pesquisa.

Em sequência, projetamos o *slide* que elaboramos para explorar a literatura de testemunho. Iniciamos o diálogo indagando aos estudantes se sabiam o que era literatura de testemunho; como todos disseram que não, pedimos que, a partir do termo “literatura de testemunho”, tentassem formular um conceito. Um aluno mencionou que provavelmente se refere a algum acontecimento testemunhado por alguém e que posteriormente essa pessoa escreveria sobre isso. Aproveitamos a resposta do aluno e apresentamos os principais conceitos e características da literatura de testemunho.

Concluída a etapa de exposição, questionamos aos participantes se, a partir do que foi apresentado, eles conheciam ou já haviam lido alguma obra testemunhal. Uma

aluna disse que achava que o livro *O diário de Anne Frank* se encaixava nos conceitos discutidos, constatação que confirmamos. Como os demais estudantes afirmaram não conhecer, iniciamos a apresentação dos exemplos de obras testemunhais. O primeiro livro apresentado foi justamente o citado pela estudante: *O diário de Anne Frank*. Dialogamos sobre o enredo, e alguns participantes manifestaram o fato de conhecerem a história, apesar de não terem lido a obra, pois, em uma atividade do livro didático do ano anterior, havia um trecho do livro.

As outras obras apresentadas foram: *O diário de Zlata*, de Zlata Filipović; *Poemas do povo da noite*, de Pedro Terra; *O congresso dos desaparecidos*, de Bernardo Kucinski; e *Mulheres que mordem*, de Beatriz Leal. Apesar de não apresentarmos o enredo, citamos outros livros como exemplos de textos de testemunho publicados no Brasil. Os participantes demonstraram bastante interesse, fizeram perguntas e disseram que gostariam de ler as obras apresentadas.

Após essa etapa, entregamos aos estudantes uma cópia do poema “Prólogo”, de Pedro Terra. Solicitamos que, inicialmente, cada aluno lesse sozinho o poema; posteriormente, a professora realizou a leitura em voz alta. O fato de termos falado um pouco sobre a obra da qual o poema faz parte e sobre o autor contribuiu para a compreensão do texto testemunhal. Questionamos aos participantes sobre quais sentimentos foram despertados com a leitura, e algumas respostas foram: “tristeza”, “angústia”, “fiquei comovida”, “um pouco de raiva porque fizeram ele sofrer”. Dialogamos com os estudantes sobre o poema, expandindo a perspectiva deles para o fato de que a literatura não está a serviço somente do deleite, mas nos apresenta profundas reflexões humanas e importantes questões sociais que, às vezes, no curso automatizado de nossas vidas, não enxergamos.

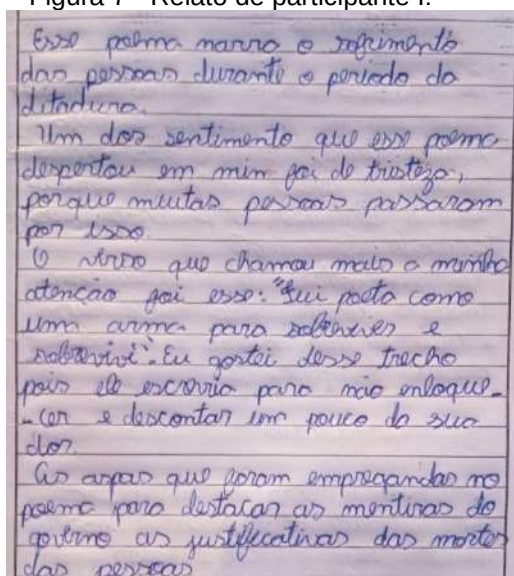
Voltamos ao texto para explicar o significado de palavras que alguns estudantes solicitaram. Perguntamos qual verso ou trecho mais chamou a atenção deles e o porquê, e as repostas foram variadas. Depois indagamos: “Por que vocês acham que foram empregadas aspas em algumas palavras do poema?” Uma aluna se manifestou, dizendo não saber; outro aluno falou que achava que não era aquilo que realmente tinha acontecido: “Talvez ele não cometeu suicídio, talvez os policiais mataram ele e falaram para a família que ele se matou.” Confirmamos essa resposta e dialogamos sobre a prática dos militares de tentar encobrir os crimes praticados, muito comum no período da ditadura militar brasileira.

Também indagamos aos participantes se eles consideravam o poema lido de teor testemunhal. A nossa intenção era perceber se os conceitos sobre a literatura de testemunho foram compreendidos, na prática, pelos discentes. Todos que se manifestaram responderam que sim; então, perguntamos por que eles consideravam isso, e um aluno levantou a mão, dizendo, corretamente, que era pelo motivo de o poema narrar um evento de violência que foi vivenciado por muitas pessoas.

A nossa última pergunta tinha como objetivo saber o que os participantes da pesquisa sabiam sobre a ditadura: “Esse poema evidencia experiências da ditadura militar brasileira, um período violento e repressivo de nossa história, o qual abordaremos na próxima oficina. O que você sabe sobre esse período?”. Ficamos um pouco surpresos, pois todos os estudantes disseram não saber nada sobre o período da ditadura militar brasileira, relatando, ainda, que não sabiam que houve uma ditadura no Brasil.

Após finalizarmos as questões que nortearam a roda de conversa, solicitamos que os participantes registrassem, no caderno que ganharam, a experiência que tiveram com a leitura do poema e as reflexões que realizaram. Posteriormente, alguns discentes, voluntariamente, socializaram a escrita com a turma. Apresentamos, abaixo, dois relatos dessa atividade:

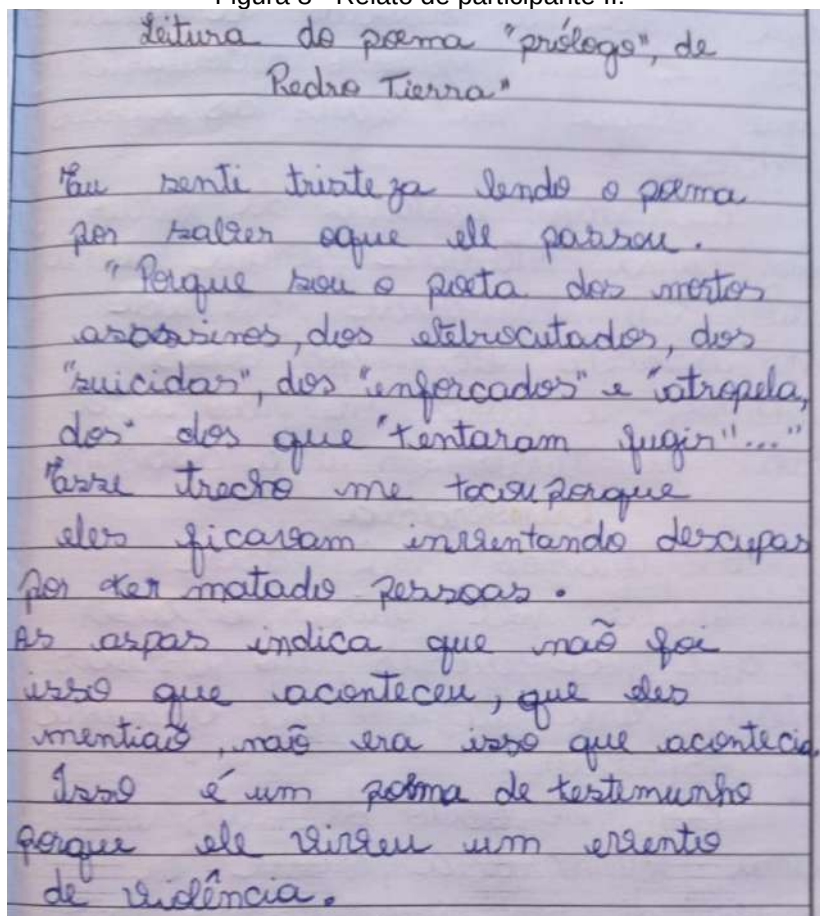
Figura 7 - Relato de participante I:



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)⁸

⁸ Esse poema narra o sofrimento das pessoas durante o período da ditadura. Um dos sentimentos que esse poema despertou em mim foi de tristeza, porque muitas pessoas passaram por isso. O verso que chamou mais a minha atenção foi esse: “Fui poeta como uma arma para sobreviver e sobrevivi”. Eu gostei desse trecho pois ele escrevia para não enlouquecer e descontar um pouco da sua dor.

Figura 8 - Relato de participante II:



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)⁹

Nos relatos, todos os participantes evidenciaram que estavam atentos às discussões realizadas em grupo. Antes de finalizar, alguns estudantes disseram que haviam gostado da primeira oficina e estavam animados e curiosos para as próximas. Para a realização desta oficina, foram necessárias três aulas de cinquenta minutos cada.

As aspas que foram empregadas no poema para destacar as mentiras do governo as justificativas das mortes das pessoas.

⁹ Leitura do poema "Prólogo", de Pedro Tierra

Eu senti tristeza lendo o poema por saber o que ele passou. "Porque sou o poeta dos mortos assassinos, dos eletrocutados, dos "suicidas", dos "enforcados" e "atropelados" dos que "tentaram fugir"..." Esse trecho me tocou porque eles ficavam inventando desculpas por ter matado pessoas.

As aspas indica que não foi isso que aconteceu, que eles mentiram, não era isso que acontecia. Isso é um poema de testemunho porque ele viveu um evento de violência.

5.2 OFICINA 2 - O CONTEXTO HISTÓRICO, O AUTOR E A OBRA

O objetivo da nossa segunda oficina literária foi fazer os estudantes conhecerem o contexto histórico, político e social da ditadura militar brasileira, o autor Bernardo Kucinski e a obra *Você vai voltar pra mim e outros contos*. Conforme ressalta Ferraz,

A mediação do professor precisa ajudar os alunos a compreenderem o contexto da obra, seja através de exposição oral ou estimulando a pesquisa, compartilhando conhecimento a respeito do regime militar no Brasil e das violações de direitos humanos cometidas em nome da ordem nacional (2015 p. 132).

Assim, para tal tarefa, precisamos de cinco aulas de cinquenta minutos cada. Em um primeiro momento, consideramos necessário refletir sobre as noções de democracia e ditadura. Para isso, fizemos a leitura de dois livros que fazem parte da Coleção *Livros para o Amanhã*.

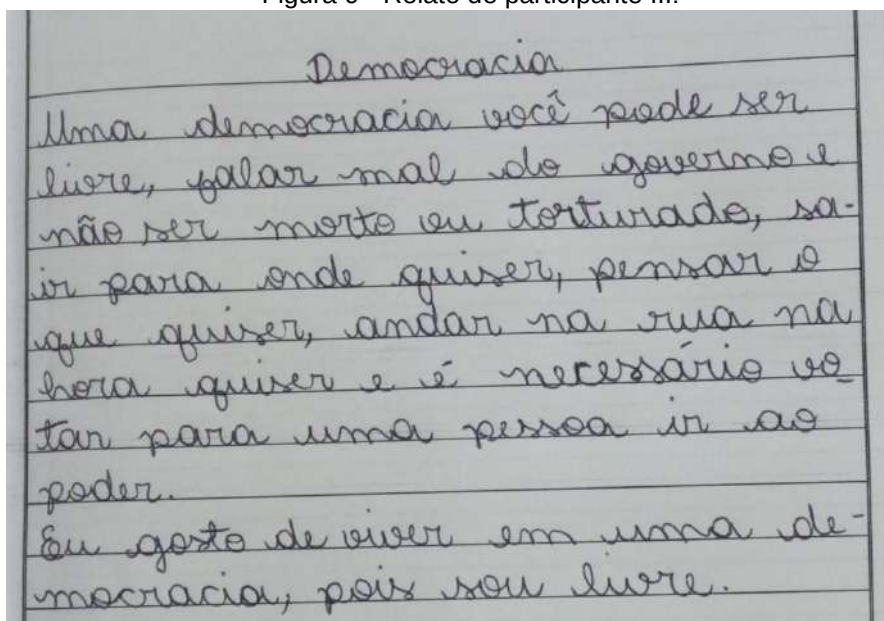
Organizamos a sala em círculo e começamos a leitura de *A democracia pode ser assim*. A cada página lida, mostrávamos as ilustrações que enriqueciam a narrativa e tornavam a leitura mais atrativa. O livro apresentou o conceito de democracia por meio de exemplos simples que se aproximavam do universo infantil, trouxe explicações sobre as eleições, os partidos políticos, os direitos humanos, o direito e o dever de votar, a importância de “que todos vigiem tudo, para que não seja um só que vigie todos”, evidenciando que a democracia exige a participação de todas as pessoas e que todos devem prezar pela liberdade.

Dialogamos sobre os pontos abordados na obra e, para ajudar na compreensão, lemos os dois textos de apoio, realizando, oralmente, as questões para reflexão trazidas no final do livro. Por fim, solicitamos que os participantes registrassem, no caderno, o conceito de democracia.

Em sequência, fizemos a leitura do livro *A ditadura é assim*, o qual retrata o funcionamento da sociedade dentro de um regime autoritário. A figura de um emburrado ditador e sua forma de governar conduziu a narrativa. Por meio de exemplos simples, os perigos de se viver em uma ditadura foram expostos aos discentes. Refletimos sobre os problemas decorrentes de um sistema político em que as pessoas não são livres para expressar suas opiniões, um sistema que utiliza diversos mecanismos repressivos para controlar a população. Apresentamos as ilustrações dos diversos ditadores incluídos no livro, entre eles dois brasileiros, Ernesto Geisel e Emílio Garrastazu Médici.

Após dialogarmos sobre a obra, lemos os textos informativos e realizamos, oralmente, as questões para refletir e debater. Pedimos aos participantes que anotassem, no caderno, sua compreensão sobre ditadura. Posteriormente, alguns estudantes compartilharam com o grupo suas conclusões sobre democracia e ditadura. As Figuras 9 e 10 trazem registros dessa atividade:

Figura 9 - Relato de participante III:

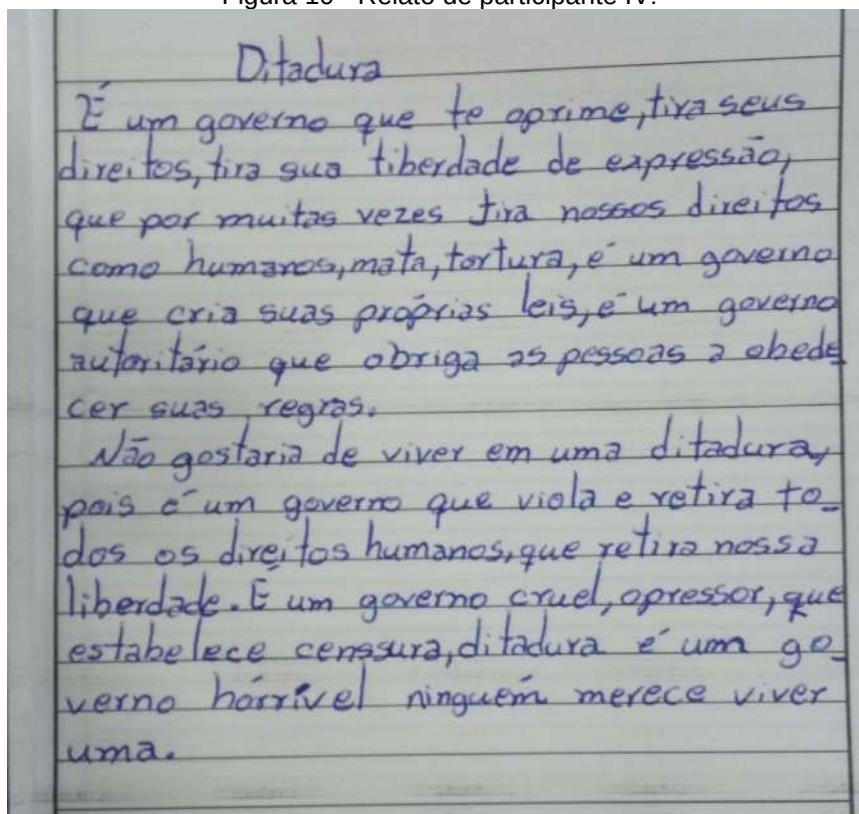


Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)¹⁰

¹⁰ Democracia

Uma democracia você pode ser livre, falar mal do governo e não ser morto ou torturado, sair para onde quiser, pensar o que quiser, andar na rua na hora quiser e é necessário votar para uma pessoa ir ao poder. Eu gosto de viver em uma democracia, pois sou livre.

Figura 10 - Relato de participante IV:



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)¹¹

Percebemos, na leitura das anotações dos estudantes no caderno e nas discussões realizadas, que as noções de democracia e de ditadura foram bem compreendidas pela turma. Indagamos aos participantes se eles gostariam de continuar vivendo em um país democrático ou gostariam de viver em um país ditatorial. Sem exceção, a resposta foi “viver em um país democrático”. Enfatizamos a importância de que sempre devemos lutar pela democracia e combater qualquer forma de ditadura.

Passamos, então, para a elucidação do período da ditadura militar no Brasil. Para tal tarefa, solicitamos a colaboração de uma docente de história que, atualmente, desempenha o cargo de coordenadora na escola. A professora de História trabalhou estreitamente com a professora/pesquisadora de Língua Portuguesa e, juntas, apresentaram esse contexto aos discentes. Assim, por meio de *slides*, com imagens

¹¹ Ditadura

É um governo que te oprime, tira seus direitos, tira sua liberdade de expressão, que por muitas vezes tira nossos direitos como humanos, mata, tortura, é um governo que cria suas próprias leis, é um governo autoritário que obriga as pessoas a obedecer suas regras.

Não gostaria de viver em uma ditadura, pois é um governo que viola e retira todos os direitos humanos, que retira nossa liberdade. É um governo cruel, opressor, que estabelece censura, ditadura é um governo horrível ninguém merece viver uma.

ilustrativas e fotos da época, abordamos, em nossa explicação: alguns acontecimentos que antecederam ao golpe militar; o golpe militar de 1964; os generais presidentes da ditadura; os atos institucionais, enfatizando o AI-5; a Passeata dos Cem Mil; a repressão; a censura; as torturas – os métodos de tortura; as prisões ilegais; os exílios; os desaparecimentos forçados; os assassinatos e a ocultação de cadáveres; o milagre econômico; a luta dos grupos de oposição ao governo; a Lei da Anistia; a campanha pela restauração imediata das eleições diretas para presidente da República - Diretas Já; a eleição indireta, o governo Sarney e a crise inflacionária do país – herança do regime militar; a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; as eleições diretas de 1989; a Comissão Nacional da Verdade; a luta pela justiça e pela memória de familiares, amigos e uma parcela da sociedade brasileira. Os estudantes ficaram bastante atentos e alguns, surpresos, diante dos acontecimentos expostos.

No decorrer da explicação, a professora de História relatou que teve um tio preso e torturado pelos militares no período da ditadura, fato que impressionou os estudantes. A docente também falou da experiência de ser professora na época e como sentia o forte poder dos policiais em nossa cidade. Terminada essa etapa, agradecemos a docente pela valiosa contribuição para o entendimento desse período recente de nossa história.

A seguir, analisamos algumas charges relacionadas à ditadura, com a apresentação da canção “Cálice”, de Chico Buarque e Gilberto Gil, e dialogamos sobre os jogos de palavras, comparações, metáforas e críticas dessa música de resistência contra a ditadura. Os estudantes participaram bastante desse momento. A partir do conhecimento obtido com a contextualização histórica, política e social do período ditatorial, os discentes ajudaram na construção de sentido das charges e da música. Em uma das charges, por exemplo, associaram a Lei da Anistia à impunidade dos militares.

Após esse momento, por meio de *slides* com fotos, apresentamos a história de quatro vítimas da ditadura militar: Vladimir Herzog, Zuzu Angel, Stuart Angel e Alex Polari. Os participantes ficaram envolvidos com essas histórias, demonstrando comoção. Inclusive, um aluno solicitou que apresentássemos mais histórias de vítimas; então, adiantamos a informação de que eles mesmos fariam essa pesquisa em uma das oficinas.

Dando sequência à oficina, realizamos uma exposição da vida do autor, Bernardo Kucinski: sua origem polonesa e judia; a perda de vários parentes assassinados nos campos de extermínio nazistas; a vinda da família ao Brasil; sua infância em São Paulo – nesse momento mostramos o livro *Imigrantes e mascates*, sugerindo a leitura; sua

graduação em Física; seu trabalho como jornalista; o exílio; a carreira literária; as obras publicadas. Quando relatamos a tortura e o assassinato da irmã de Bernardo, Ana Rosa Kucinski, e do marido dela, Wilson Silva, pelo Departamento de Ordem Política Social (DOPS), expondo como o pai do autor procurou incansavelmente a filha “desaparecida”, os estudantes disseram que ficaram surpresos, que não imaginavam que a vida do autor estivesse tão ligada ao período da ditadura.

Apresentamos aos discentes o livro físico *Você vai voltar pra mim e outros contos*, de Bernardo Kucinski. Observamos os aspectos das cores da capa que lembram uma pasta de arquivo e nos faz pensar em um cenário de documentos e arquivos do período da ditadura militar. Enfatizamos que a obra possui um forte teor testemunhal, que os contos presentes no livro foram inspirados nas sessões da Comissão Nacional da Verdade. Lemos e dialogamos sobre a mensagem que Kucinski deixa aos leitores no início do livro.

Os estudantes demonstraram muito interesse nesta oficina, interagindo bastante. Alguns participantes relataram a importância desse conhecimento para a vida deles: “Como eu nunca tinha ouvido falar de ditadura no Brasil antes, professora?”, “Esse assunto é muito importante”, “Essa oficina me fez refletir muito” – foram algumas frases compartilhadas pelo grupo. Encerramos a oficina e dissemos que, na próxima, leríamos o primeiro conto selecionado para o nosso projeto.

5.3 OFICINA 3 – CONTO “JOANA”

Iniciamos a terceira oficina, com a sala organizada em círculo, e entregamos o caderno de leitura para os estudantes. Apresentamos o título do conto que seria lido e solicitamos aos participantes que imaginassem e escrevessem brevemente do que eles achavam que se tratava a história. Indagamos: “Quem seria Joana? Que eventos podem se desdobrar em sua história?” Disponibilizamos alguns minutos para que os estudantes anotassem suas hipóteses e, após o término do tempo, solicitamos que, voluntariamente, compartilhassem com a turma. Algumas suposições lidas foram “Eu imagino que Joana vai falar mal do governo, vai protestar. Será estuprada e morta no final”; “Penso que Joana é uma jovem corajosa, uma estudante universitária que luta contra a ditadura. Ela vai ser presa e torturada, mas vai ser solta no final da história”; “Eu acho que nesse conto a Joana vai desaparecer. Ela vai ser torturada até a morte e os policiais vão se livrar do corpo dela”. As hipóteses dos demais participantes foram bastante semelhantes a essas.

Incentivamos que eles averiguassem, durante a leitura, se as previsões realizadas se concretizariam.

Entregamos uma cópia do conto para cada participante. A professora conduziu a leitura em voz alta, e os estudantes acompanharam. Após a conclusão da leitura, realizamos, em grupo, uma recapitulação do conto, com ênfase em detalhes relacionados aos personagens, à progressão temporal e aos espaços onde a narrativa se desenrola. Também conversamos sobre a linguagem utilizada pelo autor, considerada clara e poética pela turma. Perguntamos se as hipóteses formuladas se confirmaram após a leitura do conto, e todos os participantes responderam negativamente. Dialogamos sobre os sentimentos despertados com a leitura do conto e alguns estudantes mencionaram tristeza pela situação de Joana; outros disseram sentir raiva pelo que fizeram com a personagem Raimundo.

Pedimos que os participantes descrevessem a personagem principal do conto, levando em consideração as atitudes dela no decorrer da narrativa. Algumas respostas foram: “persistente”, “guerreira”, “sofrida” e “corajosa”. Conversamos sobre os tipos de violência evidenciados no texto literário, sobre a tortura física sofrida por Raimundo e a tortura psicológica enfrentada por Joana. Depois questionamos: “Joana tem esperança de encontrar Raimundo vivo. Você considera isso possível?” Sem exceção, a resposta foi “não”. Em seguida, conversamos sobre o motivo de Joana não conseguir acreditar e aceitar a história de que Raimundo foi espancado e morto na prisão. A importância do corpo morto para a elaboração do luto foi enfatizada, e concluímos que Joana foi impedida de realizar o processo de luto por causa da ação dos militares de ocultar o corpo de Raimundo.

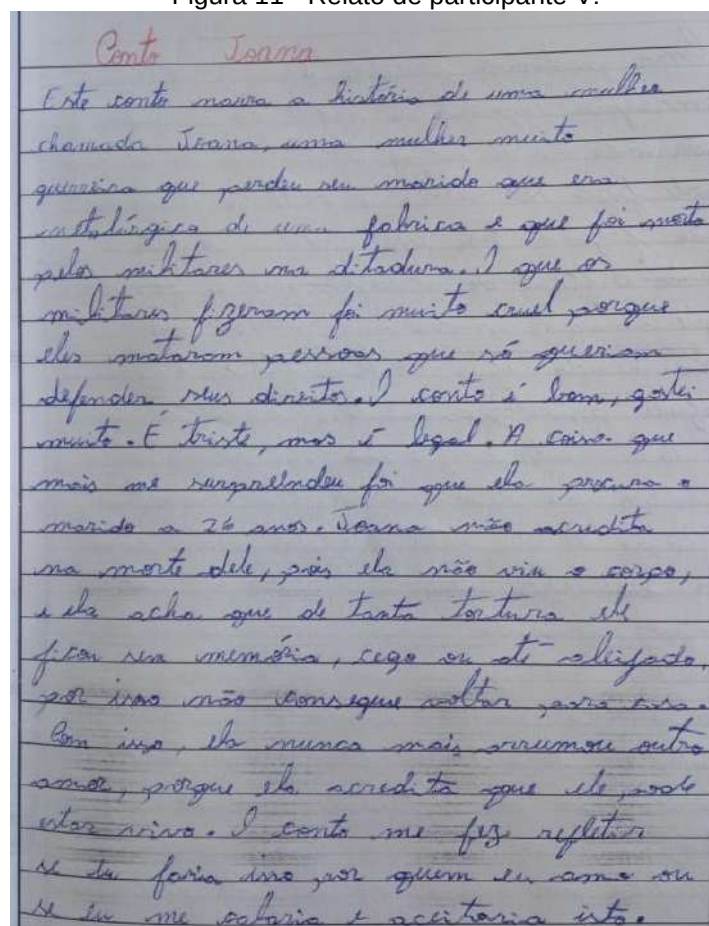
Prosseguindo com as reflexões sobre o conto, indagamos: “Vocês já sofreram ou conhecem alguém que tenha sofrido alguma das violências evidenciadas no conto? Caso não, como se sentiriam se alguém próximo a vocês sofresse alguma dessas violências?” A resposta foi negativa para a primeira pergunta. Muitos estudantes se manifestaram em relação ao segundo questionamento. Tivemos respostas, como: “Eu sentiria muita raiva se fizessem mal para alguém da minha família”; “Nem gosto de pensar, acho que morreria de tristeza se estivesse no lugar de Joana.” A nossa última pergunta foi “Joana representa muitas vítimas da ditadura militar brasileira que tiveram seus entes queridos ‘desaparecidos’ pelos agentes de Estado. Acha que algum dia Joana e essas famílias terão paz?” Os participantes que se manifestaram disseram que não, explicando que a ausência de um enterro adequado devido à ocultação dos corpos dos familiares tornava

difícil para as famílias encontrar paz. Apenas uma aluna respondeu que sim, desde que a localização dos corpos das vítimas ainda fosse revelada.

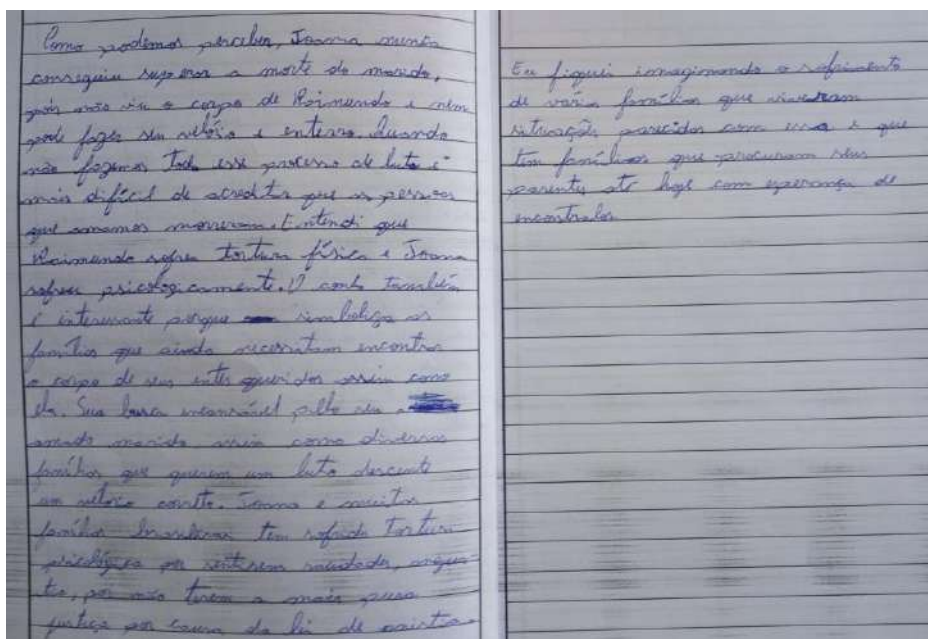
Terminado esse momento, projetamos e lemos a notícia: *MPF conclui investigação sobre incineração de corpos na Usina de Cambaíba na ditadura militar*¹². Correlacionamos a notícia ao conto e conversamos sobre o crime de ocultação de cadáveres praticado na ditadura militar brasileira. Um aluno relacionou o assunto discutido com a obra *O congresso dos desaparecidos*, de Bernardo Kucinski, recordando-se do enredo apresentado na primeira oficina.

Pedimos aos participantes para registrarem a experiência que tiveram com a leitura do conto e as reflexões que realizaram. Apresentamos um registro dessa atividade na Figura 11.

Figura 11 - Relato de participante V:



¹² Disponível em <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/07/29/mpf-conclui-investigacao-sobre-incineracao-de-corpos-na-usina-de-cambaiba-na-ditadura-militar.ghtml>.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)¹³

Ao término do prazo estabelecido para a conclusão dessa tarefa, os estudantes socializaram a escrita com a turma. Durante esse compartilhamento, observamos que alguns participantes, no momento da leitura, aproveitavam as ideias dos colegas para acrescentar informações e enriquecer suas próprias redações. Na posterior análise de todos os textos escritos nesta oficina, percebemos que os relatos estavam em sintonia com as discussões realizadas e que os discentes se dedicaram em suas produções. Em relação aos textos de testemunho, de acordo com Ferraz: “a reflexão sobre os direitos humanos, o estímulo à rememoração das grandes catástrofes, o exercício da empatia,

¹³ Conto Joana

Este conto narra a história de uma mulher chamada Joana, uma mulher muito guerreira que perdeu seu marido que era metalúrgico de uma fábrica e que foi morto pelos militares na ditadura. O que os militares fizeram foi muito cruel porque eles mataram pessoas que só queriam defender seus direitos. O conto é bom, gostei muito. É triste, mas é legal. A coisa que mais me surpreendeu foi que ela procura o marido a 26 anos. Joana não acredita na morte dele, pois ela não viu o corpo, e ela acha que de tanta tortura ele ficou sem memória, cego ou até aleijado, por isso não consegue voltar para casa. Com isso, ela nunca mais arrumou outro amor, porque ela acredita que ele pode estar vivo. O conto me fez refletir se eu faria isso por quem eu amo ou se eu me calaria e aceitaria isto. Como podemos perceber, Joana nunca conseguiu superar a morte do marido, pois não viu o corpo de Raimundo e nem pode fazer seu velório e enterro. Quando não fazemos todo esse processo de luto é mais difícil de acreditar que as pessoas que amamos morreram. Entendi que Raimundo sofreu tortura física e Joana sofreu psicologicamente. O conto também é interessante porque simboliza as famílias que ainda necessitam encontrar o corpo de seus entes queridos assim como ela. Sua busca incansável pelo seu amado marido, assim como diversas famílias que querem um luto descente um velório correto. Joana e muitas famílias brasileiras tem sofrido tortura psicológica por sentirem saudades, angústia, por não terem a mais pura justiça por causa da lei de anistia. Eu fiquei imaginando o sofrimento de várias famílias que viveram situações parecidas com essa e que tem famílias que procuram seus parentes até hoje com esperança de encontrá-los.

da solidariedade, da resistência são sensações frequentemente provocadas por essas leituras” (2015, p. 131-132).

Os estudantes refletiram sobre a brutalidade da ditadura e a importância dos direitos humanos, expressando solidariedade pelas personagens, ao mesmo tempo em que estabeleceram conexões entre as situações narradas na história e o contexto da nossa realidade. Isso se destacou, por exemplo, na preocupação com o sofrimento de diversas famílias que vivenciam situações semelhantes à da personagem Joana e que continuam buscando por seus entes queridos, mantendo viva a esperança de reencontrá-los. Esta oficina teve duração de duas aulas de cinquenta minutos cada.

Figura 12 – Roda de leitura e discussão do conto “Joana”



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)

5.4 OFICINA 4 – CONTO “O VELÓRIO”

A nossa quarta oficina literária foi dedicada à leitura e à análise do conto “O velório”. Como defende Ginzburg:

Em um contexto em que o conhecimento sobre o período da ditadura militar é insuficiente, ‘O velório’ pode representar uma forma de contato entre os leitores e o horror da época. [...] Ele se volta ao que há de subterrâneo e recalcado no regime militar, e elabora o impacto negativo da ditadura sobre a sociedade. Ele reage às políticas do esquecimento [...] (2020, p. 121 -122).

Iniciamos o encontro com a disposição das cadeiras em formato de círculo e a distribuição dos cadernos de leitura aos participantes. Antes de iniciar as atividades previstas, um aluno comentou ter lido uma notícia sobre abuso policial, relatando que,

segundo a notícia, uma médica foi detida por ter recusado fornecer um boletim médico fora do horário de visitas para um grupo de policiais que estava com um amigo internado. O aluno expressou que considerou isso “muito errado”, “uma injustiça” e que, ao ler, imediatamente associou à experiência das nossas oficinas.

Finalizado esse compartilhamento do aluno, escrevemos no quadro o título do conto que seria lido, “O velório”, e pedimos aos estudantes que fizessem uma breve reflexão sobre qual poderia ser o enredo da história. Fizemos as seguintes provocações: “De quem seria esse velório? O que aconteceria nessa narrativa?” Após registrarem suas suposições, alguns participantes compartilharam-nas com o grupo. Algumas hipóteses lidas foram: “Eu acho que nesse conto, o velório será de uma pessoa que lutou contra a ditadura e foi morta, o corpo foi achado e ela teve direito a um velório digno”; “Deve ser o velório de alguém que desapareceu na ditadura e depois de muita busca, a família conseguiu achar o corpo e fazer um velório”; “Eu acho que vai ser de uma pessoa que foi presa pelos militares e desapareceu. Vai ter um velório, mas sem o corpo lá.”

Concluindo esse momento, entregamos a cada participante uma cópia do texto literário. Os estudantes acompanharam a leitura realizada, em voz alta, pela docente. Ao término da história, uma aluna expressou alegria ao dizer que sua hipótese se confirmou, outros dois alunos também declararam que suas suposições se concretizaram. Em seguida, conduzimos uma recapitulação coletiva do conto, destacando detalhes sobre as personagens, a cronologia e os ambientes em que a narrativa se desenvolve.

Ao serem questionados sobre os sentimentos provocados com a leitura do conto, a maioria dos estudantes relatou tristeza. Um aluno disse: “Esse negócio está errado, eles tinham que ter devolvido o corpo do Roberto para a família dele.” Conversamos sobre os motivos de Antunes realizar o velório mesmo sem ter o corpo do filho, depois indagamos: “Não é dito explicitamente como Roberto morreu. O que vocês acreditam ter acontecido?” Um participante disse acreditar que Roberto foi morto no período da ditadura, provavelmente após ser submetido à tortura, e seu corpo foi posteriormente ocultado pelos militares. Os demais participantes expressaram concordância com essa declaração.

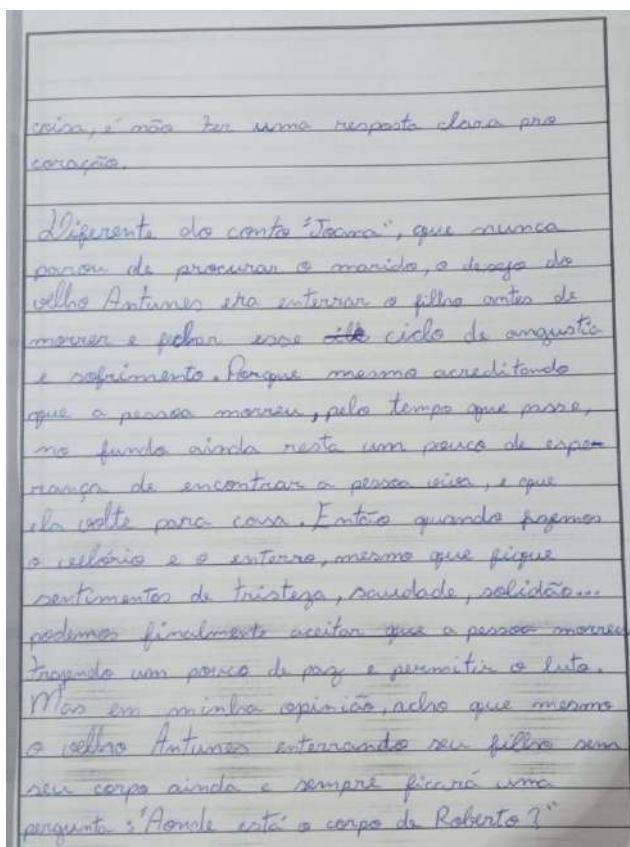
Também perguntamos: “Roberto era formado em Engenharia Civil. Quais motivações vocês acreditam que ele teve para se envolver na luta contra a ditadura?” Algumas considerações foram: “Acho que ele não concordava com tanta coisa ruim, como tortura, morte, com tanta opressão”; “Como ele era estudado, acho que ele sabia de todas as coisas erradas que os militares faziam e lutava contra isso.”

Seguindo com as reflexões, relacionamos o desaparecimento do corpo de Roberto, personagem do conto “O velório”, com o sumiço do corpo de Raimundo, marido de “Joana”, conto lido e analisado na oficina anterior. Em seguida, apreciamos o vídeo do depoimento fictício de Ana Rosa Kucinski, interpretado pela atriz Fernanda Azevedo. Relacionamos os dois contos, “Joana” e “O velório”, ao fato de o corpo de Ana Rosa Kucinski, irmã de Bernardo, nunca ter sido encontrado, também ter “desaparecido”. Apresentamos o livro físico e dialogamos sobre *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, que retrata, de forma fictícia, a procura de seu pai pela irmã “desaparecida”.

Os discentes mostraram-se bastante engajados nas discussões realizadas nesta oficina, manifestaram interesse na obra *K. Relato de uma busca* e expressaram o desejo de ler o livro. Dando sequência às atividades previstas, solicitamos aos estudantes o registro de suas impressões sobre a leitura do conto e as reflexões que surgiram a respeito. A Figura 13 fornece um relato dessa experiência:

Figura 13 - Relato de participante VI:

Conto “O velório”, de Bernardo Kucinski.
O conto narra um velório de uma pessoa muito importante para uma família, amigos e parentes. Roberto era conhecido em engenharia civil e desapareceu durante a ditadura militar, nunca mais voltou para casa, achou que ele não concordava com tanta opressão. Muito tempo depois, o pai dele o velho Antunes de 90 anos resolveu fazer o enterro do filho. O velório foi simbólico, como nunca encontraram o corpo, no caixão tinha somente um lençol e um par de sapato dele. Eu achei o conto bem triste, porque era um velório, um pai que não estava no seu filho estava morto porque não havia visto o seu corpo, então achei isso bem cruel por conta que Antunes passou por tudo isso. É muito triste saber que seu filho não voltou, me fez refletir qual era o tamanho da dor daquela mãe? E das familiares em saber tão pouco sobre o que tinha acontecido, sendo que a mãe



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)¹⁴

Ao encerrar o prazo determinado para essa atividade, alguns participantes apresentaram suas produções à turma. Novamente, observamos que, durante essa partilha, determinados estudantes incorporavam ideias dos colegas para enriquecer as próprias redações. Percebemos, nesse momento de socialização e na posterior leitura dos cadernos de todos os participantes, que as ideias contidas nos textos produzidos estavam alinhadas com nossas reflexões no decorrer da oficina. Nos seus relatos, os

¹⁴ Conto "O velório", de Bernardo Kucinski

O conto narra um velório de uma pessoa muito importante para uma família, amigos e parentes. Roberto era formado em engenharia civil e desapareceu durante a ditadura militar, nunca mais voltou para casa, acho que ele não concordava com tanta opressão. Muito tempo depois, o pai dele o velho Antunes de 90 anos resolveu fazer o enterro do filho. O velório foi simbólico, como nunca encontraram o corpo, no caixão tinha somente um paletó e um par de sapato dele. Eu achei o conto bem triste, porque era um velhinho, um pai que não certeza se seu filho estava morto porque não havia visto o seu corpo, então achei isso bem cruel por conta que Antunes passou por tudo isso. É muito triste saber que seu filho não voltou, me fez refletir qual era o tamanho da dor daquele pai? E dos familiares em saber tão pouco sobre o que tinha acontecido, sendo que a pior coisa, é não ter uma resposta clara pro coração.

Diferente do conto "Joana", que nunca parou de procurar o marido, o desejo do velho Antunes era enterrar o filho antes de morrer e fechar esse ciclo de angústia e sofrimento. Porque mesmo acreditando que a pessoa morreu, pelo tempo que passe, no fundo ainda resta um pouco de esperança de encontrar a pessoa viva, e que ela volte para casa. Então quando fazemos o velório e o enterro, mesmo que fique sentimentos de tristeza, saudade, solidão... podemos finalmente aceitar que a pessoa morreu, trazendo um pouco de paz e permitir o luto. Mas em minha opinião, acho que mesmo o velho Antunes enterrando seu filho sem seu corpo ainda e sempre ficará uma pergunta: "Aonde está o corpo de Roberto?"

estudantes evidenciaram sentimentos de empatia pelas personagens, também manifestaram uma postura crítica em relação a todo o contexto que ocasionava o sofrimento delas. Para a nossa quarta oficina, foram necessárias duas aulas, cada uma com duração de cinquenta minutos.

5.5 OFICINA 5 – CONTO “TIO ANDRÉ”

Escolhemos o ambiente da biblioteca escolar para conduzir as atividades da nossa quinta oficina literária. Organizamos previamente as mesas e as cadeiras em formato de círculo; com a chegada dos participantes, distribuímos os cadernos de cada um. Nesse momento, uma aluna disse estar ansiosa pela leitura de outro conto, e outros colegas também compartilharam o mesmo entusiasmo. Expressamos nossa satisfação ao notar o interesse demonstrado.

Escrevemos no quadro o título do conto a ser lido, “Tio André”, e solicitamos aos discentes que imaginassem qual poderia ser o desenvolvimento da narrativa, registrando no caderno suas suposições: “Quem seria o tio André? O que aconteceria com ele?”. Após alguns minutos concedidos para a realização dessa tarefa, solicitamos que, voluntariamente, os estudantes compartilhassem suas hipóteses. Algumas lidas foram: “Acho que o tio André vai ser um torturador que fará mal as pessoas”; “Suponho que o tio André vai ser um homem que vai sumir e ninguém vai encontrar”; “Acredito que o tio André é um homem que procura seu sobrinho desaparecido na ditadura.” Encorajamos que verificassem, durante a leitura, se as previsões feitas seriam concretizadas. Em seguida, cada participante recebeu uma cópia do texto literário e acompanhou a leitura realizada pela professora.

Os estudantes ficaram surpresos com o desfecho do conto. Um aluno disse que ficou confuso: “Não entendi, ele se matou ou ele foi morto pela polícia?”. Perguntamos se mais alguém havia ficado com essa dúvida, uma aluna se manifestou dizendo que sim. Pedimos aos outros participantes para compartilharem com o grupo o que haviam entendido. Percebemos que poucos estudantes compreenderam esse final. Então, de maneira colaborativa, realizamos uma recapitulação da história, analisando o conto. A mediação docente foi muito importante nesse momento de discussão e compreensão. No desfecho, a turma concluiu que o tio André havia tirado a própria vida devido ao sofrimento infligido pelos policiais torturadores, os quais foram considerados responsáveis pelo tormento que o levou ao suicídio.

Prosseguimos o diálogo, realizando as questões que havíamos previamente elaborado. Na primeira pergunta, todos os discentes responderam negativamente ao fato de a hipótese formulada sobre o desenrolar da narrativa ter se confirmado após a leitura da história. Tristeza, raiva, revolta e indignação foram mencionadas quando questionamos quais sentimentos o conto lido havia despertado em cada um.

A nossa terceira pergunta foi a seguinte: “Quais consequências da tortura sofrida por André são evidenciadas no conto?” Os estudantes citaram o fato de André ter se isolado de todos, inclusive da própria família, o medo que tinha de pessoas que pudessem ser da polícia, o medo de voltar a ser preso e torturado, o fato de ele não conseguir reconstruir a vida - conversamos sobre essa tortura psicológica que levou a personagem a cometer suicídio.

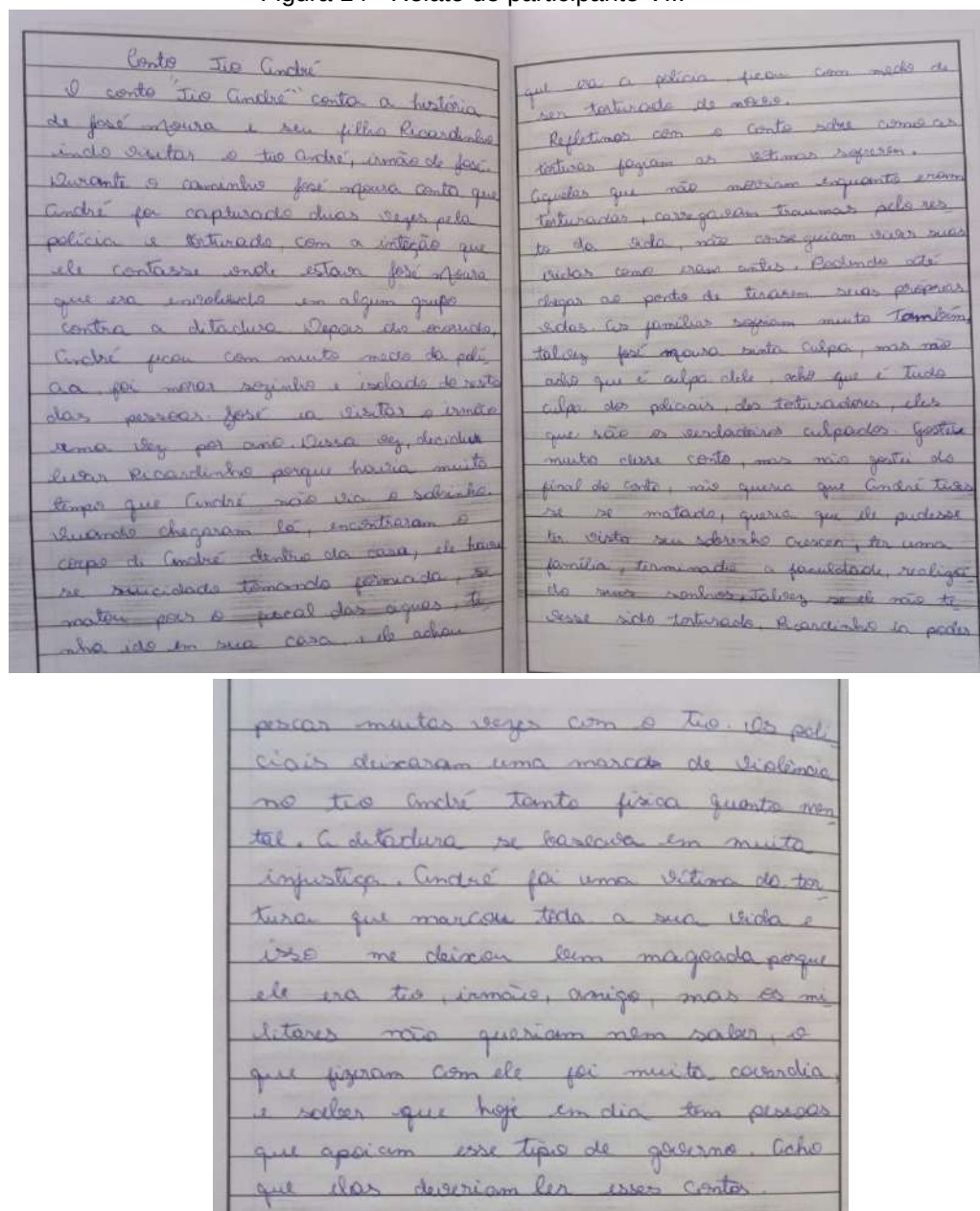
Nesse momento, um aluno relatou ter comentado em casa sobre as oficinas literárias, mencionando que seu avô afirmou que a ditadura militar foi o melhor período da história do Brasil. Realizamos uma análise crítica dessa fala, discutindo como, dentre outros fatores, as propagandas da época, produzidas pelo governo, buscavam persuadir a população de que o regime militar era vantajoso para o país. Em virtude da censura, muitas pessoas, privadas do acesso ao conhecimento, acabavam adotando essa perspectiva.

Seguindo com as reflexões, indagamos: “Vocês acreditam que José Moura se sente culpado pelo que aconteceu com o irmão? Comentem.” Essa questão gerou uma discussão mais acalorada, pois o primeiro estudante a se expressar afirmou que a culpa era exclusiva de José Moura. Ou seja, se ele tivesse ficado quieto, André não teria sido submetido à tortura. Uma aluna discordou dessa fala, e outros participantes concordaram com ela. Novamente, a mediação docente foi importante para apaziguar a discussão e instigar reflexões mais aprofundadas. Exploramos o fato de que José Moura lutava contra a opressão da ditadura e sempre tentava proteger o irmão. Destacamos que os verdadeiros culpados eram os policiais que violavam os direitos humanos, matavam e torturavam, e que a culpa pela crueldade praticada não poderia ser transferida.

A última pergunta que propusemos incentivava os discentes a imaginarem como seria a relação entre André e Ricardinho caso o tio não tivesse sido torturado. Depois, deveriam compartilhar com a turma a história que conceberam. Todas as respostas partilhadas consistiam em narrativas nas quais tio e sobrinho moravam próximos, eram amigos e faziam diversas atividades juntos, como pescar, por exemplo. Uma aluna comentou que a tortura não deveria existir e não deveria separar uma família.

Em seguida, dialogamos sobre os efeitos nocivos ao psicológico das pessoas presas pelo regime militar e o sofrimento que elas e seus familiares carregam por toda a vida. Relacionamos essa questão ao conto “Joana”. Terminado esse momento, solicitamos que os participantes registrassem a experiência que tiveram com a leitura do conto e as reflexões que realizaram. A Figura 14 é um exemplo dessa tarefa:

Figura 14 - Relato de participante VII:



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)¹⁵

¹⁵ Conto Tio André

O conto "Tio André" conta a história de José Moura e seu filho Ricardinho indo visitar o tio André, irmão de José. Durante o caminho José Moura conta que André foi capturado duas vezes pela polícia e torturado, com a intenção que ele contasse onde estava José Moura que era envolvido em algum grupo contra a ditadura. Depois do ocorrido, André ficou com muito medo da polícia, foi morar sozinho e isolado do resto

Finalizado o prazo estipulado para a realização dessa atividade, alguns participantes compartilharam seus textos com o grupo. Ao examinar os relatos provenientes desta oficina, tanto os compartilhados durante a discussão quanto aqueles lidos posteriormente para análise, constatamos que o conto possibilitou uma reflexão mais profunda sobre a ditadura e suas implicações éticas, contribuindo para um entendimento mais crítico e consciente do presente, sendo que

a experiência estética está intimamente ligada a uma dimensão ética, pois mantém a necessidade de olhar para o passado no sentido de aprender com seus acontecimentos, principalmente ao promover um estranhamento sobre o modo como se posiciona diante deles (Ourique; Pedroso, 2016, p. 207).

Os participantes demonstraram criticidade perante o contexto que envolveu o suicídio do tio André. As dúvidas que surgiram na primeira leitura do conto não persistiram após as reflexões realizadas em grupo. Ademais, em todas as produções textuais, percebemos solidariedade em relação ao sofrimento das personagens.

Concluindo o momento de partilha, passamos para os estudantes o filme brasileiro de drama dirigido por Cao Hamburger, intitulado *O ano em que meus pais saíram de férias*. A trama narra a história de Mauro, um garoto de doze anos que gosta de jogo de botão e de futebol. O protagonista tem a rotina alterada quando seus pais saem de “férias” e o deixam na casa do avô paterno. Contudo, outro problema ocorre e Mauro fica aos cuidados de Shlomo, um judeu velho e solitário. A ditadura militar brasileira é retratada pela perspectiva de uma criança que aguarda a volta dos pais, que foram obrigados a fugir da perseguição política.

das pessoas. José ia visitar o irmão uma vez por ano. Dessa vez, decidiu levar Ricardinho porque havia muito tempo que André não via o sobrinho. Quando chegaram lá, encontraram o corpo de André dentro da casa, ele havia se suicidado tomando formicida, se matou pois o fiscal das águas, tinha ido em sua casa, e ele achou que era a polícia, ficou com medo de ser torturado de novo.

Refletimos com o conto sobre como as torturas faziam as vítimas sofrerem. Aquelas que não morriam enquanto eram torturadas, carregavam traumas pelo resto da vida, não conseguiam viver suas vidas como eram antes. Podendo até chegar ao ponto de tirarem suas próprias vidas. As famílias sofriam muito também, talvez José Moura sinta culpa, mas não acho que é culpa dele, acho que é tudo culpa dos policiais, dos torturadores, eles que são os verdadeiros culpados. Gostei muito desse conto, mas não gostei do final do conto, não queria que André tivesse se matado, queria que ele pudesse ter visto seu sobrinho crescer, ter uma família, terminado a faculdade, realizado seus sonhos. Talvez se ele não tivesse sido torturado, Ricardinho ia poder pescar muitas vezes com o tio. Os policiais deixaram uma marca de violência no tio André tanto física quanto mental. A ditadura se baseava em muita injustiça. André foi uma vítima da tortura que marcou toda a sua vida e isso me deixou bem magoada porque ele era tio, irmão, amigo, mas os militares não queriam nem saber, o que fizeram com ele foi muita covardia, e saber que hoje em dia tem pessoas que apoiam esse tipo de governo. Acho que elas deveriam ler esses contos.

Estávamos receosos em exibir esse longa-metragem, pois, diferente das produções com efeitos especiais às quais os jovens estão habituados, a gravação era bem simples, apresentando imagens tremidas e desfocadas. Conversamos a respeito disso com os discentes e todos se comprometeram a prestar bastante atenção para compreender a obra cinematográfica.

Para a nossa feliz surpresa, os participantes mantiveram-se atentos durante toda a exibição e, em momentos específicos, faziam perguntas. Nessas ocasiões, pausávamos a reprodução do filme para esclarecer as dúvidas. Observamos, com interesse, que, nas cenas dos jogos do Brasil, a turma vibrava, comemorando cada gol feito pela seleção brasileira. Ao término da projeção, questionamos se tinham apreciado o filme, e todos que se manifestaram disseram ter gostado muito, mesmo diante de cenas que evocavam sentimentos de tristeza e de indignação nos espectadores.

Em uma roda de conversa, analisamos o filme e o relacionamos ao texto literário “Tio André”. Dialogamos sobre a crueldade dos anos ditatoriais sendo conhecida por duas crianças: Ricardinho (conto) e Mauro (filme). Para a concretização desta oficina, foram necessárias cinco aulas de 50 minutos cada.

Figura 15 – Roda de leitura e discussão do conto “Tio André”



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)

5.6 OFICINA 6 – CONTO “A LISTA”

Para a nossa agradável surpresa, as mesas e as cadeiras já haviam sido organizadas em formato de círculo pelos estudantes, quando a docente chegou na sala de aula para iniciar a sexta oficina literária. Percebemos que os discentes estavam cada

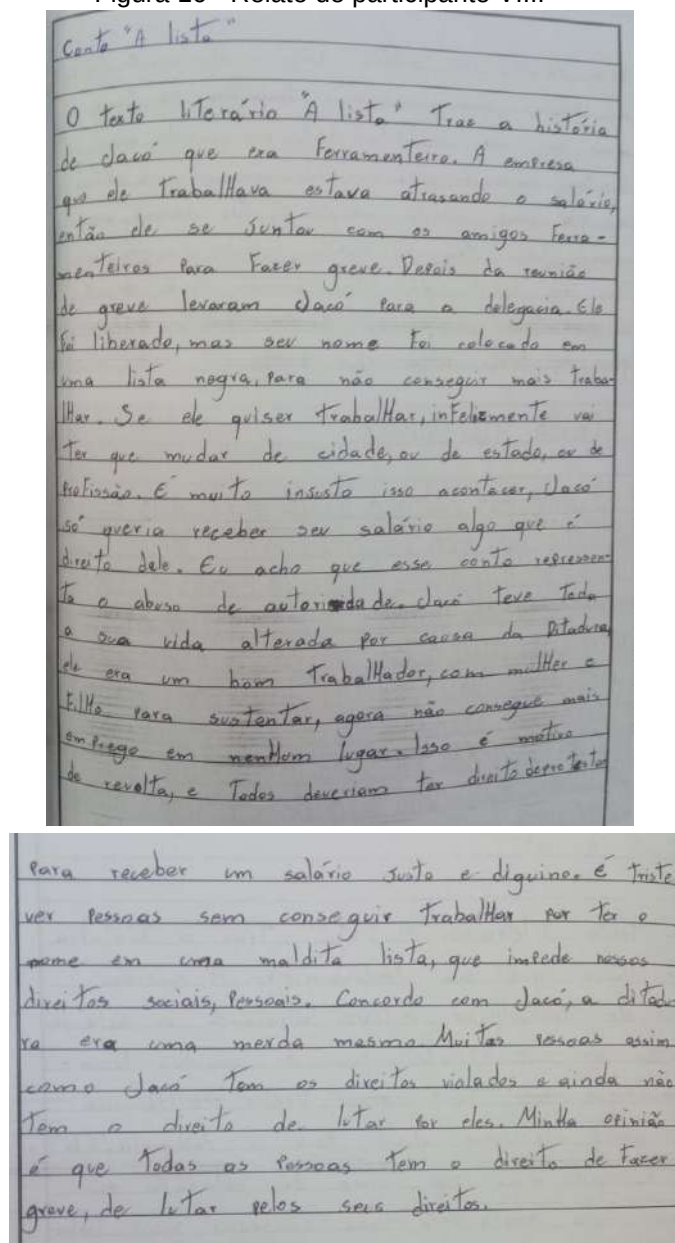
vez mais envolvidos e entusiasmados com o projeto. Entregamos o caderno de leitura e apresentamos o título do conto que seria trabalhado nesta oficina: “A lista”. Baseados nesse título, os participantes deveriam imaginar e escrever brevemente qual história sairia deste conto: “O que seria essa lista? Seria uma lista de quê?”

Após alguns minutos concedidos para a realização dessa tarefa, solicitamos que os participantes compartilhassem suas hipóteses com a turma. Dentre as suposições lidas, tivemos: “Essa lista vai ser de vítimas que desapareceram quando teve a ditadura no Brasil.”; “Eu acho que a lista do conto é de pessoas mortas na ditadura.”; “Deve ser uma lista de pessoas procuradas pelos militares. Pessoas que lutavam contra a ditadura”. Finalizado esse momento, prosseguimos com a leitura mediada do texto literário, destacando, ao término da leitura, características das personagens, do tempo e do espaço em que se desenrola a narrativa. Também realizamos, de forma coletiva, uma reflexão do conto, abordando o tema do abuso de autoridade e examinando como a vida de Jacó foi transformada simplesmente por buscar seus direitos e expressar sua opinião numa época em que as pessoas não possuíam liberdade de expressão.

Em seguida, indagamos se a hipótese que formularam havia se confirmado após a leitura do conto. Todos os participantes responderam que “não”. No que diz respeito às emoções evocadas pela leitura do conto, a expressão predominante foi “revolta”. A terceira questão foi a seguinte: “Vocês acham justo Jacó não conseguir emprego por ter defendido seus direitos? Acreditam que casos como o do personagem principal do conto acontecem em nossa realidade?” Sem exceção, os estudantes disseram não achar justo o personagem não conseguir emprego por ter lutado por seus direitos. Em relação à pergunta se casos como o de Jacó aconteciam em nossa realidade, uma aluna expressou: “Não. Acontecia na ditadura, mas acho que hoje não acontece mais”. Outros participantes discordaram e expressaram a crença de que situações semelhantes ocorrem tanto em nosso país quanto no cenário global. Durante essa ocasião, discutimos a questão de muitos profissionais não buscarem melhorias nas condições de trabalho devido ao receio de perderem seus empregos.

Em nossa última pergunta, solicitamos que os estudantes citassem direitos que são violados em nossa sociedade. As respostas foram: direito à educação, à saúde, à moradia, à alimentação, a salários dignos, à igualdade salarial entre homens e mulheres, entre outras. Posteriormente, pedimos que os participantes anotassem a experiência vivenciada durante a leitura do conto e as reflexões que foram realizadas. Apresentamos, na Figura 16, um exemplo dessa tarefa.

Figura 16 - Relato de participante VIII:



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)¹⁶

¹⁶ Conto "A lista"

O texto literário "A lista" traz a história de Jacó que era ferramenteiro. A empresa que ele trabalhava estava atrasando o salário, então ele se juntou com os amigos ferramenteiros para fazer greve. Depois da reunião de greve levaram Jacó para a delegacia. Ele foi liberado, mas seu nome foi colocado em uma lista negra, para não conseguir mais trabalhar. Se ele quiser trabalhar, infelizmente vai ter que mudar de cidade, ou de estado, ou de profissão. É muito injusto isso acontecer, Jacó só queria receber seu salário algo que é direito dele. Eu acho que esse conto representa o abuso de autoridade. Jacó teve toda a sua vida alterada por causa da ditadura, ele era um bom trabalhador, com mulher e filho para sustentar, agora não consegue mais emprego em nenhum lugar. Isso é motivo de revolta, e todos deveriam ter direito de protestar para receber um salário justo e digno. É triste ver pessoas sem conseguir trabalhar por ter o nome em uma maldita lista, que impede nossos direitos sociais, pessoais. Concorro com Jacó, a ditadura era uma merda mesmo. Muitas pessoas assim como Jacó tem os direitos violados e ainda não tem o direito de lutar por eles. Minha opinião é que todas as pessoas tem o direito de fazer greve, de lutar pelos seus direitos.

No momento da socialização com a turma, notamos que cada vez mais participantes queriam partilhar suas impressões sobre o texto literário. Na análise dos relatos produzidos nesta oficina, percebemos a compreensão do conto pelos estudantes e um forte senso de justiça. A ideia de que é imperativo lutar por nossos direitos e que ninguém pode nos privar disso estava presente em praticamente todos os textos. Assim, conforme afirmam Ourique e Pedroso: “os testemunhos passam a representar uma ponte interessante para a troca de conhecimentos, conciliando elementos do passado e do presente” (2016, p. 210).

Em seguida, dialogamos sobre o fato de, no período da ditadura, muitas pessoas terem sido perseguidas, torturadas e mortas só por terem defendido seus direitos. Assim, dando sequência às atividades previstas para esta oficina, solicitamos aos discentes que, em dupla, pesquisassem histórias de pessoas que tiveram seus direitos humanos violados durante a ditadura militar no Brasil e, depois, compartilhassem essas histórias com a turma.

Encaminhamos os estudantes à biblioteca da escola, onde realizaram a pesquisa, utilizando o laboratório móvel. Aproveitamos a oportunidade para mostrar o *site* “Memórias da Ditadura”¹⁷, concedendo um tempo para que eles explorassem o conteúdo.

Ao término da pesquisa, retornamos para a sala de aula. As apresentações superaram nossas expectativas. As duplas fizeram *slides*, mapas mentais e trouxeram fotos e vídeos, a fim de melhor elucidar as explicações e torná-las mais atrativas. Conhecemos histórias como a de Maria Amélia de Almeida Teles, Anatólia de Souza Melo Alves, Míriam Azevedo de Almeida Leitão, Isabel Fávero, Rosemeire Nogueira, entre outras. Muitos estudantes expressaram ter gostado dessa atividade, de conhecer histórias de vítimas da ditadura. Por fim, agradecemos e elogiamos as apresentações, concluindo, assim, esta oficina, que se estendeu por três aulas de cinquenta minutos cada.

5.7 OFICINA 7 – CONTO “A INSTALAÇÃO”

Novamente, quando a docente chegou para a realização da sétima oficina literária, os estudantes estavam organizando a sala em círculo. Informamos que leríamos

¹⁷ Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>

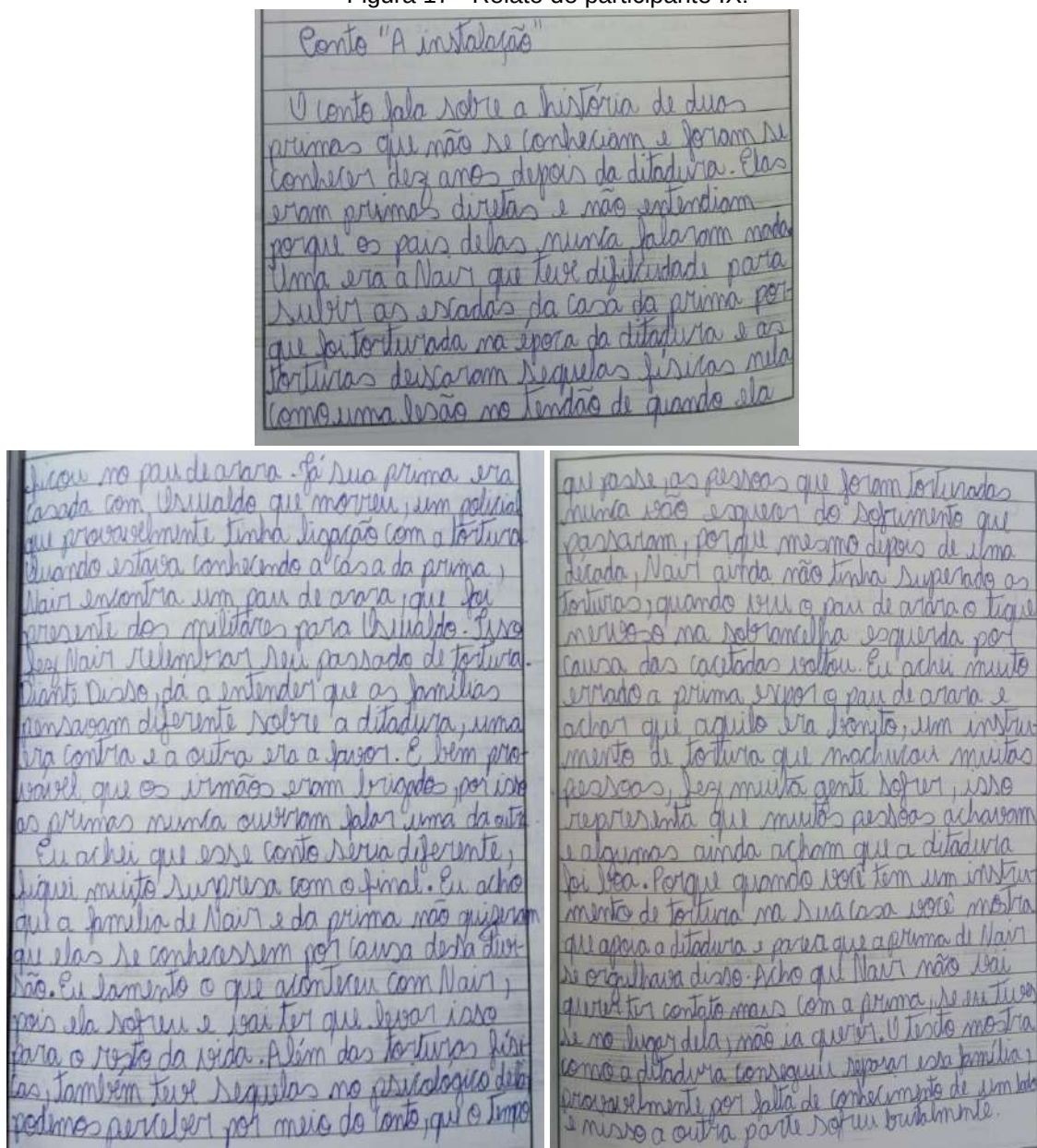
o último conto, mas que não seria a última oficina. Em seguida, entregamos os cadernos de leitura e escrevemos no quadro o título do conto: “A instalação”. Convidamos os estudantes a imaginarem e expressarem sucintamente as suas hipóteses sobre o enredo. Algumas suposições lidas foram: “O conto deve falar sobre a instalação de uma delegacia onde ocorrem sessões de tortura.”; “Essa instalação deve ser um lugar onde os militares escondiam os corpos das vítimas”; “Eu acredito que esse conto vai falar sobre a instalação de um prédio que vai proteger as pessoas dos militares, dos torturadores”.

Ao final da leitura mediada do conto, um aluno disse que sabia que o final o surpreenderia, pois os contos do Bernardo Kucinski sempre surpreendem. Realizamos coletivamente uma análise das personagens, do tempo, do espaço e da linguagem utilizada pelo autor. Nenhuma hipótese formulada pelos participantes se confirmou após a leitura do texto literário. Dialogamos sobre os sentimentos despertados e muitos discentes expressaram que ficaram tristes com a situação das primas. O “tique nervoso na sobrancelha esquerda” e uma “lesão no tendão” foram as respostas quando indagamos quais foram as consequências físicas da tortura sofrida por Nair evidenciadas no conto.

Dando sequência às questões que elaboramos para nortear o diálogo, questionamos: “Por que vocês acham que o pai de Nair nunca mencionou a sobrinha?” Uma aluna explicou que era devido ao casamento da prima de Nair com um militar. Dessa forma, discutimos o fato de que as famílias se encontravam em lados distintos durante o período da ditadura, com a família da prima apoiando o governo repressor, ao passo que Nair estava engajada na luta contra a opressão e a violência exercida pelos agentes a serviço do Estado, sendo torturada por isso. A nossa última pergunta foi: “Como vocês acham que será a relação entre as primas depois que Nair descobriu que Oswaldo, marido da prima, era um policial ligado às práticas de tortura?” As respostas dos participantes evidenciaram que eles consideram que as primas não terão uma boa relação. A principal justificativa apresentada foi o histórico de tortura sofrido por Nair, cujas lembranças são extremamente angustiantes para ela. A presença da prima serviria como um constante lembrete desses eventos dolorosos.

Concluído esse momento, solicitamos que os participantes relatassem a experiência que tiveram com a leitura do conto, assim como as reflexões realizadas. Abaixo, apresentamos um exemplo dessa atividade:

Figura 17 - Relato de participante IX:



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)¹⁸

¹⁸ Conto "A instalação"

O conto fala sobre a história de duas primas que não se conheciam e foram se conhecer dez anos depois da ditadura. Elas eram primas diretas e não entendiam porque os pais delas nunca falaram nada. Uma era a Nair que teve dificuldade para subir as escadas da casa da prima porque foi torturada na época da ditadura e as torturas deixaram sequelas físicas nela como uma lesão no tendão de quando ela ficou no pau de arara. Já sua prima era casada com Osvaldo que morreu, um policial que provavelmente tinha ligação com a tortura. Quando estava conhecendo a casa da prima, Nair encontra um pau de arara, que foi presente dos militares para Osvaldo. Isso fez Nair lembrar seu passado de tortura. Diante disso, dá a entender que as famílias pensavam diferente sobre a ditadura, uma era contra e a outra era a favor. É bem provável que os irmãos eram brigados, por isso as primas nunca ouviram falar uma da outra.

Eu achei que esse conto seria diferente, fiquei muito surpresa com o final. Eu acho que a família de Nair e da prima não quiseram que elas se conhecessem por causa dessa divisão. Eu lamento o que aconteceu com Nair, pois ela sofreu e vai ter que levar isso para o resto da vida. Além das torturas físicas, também

Muitos estudantes quiseram ler seus relatos. É importante reforçar que, em todas as oficinas, tentamos fazer uma rotatividade para esse compartilhamento, a fim de que todos os participantes fossem incluídos, evitando que somente os mesmos alunos lessem. Na análise dos relatos desse conto, percebemos que os estudantes compreenderam o texto literário, demonstraram empatia pela personagem torturada, além de uma postura crítica, estabelecendo conexões entre as situações descritas na história e na nossa realidade.

Após esse momento de socialização com a turma, dialogamos sobre o fato de ouvirmos algumas pessoas, até mesmo públicas, dizendo que não houve ditadura nem tortura no Brasil. No entanto, a história nos revela o oposto, e, graças aos testemunhos das vítimas da repressão militar, é possível saber que sim, a ditadura e suas práticas cruéis aconteceram. Dessa forma, exibimos dois vídeos curtos de depoimentos de vítimas da ditadura no Brasil, o de Criméia Almeida¹⁹ e o de Rosalina Santa Cruz²⁰. Em seguida, estabelecemos uma conexão entre os vídeos, a temática da tortura e o conto trabalhado. De acordo com Ferraz:

O enfrentamento desses temas, com o auxílio do ponto de vista de quem sofreu na pele a violência institucional, propicia um confronto com outras formas de ver e sentir o mundo, contribuindo para a empatia e o reconhecimento de princípios éticos, em sintonia com os direitos humanos. Ignorar essas discussões transversais, pelos previsíveis desgastes e tensões que as acompanham, em todas as classes sociais, equivale a esvaziar o sentido do testemunho, reduzindo ou neutralizando o relato da dor do outro, fetichizando-o ou banalizando-o (2015, p. 132).

Os estudantes demonstraram respeito pelas histórias das vítimas, seriedade durante a discussão e manifestaram indignação em relação às práticas de tortura perpetradas pelo Estado brasileiro. Esse foi um momento crucial de reflexão sobre

teve sequelas no psicológico dela, podemos perceber por meio do conto, que o tempo que passe, as pessoas que foram torturadas nunca vão esquecer do sofrimento que passaram, porque mesmo depois de uma década, Nair ainda não tinha superado as torturas, quando viu o pau de arara o tique nervoso na sobancelha esquerda por causa das cacetadas voltou. Eu achei muito errado a prima expor o pau de arara e achar que aquilo era bonito, um instrumento de tortura que machucou muitas pessoas, fez muita gente sofrer, isso representa que muitas pessoas achavam e algumas ainda acham que a ditadura foi boa. Porque quando você tem um instrumento de tortura na sua casa você mostra que apoia a ditadura e parece que a prima de Nair se orgulhava disso. Acho que Nair não vai querer ter contato mais com a prima, se eu tivesse no lugar dela, não ia querer. O texto mostra como a ditadura conseguiu separar essa família, provavelmente por falta de conhecimento de um lado e nisso a outra parte sofreu brutalmente.

¹⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tzmv0w4s6II>

²⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2KoZbQx7D4E>

situações que, de maneira alguma, deveriam ocorrer. Para esta oficina, precisamos de duas aulas de 50 minutos cada.

5.8 OFICINA 8 – HOMENAGENS A TORTURADORES E ASSASSINOS? NÃO!

O objetivo da nossa oitava oficina literária foi refletir sobre como as questões abordadas nos contos lidos se relacionam com a nossa vida em sociedade. Segundo Ourique e Pedroso, conhecer testemunhos “pode ser uma oportunidade de aproximação com eventos não vividos presencialmente, mas cujas consequências são sentidas de alguma forma” (2016, p. 208).

Organizamos a sala em círculo e realizamos a leitura de um trecho da obra *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, no qual o autor questiona: “Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade?”

Em seguida, lemos a notícia: *Campanha quer mudar ruas que tenham nomes de torturadores e assassinos da ditadura*²¹. Refletimos sobre o fato de que homenagens a torturadores e assassinos da ditadura militar se fazem presentes na sociedade, e a falta de conhecimento da história não causa espanto nas pessoas ao ler uma placa de rua ou avenida com o nome de um torturador, por exemplo.

Solicitamos que os participantes, em dupla, pesquisassem torturadores e assassinos da ditadura militar brasileira que foram homenageados em nomes de ruas, avenidas, escolas, hospitais, entre outros. Posteriormente, criassem uma placa sugerindo um outro nome para colocar no lugar. Quando terminassem, as duplas socializariam a tarefa com toda a turma, falando um pouco sobre a história do torturador/assassino selecionado e o que significava para eles o novo nome escolhido. Os estudantes utilizaram o laboratório móvel da escola para a pesquisa e a produção das placas. Ao concluírem, encaminharam os arquivos, e a docente imprimiu todos, na sala pedagógica.

Ficamos felizes com o resultado dessa atividade. Percebemos que os discentes se empenharam em todo o processo, na pesquisa, na explicação e na produção das placas. Consideramos válidos e criativos todos os nomes sugeridos pelas duplas. No

²¹ Disponível em “Campanha quer mudar ruas que tenham nomes de torturadores e assassinos da ditadura - Sul 21”

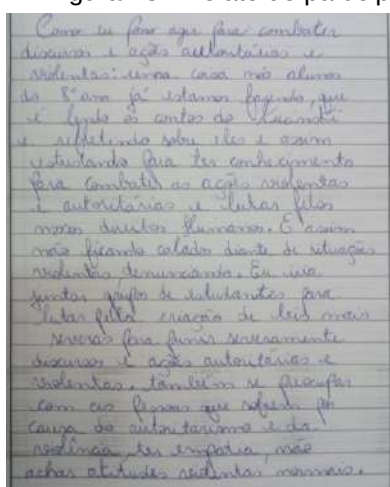
momento da socialização, vários participantes afirmaram que foi muito importante refletir sobre essa situação, que consideram errado, ainda hoje, termos placas homenageando pessoas cruéis, violentas, que violaram os direitos humanos. Para a realização desta oficina, foram necessárias duas aulas de 50 minutos cada.

5.9 OFICINA 9 – DITADURA NUNCA MAIS!

Com duração de uma aula de cinquenta minutos, a nossa nona oficina literária buscou refletir sobre a importância de combatermos qualquer forma de abuso de poder, de violência, de ditadura, para que histórias de autoritarismo não se repitam. Para isso, projetamos a foto de uma manifestação ocorrida em 2018, na qual uma mulher carrega um cartaz pedindo intervenção militar no governo. Em seguida, exibimos um vídeo em que o apresentador Carlos Alberto de Nóbrega fala sobre o período da ditadura militar brasileira e afirma ter medo de esse período voltar. Relacionamos a foto com o vídeo e promovemos uma reflexão com o grupo sobre os riscos associados ao retorno de um governo autoritário, incentivando os participantes a compartilharem suas percepções e interpretações. Nessa troca de ideias, exploramos estratégias não violentas para enfrentar a opressão e preservar os valores democráticos.

Concluindo esse momento, pedimos aos participantes para registrarem sugestões de como podemos agir para combater discursos e ações autoritários e violentos. As Figuras 18 e 19 são dois exemplos dessa atividade.

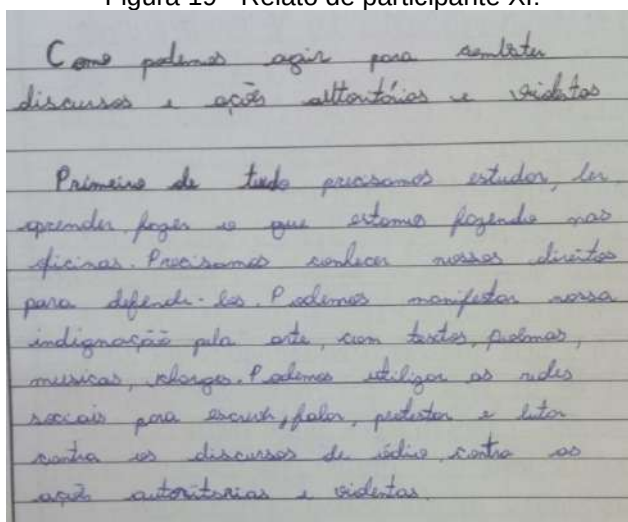
Figura 18 - Relato de participante X:



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023) ²²

²² Como eu posso agir para combater discursos e ações autoritárias e violentas: uma coisa nós alunos do 8º ano já estamos fazendo, que é lendo os contos do Kucinski e refletindo sobre eles e assim estudando

Figura 19 - Relato de participante XI:



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)²³

Finalizado o tempo de escrita, os estudantes socializaram seus relatos com a turma. Em suas propostas, a maioria dos participantes ressaltou a importância da leitura e reflexão de contos, semelhantes aos discutidos nas oficinas, como uma medida para evitar a alienação e adquirir conhecimento, possibilitando a resistência a discursos e ações autoritárias e violentas, não aceitando a normalização de tais comportamentos.

Por fim, como reflexão final desta oficina, incentivamos os participantes a se envolverem em atividades cívicas e a serem agentes de mudança positiva em suas comunidades. Reforçamos a relevância de nos opor a qualquer tipo de violência, visando impedir a recorrência de narrativas autoritárias.

para ter conhecimento para combater as ações violentas e autoritárias e lutar pelos nossos direitos humanos. E assim não ficando calados diante de situações violentas, denunciando. Eu iria juntar grupos de estudantes para lutar pela criação de leis mais severas para punir severamente discursos e ações autoritárias e violentas. Também se preocupar com as pessoas que sofrem por causa do autoritarismo e da violência, ter empatia, não achar atitudes violentas normais.

²³ Como podemos agir para combater discursos e ações autoritárias e violentas

Primeiro de tudo precisamos estudar, ler, aprender, fazer o que estamos fazendo nas oficinas. Precisamos conhecer nossos direitos para defendê-los. Podemos manifestar nossa indignação pela arte, com textos, poemas, músicas, charges. Podemos utilizar as redes sociais para escrever, falar, protestar e lutar contra os discursos de ódio, contra as ações autoritárias e violentas.

5.10 OFICINA 10 – QUERIDO AUTOR...

O propósito da nossa décima oficina consistiu em redigir uma carta ao autor dos contos trabalhados nas oficinas literárias. Para realizar essa tarefa, dedicamos duas aulas, cada uma com a duração de 50 minutos. Iniciamos, solicitando que os participantes refletissem sobre a seguinte pergunta: “*Se vocês pudessem conversar com o autor dos contos, o que diriam?*” Em seguida, orientamos os estudantes a formarem grupos compostos por quatro membros e redigirem uma carta ao autor, Bernardo Kucinski. Instruímos que compartilhassem suas experiências com a leitura dos contos, destacando suas preferências e os aspectos que mais os marcaram. Além disso, encorajamos que fizessem perguntas sobre pontos que geraram dúvidas, expressassem elogios, críticas, entre outros comentários. Os discentes questionaram se as cartas realmente seriam enviadas, e dissemos que sim.

Percebemos que os participantes ficaram bastante animados com essa atividade. Em vários momentos, expressaram estar preocupados em escrever sem erros ortográficos. Como eles disseram, queriam utilizar uma linguagem “bonita” para Kucinski. Após todos os grupos finalizarem a escrita das cartas, formamos um círculo para a leitura das produções. Inicialmente, tínhamos a intenção de enviar cada uma delas, no entanto, durante esse momento de compartilhamento, notamos que muitos relatos, elogios e perguntas eram semelhantes. Diante disso, o grupo optou por consolidar todas essas informações em uma única carta.

Dessa forma, elaboramos a carta, contemplando os relatos mais significativos, as dúvidas e os elogios apontados pelo grupo. Enquanto os colegas falavam, uma aluna registrava as informações no quadro; depois, fizemos as correções, e outro aluno transcreveu o conteúdo. A Figura 20 apresenta a carta finalizada:

Figura 20 – Carta ao autor:

Governador Lindenberg, 27 de novembro de 2023.

Querido autor Bernardo Kucinski,

Como vai você? Esperamos que esteja bem!

Nós, estudantes do 8º ano, da ECEM Professor Santo Pinto, tivemos o prazer de participar de oficinas literárias que envolviam os seus contos, através do trabalho desenvolvido pela professora de Língua Portuguesa, Monize. A cada conto lido, um novo aprendizado e uma nova indignação, pois muitos de nós nem tínhamos conhecimentos sobre a ditadura militar no Brasil, não sabíamos o que as pessoas passaram, o que sofreram. Tivemos a experiência de conhecer cinco de seus contos: "Joana", "O velório", "Tio André", "A lista" e "A instalação". Gostamos de todos, cada um, em sua particularidade, nos marcou. Mas, nossos contos preferidos, por decisão de toda a turma, foram "Joana" e "Tio André". Admiramos muito seu trabalho e sua dedicação em todos os contos que você escreveu e que não deixamos essa parte da história do Brasil ser esquecida. A sua literatura de testemunho é muito importante para a sociedade, principalmente para a juventude atual. Revela para nós o lado da história que algumas pessoas tentaram esconder ao longo dos anos. Seus contos são surpreendentemente profundos sobre o valor da liberdade, as histórias lidas nos ensinaram que não devemos deixar um governo autoritário e abusivo, um governo que tente

nos silenciar, alcançar o poder. Aprendemos que devemos sempre lutar contra todo tipo de opressão, lutar contra todos que violam os direitos humanos, lutar pela democracia. Aprendemos que discursos de ódio devem ser banidos da nossa sociedade. Aprendemos que devemos lembrar de todos que lutaram, sofreram e morreram para vivermos em uma democracia, para termos liberdade. Passamos a admirar e agradecer a coragem e determinação deles. Bernardo, suas histórias são um grande legado para as futuras gerações. Agradecemos por ter escrito esses contos, por ter nos ensinado tanto, sua obra é um presente para todos que têm a oportunidade de conhecê-la. Antes de finalizar esta carta, queremos fazer algumas perguntas:

Qual conto o senhor mais gostou de escrever?
Qual conto mais te marcou?
O senhor acha que pode haver uma nova ditadura militar no Brasil? Se isso acontecesse, acha que os jovens de hoje iriam lutar como outrora?
O que você acha que vai ser da humanidade daqui para frente?
O que o senhor gostaria para nós, jovens, sobre como usar nossa liberdade de expressão?
Hoje, qual legado o senhor deixaria para a juventude brasileira?
O senhor torce para algum time nacional? Qual?
Aguardamos suas respostas com bastante animação!

Com carinho,
Turma do 8º ano

Fonte: Acervo da pesquisadora (2023)²⁴

²⁴ Governador Lindenberg, 27 de novembro de 2023

Querido autor Bernardo Kucinski,

Como vai você? Esperamos que esteja bem!

Nós, estudantes do 8º ano, da EEEFM Professor Santos Pinto, tivemos o prazer de participar de oficinas literárias que envolviam os seus contos, através do trabalho desenvolvido pela professora de Língua Portuguesa, Monize. A cada conto lido, um novo aprendizado e uma nova indignação, pois muitos de nós nem tínhamos conhecimentos sobre a ditadura militar no Brasil, não sabíamos o que as pessoas passaram, o que sofreram. Tivemos a experiência de conhecer cinco de seus contos: “Joana”, “O velório”, “Tio André”, “A lista” e “A instalação”. Gostamos de todos, cada um, em sua particularidade, nos marcou. Mas, nossos contos preferidos, por decisão de toda a turma, foram “Joana” e “Tio André”. Admiramos muito seu trabalho e sua dedicação em todos os contos que você escreveu e que não deixarão essa parte da história do Brasil ser esquecida. A sua literatura de testemunho é muito importante para a sociedade, principalmente para a juventude atual. Revela para nós o lado da história que algumas pessoas tentaram esconder ao longo dos anos.

Seus contos são surpreendentemente profundos sobre o valor da liberdade, as histórias lidas nos ensinaram que não devemos deixar um governo autoritário e abusivo, um governo que tente nos silenciar, alcançar o poder. Aprendemos que devemos sempre lutar contra todo tipo de opressão, lutar contra todos que violam os direitos humanos, lutar pela democracia. Aprendemos que discursos de ódio devem ser banidos da nossa sociedade. Aprendemos que devemos lembrar de todos que lutaram, sofreram e morreram para vivermos em uma democracia, para termos liberdade. Passamos a admirar e agradecer a coragem e determinação deles.

Bernardo, suas histórias são um grande legado para as futuras gerações. Agradecemos por ter escrito esses contos, por ter nos ensinado tanto, sua obra é um presente para todos que têm a oportunidade de conhecê-la. Antes de finalizar esta carta, queremos fazer algumas perguntas:

Qual conto o senhor mais gostou de escrever?

Qual conto mais te marcou?

No mesmo dia, a docente digitalizou a carta e enviou, por e-mail, ao autor Bernardo Kucinski, o qual prontamente e gentilmente nos respondeu.²⁵

Continuamos o contato com o autor por e-mail. Expressamos nossa gratidão e contentamento pela atenção dedicada e pela gentil resposta à nossa carta. Quanto ao convite para o encontro de literatura na UFES, expressamos o interesse em participar, porém, informamos que não seria possível devido à proximidade do evento, o que nos impediria de nos organizar adequadamente, principalmente devido à nossa localização distante da capital. Dissemos que adiaríamos o prazer de conhecê-lo pessoalmente para uma oportunidade futura. Anexamos algumas fotos das nossas oficinas literárias e reiteramos os agradecimentos por nos agraciar com obras tão valiosas e necessárias.

O senhor acha que pode haver uma nova ditadura militar no Brasil? Se isso acontecesse, acha que os jovens de hoje iriam lutar como outrora?

O que você acha que vai ser da humanidade daqui para frente?

O que o senhoralaria para nós, jovens, sobre como usar nossa liberdade de expressão?

Hoje, qual recado o senhor deixaria para a juventude brasileira?

O senhor torce para algum time nacional? Qual?

Aguardamos suas respostas com bastante animação!

Com carinho,

Turma do 8º ano.

²⁵ Prezada Professora Monize Fiorin Goldner;

A carta de seus alunos do Oitavo muito me comoveu.

Peço que transmita a eles minha satisfação e meus agradecimentos pelas boas palavras sobre meu trabalho. Os alunos fizeram algumas perguntas que passou a responder e peço que lhes transmita:

1- Qual conto o senhor mais gostou de escrever?

Se tiver que indicar um conto, penso que o que mais gostei de ter escrito foi "O velório". Penso que o leitor, assim como aconteceu comigo ao escrever, vai se envolvendo na atmosfera da casa desde o primeiro momento e se sente participante do velório. Foi também um conto que saiu de dentro de mim como se já estivesse escrito.

2- Dois dos que mais me marcaram foram "Você vai voltar pra mim" e "Tio André."

3- Pode ocorrer uma nova ditadura militar, principalmente porque os militares que perpetraram a ditadura de 64 nunca foram punidos e nem os programas de formação e doutrinação das forças armadas foram alterados. Acredito, no entanto, que é remota a possibilidade de isso acontecer nas próximas duas ou três décadas. Se acontecer, certamente vai haver reação, não só dos jovens, também dos adultos

4-O que eu acho que vai ser da humanidade?

Infelizmente estou muito pessimista. Basta ver o que já está acontecendo, as guerras, o desastre ambiental, a miséria e a fome de tantos, em meio à abundância.

5-O que eualaria para os jovens sobre como usar a liberdade de expressão?

Eu diria apenas que usem a partir do conhecimento e não de slogans ou ideias pré-concebidas; para isso é preciso ler bastante, estudar e saber ouvir,

6- Que recado eu daria para os jovens?

Estudem a realidade no seu entorno e não aceitem as injustiças como fatos naturais. Contestem.

7 Time para o qual torço

Corinthians

É isso, Entre os dias 6 e 9 de dezembro vou estar em Vitória num encontro de literatura na universidade. Apareçam. Será um prazer encontrá-los.

Saudações

Bernardo Kucinski

Compartilhamos a resposta de Bernardo Kucinski durante a décima terceira oficina. Foi um momento singular, com os estudantes demonstrando grande interesse, inclusive aplaudindo após a leitura da resposta do autor. Avaliamos que a atividade de redigir a carta e a subsequente interação com o autor proporcionaram uma experiência única e memorável para os participantes deste projeto.

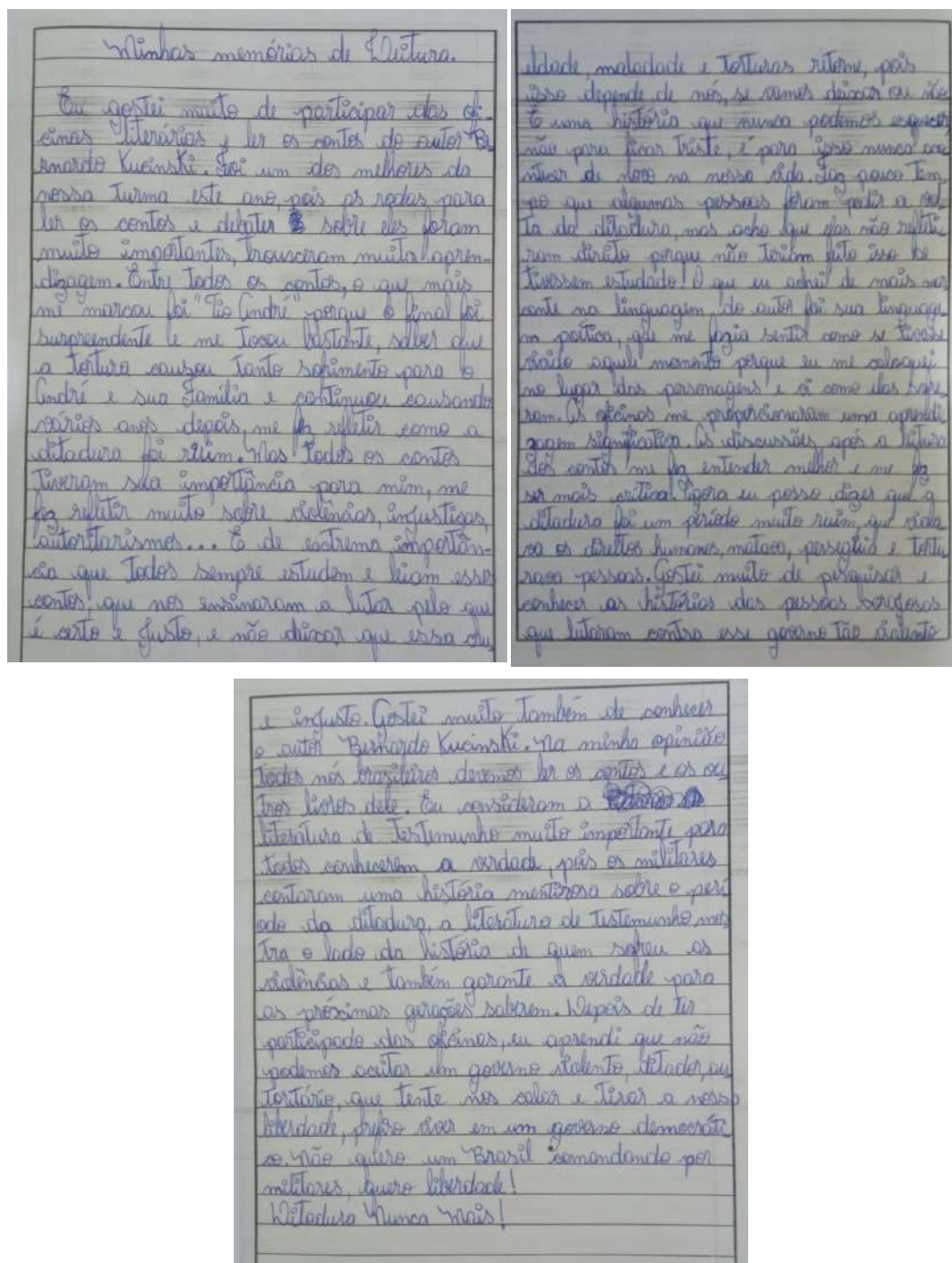
5.11 OFICINA 11 – MEMÓRIAS DE LEITURA

Para a realização da nossa décima primeira oficina literária, organizamos a sala em círculo e entregamos o caderno de leitura. Dialogamos com os participantes sobre o fato de Bernardo Kucinski utilizar a força da palavra organizada para nos sensibilizar sobre importantes questões sociais. Reforçamos que, nesta oficina, eles utilizariam as palavras para produzir uma memória de leitura, na qual relatariam as experiências que tiveram no decorrer da aplicação das oficinas literárias.

Foram fornecidas aos estudantes, em uma cópia xerocada, algumas perguntas que poderiam ajudá-los na redação. No entanto, enfatizamos que não era necessário seguir rigorosamente essas questões, pois elas serviriam apenas para nortear a escrita, e que eles possuíam total liberdade para redigir conforme preferissem.

Percebemos um empenho de todos os discentes na concretização dessa tarefa. Em uma aula de 50 minutos, a maioria dos estudantes já havia finalizado a escrita da memória. Quatro alunas ainda não haviam concluído e pediram autorização para levar os cadernos para casa, a fim de terminar a redação. A professora concordou, desde que trouxessem os cadernos de volta no dia seguinte. Dissemos que as memórias seriam compartilhadas em nossa última oficina. Selecionamos duas memórias de leitura (Figuras 21 e 22).

Figura 21 – Memória de Leitura 1

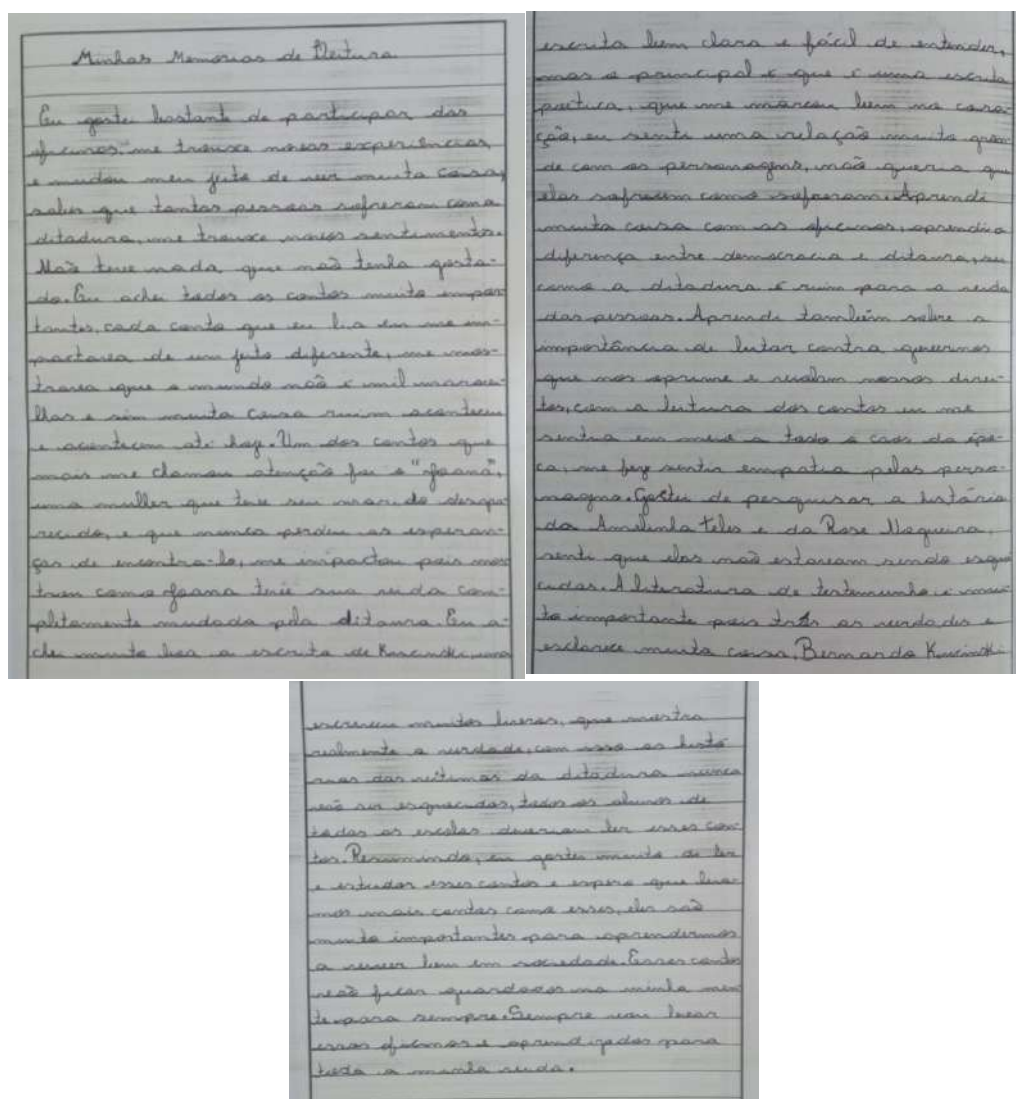


Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatos dos participantes (2023)²⁶

²⁶ Minhas memórias de Leitura

Eu gostei muito de participar das oficinas literárias e ler os contos do autor Bernardo Kucinski. Foi um dos melhores da nossa turma este ano, pois as rodas para ler os contos e debater sobre eles foram muito importantes, trouxeram muita aprendizagem. Entre todos os contos, o que mais me marcou foi "Tio André" porque o final foi surpreendente e me tocou bastante, saber que a tortura causou tanto sofrimento para o André e sua família e continuou causando vários anos depois, me fez refletir como a ditadura foi ruim. Mas todos os contos tiveram sua importância para mim, me fez refletir muito sobre violências, injustiças, autoritarismos... É de extrema importância que todos sempre estudem e leiam esses contos, que nos ensinam a lutar pelo que é certo e justo, e não deixar que essa crueldade, maldade e torturas retorne, pois isso depende de nós, se vamos deixar ou não. É uma história que nunca podemos esquecer, não para ficar triste, é para isso nunca acontecer de novo na nossa vida. Faz pouco tempo que algumas pessoas

Figura 22 – Memória de Leitura 2



Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatos dos participantes (2023)²⁷

foram pedir a volta da ditadura, mas acho que elas não refletiram direito porque não teriam feito isso se tivessem estudado. O que eu achei de mais marcante na linguagem do autor foi sua linguagem poética, que me fazia sentir como se tivesse vivido aquele momento porque eu me coloquei no lugar das personagens e vi como elas sofreram. As oficinas me proporcionaram uma aprendizagem significativa. As discussões após a leitura dos contos me fez entender melhor e me fez ser mais crítica. Agora eu posso dizer que a ditadura foi um período muito ruim, que violava os direitos humanos, matava, perseguia e torturava pessoas. Gostei muito de pesquisar e conhecer as histórias das pessoas corajosas que lutaram contra esse governo tão violento e injusto. Gostei muito também de conhecer o autor Bernardo Kucinski. Na minha opinião todos nós brasileiros devemos ler os contos e os outros livros dele. Eu considero a literatura de testemunho muito importante para todos conhecerem a verdade, pois os militares contaram uma história mentirosa sobre o período da ditadura, a literatura de testemunho mostra o lado da história de quem sofreu as violências e também garante a verdade para as próximas gerações saberem. Depois de ter participado das oficinas, eu aprendi que não podemos aceitar um governo violento, ditador, autoritário, que tente nos calar e tirar a nossa liberdade, prefiro viver em um governo democrático. Não quero um Brasil comandado por militares, quero liberdade!

Ditadura Nunca Mais!

²⁷ Minhas Memórias de Leitura

Ficamos felizes ao examinar as memórias de leitura dos envolvidos no projeto. Todos avaliaram positivamente as oficinas literárias, disseram ter gostado de participar, teceram diversos elogios, mencionaram que as oficinas proporcionaram uma aprendizagem significativa e expressaram o desejo de participar de outros momentos como esse.

Como crítica, alguns poucos estudantes citaram o fato de terem escrito muito; um aluno sugeriu “escrever menos” nas próximas oficinas. É fundamental destacar que consideramos que registrar a compreensão da leitura não apenas consolida o conhecimento individual, mas serve como um meio de compartilhar essas interpretações com outros leitores. O registro torna a interpretação mais acessível e disponível para discussão e diálogo, contribuindo para a construção de um ambiente de aprendizado colaborativo e participativo, fomentando a interação e a troca de ideias entre todos os envolvidos.

5.12 OFICINA 12 – PRODUÇÃO E EXPOSIÇÃO DE UM MURAL NA ESCOLA

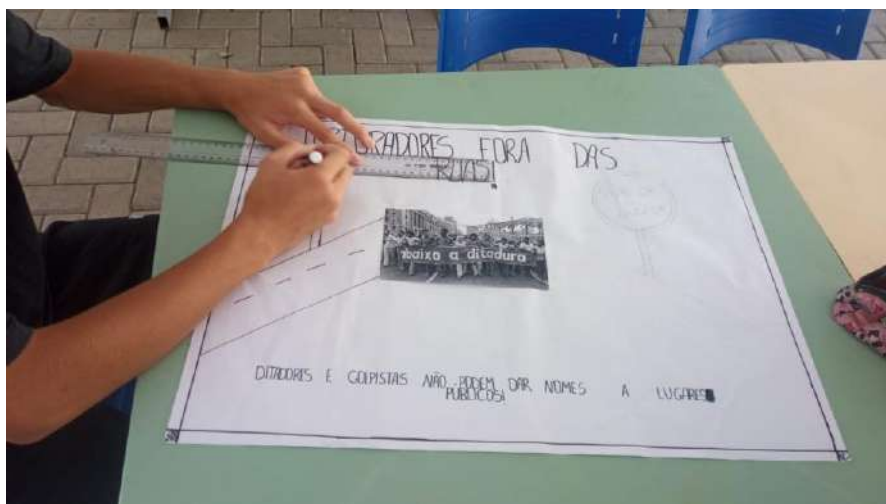
Esta oficina foi desenvolvida de maneira interdisciplinar com o componente curricular Arte. Os estudantes, organizados em duplas e trios, produziram cartazes com textos e ilustrações que se relacionavam com o aprendizado adquirido no decorrer das oficinas literárias. Na confecção do mural, além dos cartazes, também foram expostas as placas criadas em uma atividade anterior pelos participantes. Essas placas tinham o

Eu gostei bastante de participar das oficinas, me trouxe novas experiências, e mudou meu jeito de ver muita coisa, saber que tantas pessoas sofreram com a ditadura, me trouxe novos sentimentos. Não teve nada que não tenha gostado. Eu achei todos os contos muito importantes, cada conto que eu lia eu me impactava de um jeito diferente, me mostrava que o mundo não é mil maravilhas e sim muita coisa ruim aconteceu e acontecem até hoje. Um dos contos que mais me chamou atenção foi o “Joana”, uma mulher que teve seu marido desaparecido, e que nunca perdeu as esperanças de encontra-lo, me impactou pois mostrou como Joana teve sua vida completamente mudada pela ditadura. Eu achei muito boa a escrita do Kucinski, uma escrita bem clara e fácil de entender, mas o principal é que é uma escrita poética, que me marcou bem no coração, eu senti uma relação muito grande com os personagens, não queria que elas sofressem como sofreram. Aprendi muita coisa com as oficinas, aprendi a diferença entre democracia e ditadura, sei como a ditadura é ruim para a vida das pessoas. Aprendi também sobre a importância de lutar contra governos que nos oprime e violam nossos direitos, com a leitura dos contos eu me sentia em meio a todo o caos da época, me fez sentir empatia pelas personagens. Gostei de pesquisar a história da Amelinha Teles e da Rose Nogueira, senti que elas não estavam sendo esquecidas. A literatura de testemunho é muito importante pois trás as verdades e esclarece muita coisa, Bernardo Kucinski escreveu muitos livros, que mostra realmente a verdade, com isso as histórias das vítimas da ditadura nunca vão ser esquecidas, todos os alunos de todas as escolas deveriam ler esses contos. Resumindo, eu gostei muito de ler e estudar esses contos e espero que leiamos mais contos como esses, eles são muito importantes para aprendermos a viver bem em sociedade. Esses contos vão ficar guardados na minha mente para sempre. Sempre vou levar essas oficinas e aprendizados para toda a minha vida.

propósito de substituir as que homenageavam torturadores e assassinos da ditadura militar brasileira, presentes em ruas, avenidas, escolas, hospitais, entre outros locais. A confecção dos cartazes e do mural ocorreu nas aulas de Arte, embora, em diversos momentos, a professora/pesquisadora tenha participado e colaborado com os discentes na produção.

Concluído o mural, marcamos um dia, elaboramos um cronograma e convidamos as demais turmas da escola para apreciarem a exposição. Com a chegada dos visitantes, a professora/pesquisadora contextualizava o projeto e dois estudantes compartilhavam suas experiências de participar das oficinas literárias. Em seguida, a palavra era passada aos membros dos grupos para apresentarem seus cartazes e o significado de suas produções. Duas alunas assumiram a responsabilidade de fornecer informações sobre o mural das placas, abrir espaço para questionamentos e, por fim, agradecer a presença de todos. As perguntas realizadas pelos estudantes visitantes foram prontamente respondidas pelos participantes do projeto. Apesar da timidez de alguns discentes, observamos que, em suas exposições, todos os estudantes demonstraram segurança, indicando domínio do conteúdo apresentado, além de expressarem uma abordagem crítica em suas falas. Ficamos satisfeitos ao constatar que realmente haviam absorvido significativos aprendizados com as oficinas. A concretização de todas essas atividades demandou quatro aulas de 50 minutos.

Figura 23 – Produção dos cartazes



Fonte: Acervo da autora (2023)

Figura 24 – Visita à exposição dos cartazes

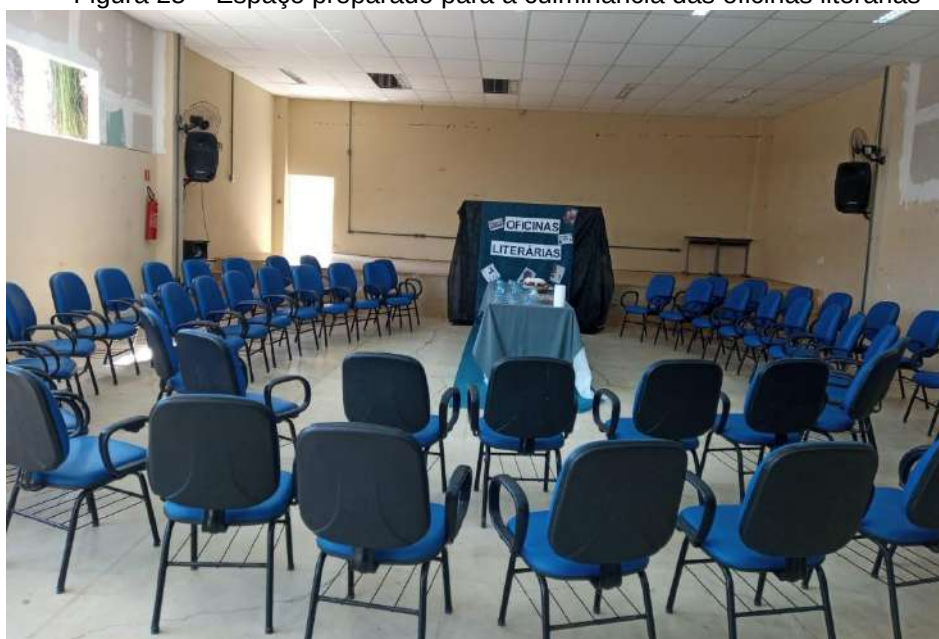


Fonte: Acervo da autora (2023)

5.13 OFICINA 13 – CAFÉ E MEMÓRIAS DE LEITURA

Para encerrar o nosso projeto, promovemos a culminância das oficinas literárias. Esse momento foi cuidadosamente preparado, arrumamos o auditório da escola de forma acolhedora e confeccionamos, com antecedência, as lembrancinhas para os participantes. A docente se responsabilizou em oferecer as comidas e bebidas dessa celebração de conclusão das atividades desenvolvidas ao longo das várias oficinas.

Figura 25 – Espaço preparado para a culminância das oficinas literárias



Fonte: Acervo da autora (2023)

Inicialmente, realizamos a leitura da resposta de Bernardo Kucinski à carta enviada. Foi um momento muito especial, os estudantes aplaudiram ao término da leitura e pudemos observar a alegria estampada no rosto deles. Muitos participantes expressaram verbalmente o contentamento com o *feedback* do autor. Na sequência, os estudantes compartilharam suas memórias de leitura. As redações foram recebidas com aplausos e elogios pelos colegas.

Concluído esse momento, a pesquisadora expressou sua gratidão a todos por se engajarem no projeto, levá-lo a sério e participarem ativamente das atividades desenvolvidas, enfatizando a importante troca de conhecimentos que ocorreu no decorrer das oficinas. Também elogiou a assiduidade dos estudantes, pois demonstravam uma preocupação em não faltar. Sempre que era inevitável ausentar-se, solicitavam a permissão para levar o conto para casa, com o intuito de ler e relatar, no caderno, suas compreensões.

Ao encerrar sua fala, a pesquisadora disse estar feliz com os resultados alcançados e que esperava que o trabalho com os contos de Bernardo Kucinski tivesse proporcionado a cada participante aprendizados significativos sobre diversos aspectos da vida e da sociedade, ressaltando a importância de lutar por nossos direitos e de combater qualquer forma de autoritarismo e de violência. A pesquisadora manifestou o anseio de que todos cultivassem o hábito da leitura regular de literatura, reconhecendo sua inegável contribuição para a formação humana, e encorajou a participação ativa de todos na construção de uma nação mais justa e democrática. Alguns estudantes se manifestaram após essa fala, elogiando as oficinas literárias e expressando felicidade por terem participado. Por fim, compartilhamos as comidas e bebidas do nosso agradável café da manhã para celebrar o encerramento do projeto que nos proporcionou necessários e valiosos ensinamentos. A culminância aconteceu em três aulas de 50 minutos.

Os resultados alcançados superaram as nossas expectativas. Os alunos mostraram-se sempre interessados e ansiosos para a leitura do próximo texto, participando com engajamento durante a leitura e a discussão dos contos e nas atividades propostas. Observamos uma expressiva demonstração de empatia por parte dos participantes. Segundo Adorno, a aceitação ou a tolerância da barbárie é viabilizada pela falta de empatia em relação aos que estão distantes ou são diferentes de nós, pela “indiferença frente ao destino do outro”, e que “os algozes sabem disto” (2012, p. 133).

Portanto, essa conexão emocional com o sofrimento alheio, evidenciada nos relatos orais e escritos, é fundamental para contestar e evitar atrocidades.

Os participantes também demonstraram criticidade em suas reflexões, além de uma compreensão mais profunda das realidades e desafios enfrentados em nosso tempo. Adotaram uma postura ética diante dos temas discutidos, expressando claramente apoio aos direitos humanos e uma firme rejeição em relação a práticas opressivas e violentas. Seguindo, desse modo, a perspectiva de Adorno (2012), que defende que a única força verdadeiramente eficaz contra a essência da barbárie reside no poder de reflexão, na autonomia, na autodeterminação e na não participação. Assim, avaliamos que o nosso projeto de leitura com os contos de Bernardo Kucinski correspondeu aos nossos objetivos e o aprendizado foi efetivado.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O propósito da nossa pesquisa converge com os objetivos do Mestrado Profissional em Letras – Profletras ao buscar possibilidades didáticas adequadas e inovadoras que colaborem com o trabalho docente da Educação Básica. Nesse sentido, a partir da análise das experiências obtidas com a aplicação das oficinas literárias, elaboramos um caderno pedagógico, em forma de *e-book*, voltado para os professores de Língua Portuguesa a fim de potencializar o trabalho em sala de aula com textos de testemunho no oitavo e nono ano do ensino fundamental e contribuir para a formação de alunos críticos diante de conflitos históricos e sociais.

Os programas de mestrado profissional, em conformidade com as diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), promovem a conexão entre conceitos teóricos e aplicação prática. Assim, orientam os pesquisadores a elaborarem produtos que impactem positivamente a prática educacional, contribuindo com o aperfeiçoamento constante da educação no país.

No Mestrado Profissional, distintamente do Mestrado Acadêmico, o mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019a, p. 15).

Os produtos desenvolvidos, resultantes de pesquisas cujo propósito é “responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional” (Brasil, 2019a, p. 16), devem ser disponibilizados de forma abrangente e gratuita para toda a sociedade. Dessa maneira, promove-se a disseminação efetiva do conhecimento produzido, assegurando que estudantes, professores e outros interessados tenham a oportunidade de utilizá-los, independentemente de qualquer condição. Esses produtos podem ser considerados valiosas ferramentas capazes de impulsionar o processo de aprendizagem.

Assim, o *e-book* que produzimos, intitulado “A literatura de testemunho na Educação Básica: práticas de leitura com contos de Bernardo Kucinski”, ficará disponível para *download* gratuito dos professores e tem como objetivo formar uma base para o trabalho com textos de testemunho na Educação Básica, podendo ser adaptado pelos docentes aos diversos contextos em que se inserem. Constatamos, em nossas

pesquisas, que esse material é extremamente escasso. As sugestões de atividades do caderno pedagógico foram elaboradas considerando o êxito das experiências com os estudantes durante a aplicação deste estudo. A capa do nosso produto educacional (e-book) está demonstrada na Figura 26.

Figura 26 - Capa do produto educacional



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

O material inicia com uma breve apresentação aos professores, seguida por uma fundamentação teórica dividida em três capítulos. No primeiro, abordamos sucintamente sobre a ditadura militar brasileira; no segundo, discutimos sobre o testemunho na literatura e sua aplicação na sala de aula; e, no terceiro, apresentamos uma breve contextualização sobre a vida do autor, Bernardo Kucinski, e sua obra, *Você vai voltar pra mim e outros contos*.

Por fim, o quarto capítulo é dedicado à apresentação detalhada das atividades envolvendo a literatura de testemunho no contexto da ditadura militar brasileira, organizadas em treze oficinas a serem conduzidas ao longo de um período de 31 aulas, cada uma com duração de 50 minutos. As oficinas são centradas na leitura e análise de cinco contos do autor Bernardo Kucinski. Além disso, propomos o diálogo com outros gêneros textuais para enriquecer as discussões. Entendemos que a mediação docente é fundamental para o sucesso dos objetivos propostos em cada etapa de realização das oficinas.

Almejamos que nosso caderno pedagógico contribua de forma significativa para o trabalho com textos de testemunho na Educação Básica, sendo uma possibilidade, dentre outras, para os docentes promoverem uma educação de qualidade que seja inclusiva e capaz de gerar impactos transformadores na vida dos estudantes, capacitando-os para que possam desenvolver habilidades críticas e reflexivas, além de adquirir conhecimentos relevantes para sua formação integral.

6.1 VALIDAÇÃO DO CADERNO PEDAGÓGICO

O caderno pedagógico passou por validação com professores de Língua Portuguesa atuantes na rede pública de ensino do Espírito Santo e de Minas Gerais, todos mestrandos do Profletras, Ifes Campus Vitória, da turma 2022. Realizamos um encontro virtual pela plataforma *Google Meet*, no dia 16/04/2024, às 18h.

Figura 27 - Encontro para validação do produto educacional

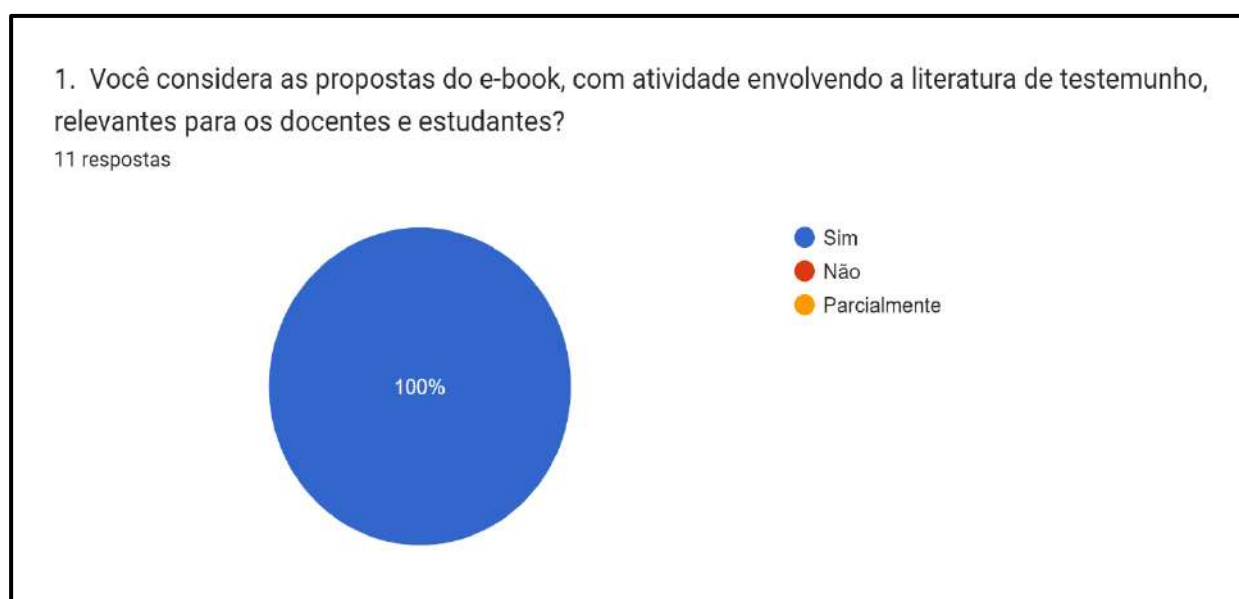


Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

A pesquisadora deu as boas-vindas às professoras presentes e explicou o objetivo do encontro. Em seguida, apresentou o caderno pedagógico: a base teórica e a parte prática - as oficinas literárias, detalhando cada etapa de aplicação. Ao final da apresentação, as docentes compartilharam suas impressões e opiniões sobre o material educativo. Todas expressaram elogios e destacaram a importância desse material para a Educação Básica. Uma professora, inclusive, mencionou que gostaria de desenvolver as oficinas em suas turmas do nono ano do ensino fundamental. Por fim, as docentes responderam um questionário no *Google Forms* para avaliar o material apresentado e a pesquisadora agradeceu a presença de cada uma.

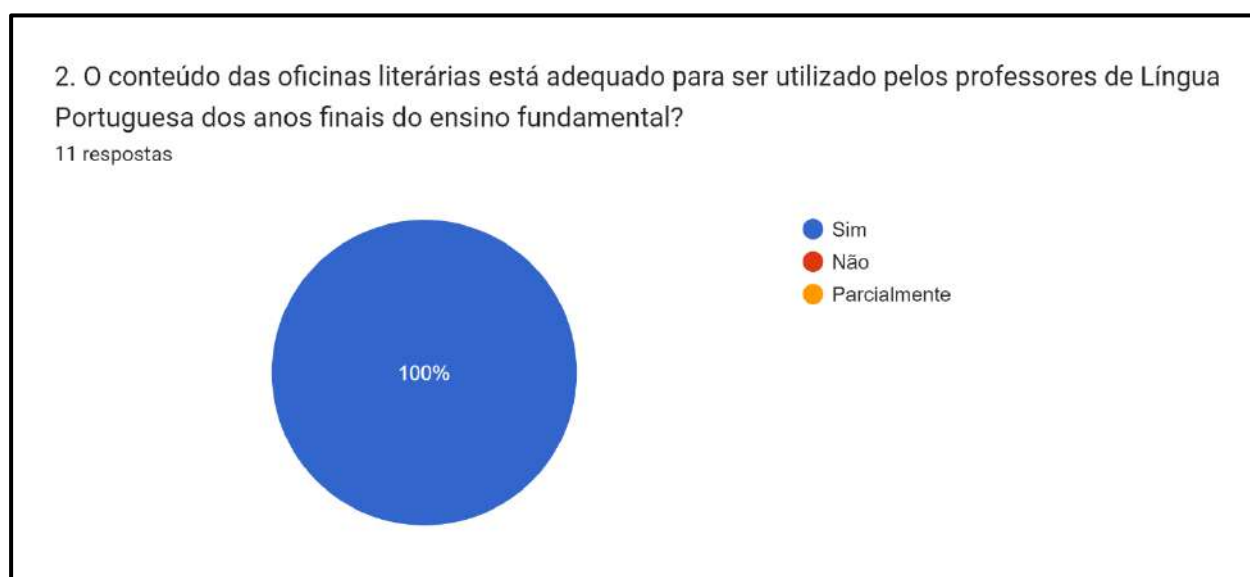
Para os demais membros da turma de mestrado que não puderam comparecer à reunião *on-line*, encaminhamos o *e-book* e o link do questionário de avaliação do material por e-mail após o encontro. O objetivo das questões contidas no formulário foi avaliar a relevância, adequação e a viabilidade de aplicação do nosso caderno pedagógico na Educação Básica. Apresentamos nos gráficos 1, 2, 3, 4 e 5 as respostas dos professores:

Gráfico 1 - Validação do produto educacional - Pergunta 1



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Gráfico 2 - Validação do produto educacional - Pergunta 2



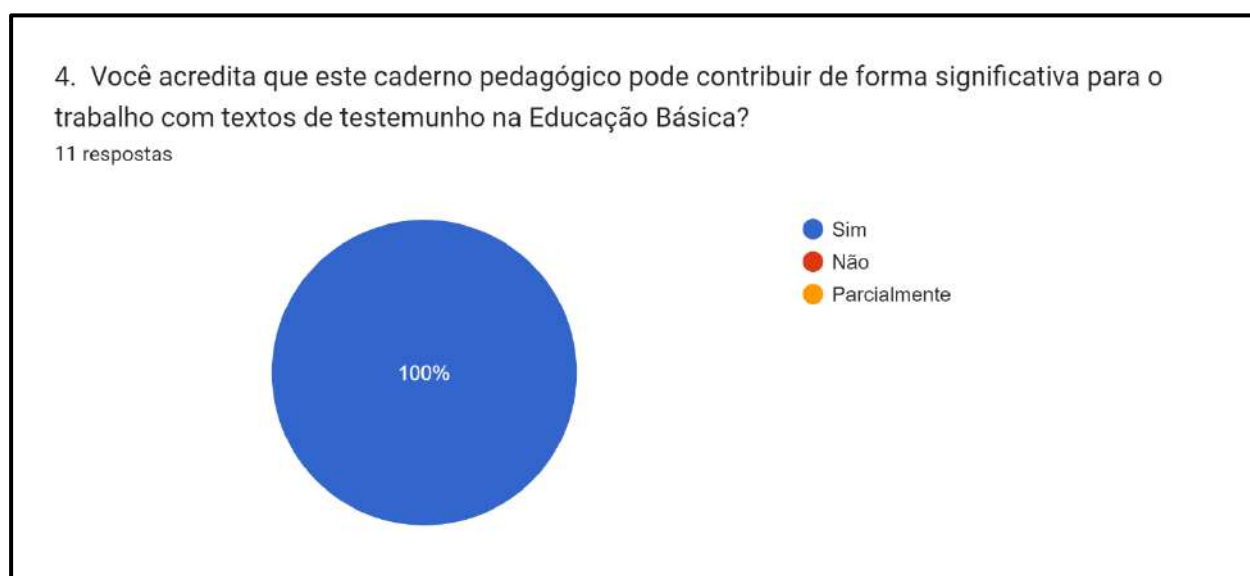
Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Gráfico 3 - Validação do produto educacional - Pergunta 3



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Gráfico 4 - Validação do produto educacional - Pergunta 4



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Gráfico 5 - Validação do produto educacional - Pergunta 5



Fonte: Acervo da pesquisadora (2024)

Além de ter sido validado pelo grupo de professores de Língua Portuguesa, o sucesso da aplicação das oficinas literárias ao longo de nossa pesquisa nos leva a considerar a estrutura do produto validado também junto aos estudantes. É importante destacar que, no dia da defesa, o produto educacional também passará pela validação da banca.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“nunca é tarde para que a sociedade confronte as atrocidades da ditadura. Só assim se criará uma consciência de repúdio ao terrorismo, seja do Estado, seja dos bandos fascistas.”

(Bernardo Kucinski)

As inquietações e indagações que impulsionam os profissionais da educação são essenciais para o avanço do conhecimento e o aprimoramento das práticas de ensino. Em nossa pesquisa, fomos movidos pela seguinte questão norteadora: “Como proporcionar experiências significativas na leitura de textos com forte teor testemunhal, a fim de mobilizar reflexões sobre violência e autoritarismo em ações do Estado a partir de experiências da ditadura militar brasileira?”. Nossos estudantes estão imersos em um ambiente sociopolítico no qual discursos e práticas autoritárias, abusivas e violentas estão se tornando cada vez mais proeminentes.

Como reflexo de uma sociedade que falhou em confrontar seu passado, abstendo-se de julgar e punir os militares responsáveis por violações dos direitos humanos; uma sociedade que sofre de um “Mal de *Alzheimer* nacional” e ainda precisa lutar para manter viva a memória de um período sombrio de nossa história, nos últimos anos, observamos discursos de apologia à ditadura e aos crimes por ela perpetrados. Diversas figuras públicas e autoridades sentem-se à vontade para exaltar o regime militar. O ex-presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, prestou homenagem²⁸ ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar conhecido por seu envolvimento em atos de tortura no Brasil.

Esse cenário é agravado pelo aumento vertiginoso da propagação de notícias falsas, insultos e ameaças direcionados ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ocorreram manifestações em diversas cidades do país exibindo faixas e palavras contrárias ao Congresso Nacional, contestando os resultados das eleições em 2022 e apresentando cartazes pedindo intervenção militar, inclusive solicitando a implementação de um novo AI-5. Essa postura, no entanto, revela-se contraditória, uma vez que esse Ato Institucional criado pela ditadura proibia manifestações, indo contra a liberdade de

²⁸ Essa homenagem foi realizada em pleno Congresso Nacional, em 2016, na votação do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff.

expressão e punindo severamente quem a exercia.

Outro exemplo foram os atos golpistas ocorridos em 8 de janeiro de 2023, os quais resultaram em violência cometida contra a sede dos três Poderes da República Federativa do Brasil: Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa ação resultou em uma extensa depredação do patrimônio público, incluindo a destruição de obras de arte de valor inestimável e a desfiguração de símbolos relevantes para a construção da estabilidade democrática conquistada. É importante ressaltar que o ataque não se limitou apenas aos danos materiais, mas teve como objetivo principal agredir a democracia brasileira e os princípios republicanos que fundamentam a nação. Estamos diante de grupos que buscam alcançar o poder de maneira antidemocrática.

Frente a esses acontecimentos, a literatura de testemunho emerge como um caminho na Educação Básica para provocar, incomodar, sensibilizar e mobilizar os estudantes nas reflexões sobre o quão presentes se fazem algumas ações repressivas e abusivas praticadas no período da ditadura militar brasileira, bem como a defesa ideológica que clama pelo retorno do militarismo ao poder é nociva à democracia conquistada, levando-os à compreensão da importância de lutar em defesa dos direitos humanos, combatendo todo e qualquer tipo de autoritarismo e violência.

Assim, em nossa trajetória investigativa, por meio de uma abordagem participativa e cooperativa entre professora e estudantes no ambiente educacional, buscamos criar práticas pedagógicas envolvendo a literatura de testemunho. Após absorvermos os conhecimentos teóricos, elaboramos e aplicamos treze oficinas literárias, tendo como base para nossas discussões cinco contos de Bernardo Kucinski, autor que teve a vida fortemente marcada pela violência da ditadura brasileira, com sua irmã, Ana Rosa Kucinski, sendo torturada e morta pelo DOPS. Esse evento exerceu influência expressiva na carreira literária de Kucinski.

Os contos trabalhados, inspirados nas sessões da Comissão Nacional da Verdade, são permeados por um forte teor testemunhal e desnudam os horrores experimentados durante a ditadura, proporcionando aos nossos estudantes o contato com as experiências, as dores e os impactos persistentes dessa era repressiva. A natureza fictícia da obra deve ser devidamente considerada. Kucinski, com maestria literária, faz com que a linguagem transcenda a mera representação dos fatos históricos para tecer uma obra cheia de nuances e matizes.

Nesse sentido, os contos de Kucinski permitem ao leitor acessar com intensidade emocional as experiências das personagens, sentimentos humanos que frequentemente

não encontram espaço nos registros históricos convencionais. A literatura testemunhal de Kucinski, além de seu valor estético, desempenha um papel ético, histórico e político, incitando discussões necessárias em uma sociedade que busca aprender com o passado e aplicar essas lições no contexto contemporâneo. Sua obra, portanto, é considerada uma via para a memória e a reflexão.

Acreditamos que o processo educacional não apenas deve transmitir conhecimentos, mas também desafiar os estudantes a refletirem criticamente sobre o mundo ao seu redor, incentivando a participação ativa na sociedade. Por meio da linguagem literária, os estudantes são estimulados a refletir sobre a importância do testemunho, da denúncia e da resistência, a fim de evitar a repetição de situações de violência e opressão.

Implementar práticas com a literatura de testemunho na Educação Básica é uma via para concretizar o que Adorno (2012) nos ensina sobre a importância de oportunizar aos nossos alunos e alunas a construção da autonomia e do pensamento crítico para termos uma sociedade mais justa. Portanto, é crucial que os educadores superem os desafios e criem um ambiente propício para reflexões profundas e debates construtivos, contribuindo assim para uma educação mais consciente e reflexiva em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A partir do nosso estudo, podemos afirmar que a literatura de testemunho em sala de aula desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação mais humanizada, levando em consideração as conexões com as questões sociais. Essa abordagem favorece a reflexão crítica e a defesa dos direitos humanos como aspectos essenciais do processo educacional. As pesquisas realizadas também apontaram para a importância de um material didático que auxilie os professores de Língua Portuguesa em suas práticas de ensino, visto que, com base no diálogo com os pares, constatamos poucas proposições metodológicas disponíveis que versam sobre a literatura de testemunho nos anos finais do ensino fundamental. Dessa forma, elaboramos um *e-book* apresentando propostas de atividades envolvendo os contos testemunhais de Bernardo Kucinski para ser disponibilizado a outros educadores.

O diálogo com outras produções acadêmicas e toda a base teórica proporcionaram reflexões fundamentais para nossa pesquisa, ampliando nossa compreensão sobre o tema. A aplicação prática foi essencial para avaliar se as oficinas literárias planejadas e a teoria seriam eficazes no sentido de promover um aprendizado significativo para os estudantes e para enriquecer as práticas pedagógicas relacionadas

à literatura de testemunho. O retorno positivo dos estudantes na execução das atividades, nas reflexões orais e escritas e na avaliação das oficinas proporcionou que nosso estudo alcançasse os resultados desejados.

Portanto, após finalizar as etapas de desenvolvimento da pesquisa, concluímos que o trabalho com os contos de Bernardo Kucinski pode atuar contra a tentativa de apagamento da memória do passado e contribuir para reflexões críticas dos nossos alunos e alunas frente a contextos de violência, fazendo-os rejeitar qualquer forma de repressão. A integração de práticas com a literatura de testemunho enriquece a experiência educacional, possibilitando que os estudantes se conectem de maneira profunda com as experiências humanas em contextos de violência. Esse processo desperta a empatia, auxilia na expressão de sentimentos, estimula a consciência crítica e promove a construção do senso de liberdade. Esses elementos se revelam como instrumentos valiosos na formação de cidadãos conscientes e engajados, capacitando-os a se tornarem agentes de transformação em prol de um futuro mais ético e humano.

Os resultados alcançados em nossa intervenção pedagógica confirmam que os objetivos propostos foram atingidos. No entanto, este trabalho não encerra as discussões sobre o tema. Concluir uma pesquisa, como a que agora é apresentada, não implica necessariamente alcançar uma única conclusão sobre o assunto, nem indica que o objeto de pesquisa teve seu processo investigativo esgotado. Reconhecemos a necessidade de explorar e implementar outras práticas de leitura com a literatura de testemunho, visando contribuir para a melhoria do processo ensino/aprendizagem na Educação Básica.

Por fim, esperamos que este estudo contribua de forma significativa para o trabalho com textos de testemunho nas diversas salas de aula do nosso país. Acreditamos que nossa pesquisa desponta como resistência; em um contexto social, político e educacional em que forças opressoras se fazem presentes, resistimos para preservar uma memória que os protagonistas dos horrores da ditadura e seus apoiadores tentam apagar, resistimos para que as injustiças, o autoritarismo e a violência não prevaleçam. E continuamos a seguir esse propósito de resistência, seja nas salas de aula ou fora delas, em nossas vivências diárias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 119-138.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. **Coral e outros poemas**. Org. Eucanaã Ferraz. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BARBOSA, Juliana Souza. **Conto fantástico: uma abordagem do letramento literário em turmas de 9º ano do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2018. Acesso em: 22 de julho de 2022.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CANDIDO. Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul / São Paulo: Duas cidades, 2004.

DADALTO, Weverson. **Violência e autoritarismo na literatura testemunhal de Bernardo Kucinski**. Tese (Doutorado em LETRAS) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2023.

FERRAZ [de Paula], Marcelo. Intruso, incômodo e urgente: lugares do testemunho no ensino de literatura. *Via Atlântica*, [S. l.], v. 1, n. 28, p. 121-142, 2015. DOI: 10.11606/va.v0i28.98658. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/98658>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

FERREIRA, Rafael Nunes. **Literatura em tempos sombrios: os porões da ditadura civil-militar no romance K. – Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018. Acesso em: 18 de julho de 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003

FRIEDMAN, Iris. **Literatura de Testemunho e a denúncia de uma voz ausente em Primo Levi e Bernardo Kucinski**. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016. Acesso em: 18 de julho de 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. SALGUEIRO, Wilberth (Org.). **O testemunho na literatura**: representações de genocídios, ditaduras e outras violências. Vitória: Edufes, 2011, p. 19-29.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas: Autores associados, 2013.

GINZBURG, Jaime. Memória e ritual em “O velório”, de Bernardo Kucinski. *In*: OLIVEIRA, Rejane Pivetta; THOMAZ, Paulo C. **Literatura e ditadura**. Porto Alegre: Zouk, 2020. 115-128.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

KALINOSKI, Sandra de Fátima. **As memórias do trauma na reconfiguração da história em K. Relato de uma busca e Os visitantes, de Bernardo Kucinski**. Doutorado em LETRAS - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2020. Acesso em: 20 de julho de 2022.

KUCINSKI, Bernardo. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. **Lua Nova**, n. 62, 2004.

MARTINELLI FILHO, Nelson. **Formas de esquecer**: o estatuto da memória em contos de Bernardo Kucinski. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MELLO, Lohayenne Gomes. **A experiência de leitura a partir da literatura de testemunho no ensino fundamental II**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2021. Acesso em: 20 de julho de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OURIQUE, Maiane Liana.Hatschbach.; PEDROSO, Eliana Regina Fritzen. A docência e seus saberes: o valor do testemunho para o ensino. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 202-210, maio-ago. 2016.

PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. A nobre arte de Bernardo Kucinski. *In*: KUCINSKI, Bernardo. **A cicatriz e outras histórias**: (quase) todos os contos de B. Kucinski. São Paulo: Alameda, 2021. p. 13-22.

POLARI, Alex. **Inventário de cicatrizes**. São Paulo: Teatro Ruth Escobar/ Comitê Brasileiro pela Anistia, 1978.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SÁ, Izabel Maria Fonseca Vieira. **O Livro-Lápide de Ana Rosa: Testemunho e luto na literatura de Bernardo Kucinski**. Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020. Acesso em: 20 de julho de 2022.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du rap). **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S.l.], v. 19, n. 31, dez. 2012. ISSN 2446-6905. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22610>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

SANTANA, Suzeli Santos. **Testemunho, ditadura e trauma em contos de Bernardo Kucinski**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2019. Acesso em: 18 de julho de 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Unicamp, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento** – Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, pp. 3-20, jan./jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Testemunho da Shoah e literatura**. X Jornada Interdisciplinar sobre o Ensino da História do Holocausto, São Paulo, 2009.

SOUZA, Ana Carla. **Memórias de família: uma experiência de leitura literária no ensino fundamental com a obra Por parte de pai, de Bartolomeu Campos Queirós**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2016. Acesso em: 20 de julho de 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VASCONCELOS, Leandro Harisson da Silva. **Memória, testemunho, trauma e luto em *Você vai voltar pra mim e outros contos*, de Bernardo Kucinski**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018. Acesso em: 18 de julho de 2022.

VOGAS, Vitor Bourguignon; PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. Roberto Antunes? Presente! A luta pelo direito ao luto em "O velório", de Bernardo Kucinski. **Graphos**, vol. 25, nº 2, 2023. p. 180-196.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento.



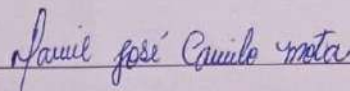
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE COLATINA
EEEFM "PROFESSOR SANTOS PINTO"



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu, Daniel José Camilo Mota, diretor da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Santos Pinto, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada "Literatura de Testemunho no Ensino Fundamental II: Ditadura e Memória nos Contos de Bernardo Kucinski", sob responsabilidade da pesquisadora Monize Fiorin Goldner. Para isso, serão disponibilizadas à pesquisadora uma turma de oitavo ano em 2022 e uma turma de oitavo ano em 2023 para aplicação de atividades interventivas relacionadas à pesquisa.

Governador Lindenberg, 02 de junho de 2022.



Assinatura do diretor

Daniel José Camilo Mota
Diretor Escolar
Número Funcional: 3123227

EEEFM PROFESSOR SANTOS PINTO
 Entidade Mantenedora: GOVERNO DO ESTADO DO ES
 Rua João Cuvel, nº 250-CEP: 29100-000 - Governador Lindenberg ES
 E-mail: eesdosantospinto@educacao.es.gov.br - Telefone: (27) 3744-5373
 Criação: Decreto nº 1.105/53, de 31/05/53-D.O. 03/02/53
 Aprovação: Res. CEE-ES nº 81/75, de 28/11/75-D.O. 31/12/75
 EF (Atual Fmax): Criação Pol. E nº 55/78, de 24/03/78-D.O. 22/09/78
 Aprovação: Res. CEE-ES nº 27/85, de 05/05/85-D.O. 15/07/85
 Ensino Médio: Criação Pol. E nº 55/78, de 24/03/78-D.O. 22/09/78
 Aprovação: Res. CEE-ES nº 153/98, de 22/03/98-D.O. 14/04/98

ANEXO B – Termo de Assentimento

TERMO DE ASSENTIMENTO

Eu, _____, com
CPF nº _____, responsável pelo(a) aluno(a)
_____, do 8º

ano M02, da EEEFM Professor Santos Pinto, autorizo a participação desse educando na pesquisa intitulada “Literatura de Testemunho nos anos finais do Ensino Fundamental: Ditadura e Memória em Contos de Bernardo Kucinski”, do mestrado Profissional em Letras – Profletras, Ifes (campus Vitória), conduzida pela pesquisadora Monize Fiorin Goldner. Entendo que, neste estudo, o(a) aluno(a) irá realizar leituras, reflexões e atividades envolvendo a literatura de testemunho, pois a pesquisa tem o objetivo de contribuir no processo de formação do sujeito crítico diante de conflitos históricos e sociais. Sei que poderei entrar em contato com o Profletras - Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, para obter informações específicas sobre este projeto ou qualquer outra informação que for necessária através do e-mail: profletras.vi@ifes.edu.br ou pelo telefone (27) 3331-2188, bem como com a pesquisadora, na EEEFM Professor Santos Pinto, ou pelo e-mail: monizefiorin@hotmail.com.

Ficam claros para mim que, embora mínimos, sempre há a possibilidade de pequenos riscos ao participar da pesquisa, bem como o desagrado com algo que alguém diga ou faça. Também tenho ciência de que a pesquisa pode trazer inúmeros benefícios para o aluno, para a escola e para a sociedade. Sei ainda que há garantia de que as informações e o uso de imagens (caso necessário) serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo da participação do aluno.

Governador Lindenberg, 25 de julho de 2023.

Assinatura do Responsável pelo Participante